

PARPÚBLICA

PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2019

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	8
3. GRUPO PARPÚBLICA	12
3.1 PERFIL DO GRUPO	13
3.2 PARPÚBLICA (<i>holding</i>)	14
3.3 Gestão do ciclo urbano da água	15
3.4. Produção de moedas e publicações	16
3.5. Mercados abastecedores	17
3.6 Exploração agrícola, pecuária e florestal	18
3.7 Gestão e promoção imobiliária	18
3.8 Outros segmentos de negócio	20
4. MODELO DE GOVERNO	23
4.1 Órgãos sociais	24
4.2. Estrutura orgânica da <i>holding</i>	26
5. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO	34
5.1 Código de conduta e ética	35
5.2 Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas	37
5.3 Política de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo	38
5.4 Gestão do risco	39
5.5. Plano de contingência COVID-19	43
6. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO PARPÚBLICA	45
6.1. Análise de Materialidade	51
6.2. Envolvimento das partes interessadas	58
6.3. Valorização dos negócios	66
6.4. VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES	81
6.4.1. Caracterização do Grupo	82
6.4.2. Igualdade e diversidade	92

6.4.3. Formação e avaliação	98
6.5. Valorização da sociedade	105
6.5.1. Serviço público e de interesse geral	107
6.5.2. Ações concretas	110
6.6. Valorização ambiental	132
7. NOTA FINAL	168
8. TABELA GRI	170

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Porque não há duas sem três, aqui fica o terceiro Relatório de Sustentabilidade da PARPÚBLICA, apresentado como elemento essencial e orientador da atividade do Grupo, neste caso referente ao exercício económico de 2019.

A conclusão deste trabalho de reporte não financeiro normalmente ocorre no ano seguinte ao que é objeto de reporte. Este Relatório não é exceção. Assim, este Relatório de Sustentabilidade foi concluído, de forma articulada entre todas as empresas, e sob coordenação da equipa da PARPÚBLICA SGPS, durante uma terrível situação pandémica causada pelo vírus COVID-19, e enquanto vigora o Estado de Emergência no nosso país.

Preparar esta mensagem durante este período, em que a generalidade das empresas do Grupo está em regime de teletrabalho, num modelo completo ou misto, mas assegurando o seu contributo operacional para as comunidades e para a economia nacional, não constitui, infelizmente, uma tarefa fácil.

De facto, reconheço que “o coração” não está presente. Não que a importância do tema da sustentabilidade tenha diminuído - pelo contrário, lá voltarei - apesar de ter saído dos destaques noticiosos. Não porque a nossa dedicação e empenho neste trabalho não seja total - é-o. Não porque o funcionamento colaborativo de todas as empresas não tenha sido extraordinário dadas as circunstâncias - ninguém, repito, ninguém, pensou em adiar ou teve qualquer hesitação no seu contributo para este trabalho, apesar da ansiedade e preocupação que todos nós sentimos. Não: essencialmente porque, por um lado, a vontade de todos nós é de olhar para o futuro, preparar os tempos que se aproximam e afirmar o compromisso com os desafios que se seguem, inclusivamente em matéria de sustentabilidade. Em segundo lugar, porque o *Day After* vai ser particularmente desafiante, com contornos ainda difíceis de discernir, pois se, por um lado, em matéria ambiental, o impacto do recente mês e meio nos levará a refletir e a adaptar, e muitos comportamentos não voltarão a ser os mesmos num futuro próximo, por outro, em matéria de responsabilidade social e combate a desigualdades, temo que tenhamos muitas oportunidades de melhoria.

Seja como for, o ano de 2019 foi um ano de crescimento interessante do Grupo PARPÚBLICA quanto ao tema da sustentabilidade. Assinalo, com particular gosto, a adesão da generalidade das empresas do Grupo ao *Call to Action* Anti-Corrupção das Nações Unidas. Esta adesão constituiu um momento com duas características importantes que acrescem ao simbolismo da adesão de cada uma das empresas, e ao facto de ter sido a maior adesão em bloco que se verificou não apenas em Portugal: a primeira daquelas características foi a unanimidade na leitura do tema, e o reconhecimento fácil dos valores comuns partilhados dentro do Grupo. A segunda característica foi a utilização deste “acontecimento” para lançar uma discussão entre todas as empresas em torno de potencial de melhoria, de criação de sinergias, e de aprofundamento de instrumentos de controlo interno e de transparência.

Desta discussão, saiu, ainda, uma abordagem de natureza formativa, orientada para a conjugação das matérias de análise e avaliação de projetos, controlo de gestão, e sustentabilidade. Esta ação, dinamizada pela PARPÚBLICA SGPS, foi desenhada à medida para servir os interesses do Grupo, em particular no tocante à temática da sustentabilidade, e nela participam colaboradoras e colaboradores de quase todas as empresas do Grupo, e ainda de uma empresa com que nos relacionamos de forma muito próxima: a Fertagus.

Compreenderão todos o entusiasmo que iniciativas deste tipo criam, pelo que significam de espírito de Grupo e partilha de linhas de orientação estratégica comum, mas também pela importância que têm para a concretização de uma preocupação com a temática da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O ano de 2019 foi um ano, aliás, em que assistimos a interessantes evoluções na forma como a temática da sustentabilidade e, particularmente, ambiental, são aplicadas na prática. Os sinais dos mercados financeiros, e as ações de diversos investidores estão aí para quem tenha ainda dúvidas sobre o caminho a seguir.

Estamos, certamente, ainda nos primeiros passos. Por isso mesmo, temos muito a aprender. O entusiasmo existe, o interesse também, a capacidade e a orientação estratégica dão cobertura ao caminho que temos de percorrer. Por esse motivo também, a ação de formação conjunta representa um passo importante para a PARPÚBLICA.

Não menos importante, a PARPÚBLICA SGPS, bem como outras empresas do Grupo aderiram ao iGen-Fórum de Organizações para a Igualdade, e têm vindo, especialmente em 2020, e mesmo em sistema remoto, a orientar esforços para a dinamização dos vários grupos de trabalho e fóruns de discussão, com o objetivo de aplicar e divulgar orientações e boas práticas.

Ainda em 2019, a PARPÚBLICA SGPS levou a cabo um profundo e extenso trabalho de natureza colaborativa e formativa com o nosso contraparte Angolano IGAPE, em matéria de gestão de empresas do Setor Empresarial do Estado. Talvez se possa considerar este tema desenquadrado deste Relatório de Sustentabilidade. Talvez. No entanto, direi apenas que o trabalho realizado foi tão interessante e tão participado em matéria de desenvolvimento de espírito colaborativo, partilha de valores, e dedicação ao interesse público, que não podia deixar de o referir aqui.

O Relatório de Sustentabilidade que aqui apresentamos é detalhado, de fácil leitura, e de transparente apresentação de ações e resultados. Por isso, recomendo a sua leitura, ao mesmo tempo que peço que sejam exigentes e nos possam dar feedback sobre o mesmo. As minhas últimas palavras são de agradecimento a todas e a todos que trabalharam na sua realização, aquelas e aqueles que nas empresas do Grupo dão o seu contributo diário para a implementação das medidas que reportamos, e aquelas e aqueles que se relacionam, ajudam, apoiam, estimulam e desafiam para que façamos mais e melhor, e que nunca nos deixam esquecer do papel que podemos desempenhar e, portanto, da responsabilidade que temos.

Penso que já não é necessário repetir: evite imprimir este Relatório!

Miguel Cruz

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

 **ÁGUAS DE
PORTUGAL**

INCM

simob
Management and
Services Markets


Companhia das Lezírias


Circuito Estoril

 **ESTAMO**

**baía
do tejo**


FUNDIESTAMO
SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS
DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.

CONSEST


**FLORESTA
GAL**

SAGESECUR

2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA) pretende com este documento dar cumprimento, de forma integral e sistematizada, às obrigações decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informação específica, nomeadamente sobre os impactos económicos, sociais e ambientais das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA.

Este documento pretende constituir, para além de um elemento relevante para o cumprimento de obrigações legais, uma evidência do compromisso da PARPÚBLICA, como *holding*, com a promoção de Boas Práticas e disseminação dessas práticas nas suas participadas e também como estímulo, junto dos seus *stakeholders* internos e externos, em todas as matérias relacionadas com a sustentabilidade.

De referir que este é o terceiro ano em que a PARPÚBLICA apresenta o seu relatório de sustentabilidade, focando-se cada vez mais no seu papel de centralizar e canalizar as melhores práticas nestas matérias, procurando também sistematizar o reporte das principais ações e indicadores que retratam as suas preocupações, bem como das empresas suas participadas, relativamente a estas matérias, e reporta ao desempenho de sustentabilidade entre janeiro e dezembro de 2019.

Por outro lado, salienta-se também que parte das empresas participadas da PARPÚBLICA apresentam um relatório de sustentabilidade próprio, para onde se remete uma análise mais detalhada relativamente aos impactos nos seus respetivos setores de atividade, como são os casos da AdP, da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), da Baía do Tejo (BdT) e da Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB), existindo já intenção em outras participadas de apresentar no próximo exercício um relatório de sustentabilidade como documento autónomo, nomeadamente a Florestgal -

Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal (FLORESTGAL) e a Companhia das Lezírias (CL).

A PARPÚBLICA e as suas participadas apresentam-se localizadas no território nacional, nele desenvolvendo a maior parte da sua atividade.

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo, sendo esta a única forma de salvaguardar o valor dos seus ativos, tendo a atividade da *holding* e do Grupo sido conduzida ao longo dos anos com o objetivo primordial da preservação dos equilíbrios que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira.

A preocupação central da PARPÚBLICA tem sido sempre a de garantir que o valor intrínseco da carteira de participações e dos restantes ativos, e a sua respetiva rentabilidade, são essenciais para assegurar a satisfação atempada dos compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

No atual cenário económico, assume-se assim como indispensável uma adequada análise dos riscos inerentes à atividade da *holding* e demais empresas do Grupo e do enquadramento em que se desenvolvem os negócios dos diversos segmentos de negócio, de modo a que a atuação dos órgãos de gestão possa ser proativa na defesa dos legítimos interesses das empresas e dos diversos *stakeholders*, bem como do interesse público inerente à natureza pública do capital do Grupo.

Paralelamente, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver e a incentivar junto das suas participadas, um aprofundamento das suas preocupações sociais e ambientais, bem como a busca de proximidade e sinergias entre estas, em particular nas áreas de atuação da atividade *core* de cada empresa.

A atuação da empresa e dos seus dirigentes e colaboradores está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e a qualidade dos serviços prestados, num contexto particular decorrente da sua integração no setor empresarial do Estado. Inclui-se neste conjunto de documentos o Código de Ética, bem como a Política de Gestão do Risco de Fraude e Infrações Conexas, incluindo o Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, traduzindo-se na produção do Relatório Anual de

Ocorrências e Riscos de Ocorrências disponível no *site* da PARPÚBLICA. Para além destes há ainda a ter em conta os regulamentos de natureza operacional relacionados com a sua interação a nível interno e externo, nomeadamente o Plano de Igualdade de Género e a Política de Segurança Informática e Privacidade, o Regulamento para a Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas, bem como a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Assim sendo, este documento enquadra-se no âmbito das alterações efetuadas nos artigos 65.º, 451º e 528º do Código das Sociedades Comerciais, decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, e do aditamento ao mesmo Código aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro, relativo aos artigos 66.º - B, 508.º - G e 546.º, contendo, no âmbito das demonstrações não financeiras consolidadas, informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo, referentes, entre outras, às questões ambientais, sociais e relativas aos colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- Uma breve descrição do modelo empresarial do Grupo;
- Uma descrição das políticas e áreas materiais definidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência aplicados;
- Os resultados dessas políticas e a divulgação dos indicadores relativos aos tópicos materialmente relevantes;
- Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impacto negativo nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pelo Grupo;
- Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Relativamente à sua estrutura e apresentação, o presente relatório, foi elaborado tendo como referência as normas GRI - *Global Reporting Initiative*. De referir ainda que o presente relatório não foi sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório está a cargo da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, www.parpública.pt e, se for o caso, serem pedidas informações adicionais ao representante para as relações com o mercado através do e-mail jose.teles@parpublica.pt, ou ainda para a morada Rua de Santa Marta nº 55, 5.º Piso. 1150-294 Lisboa.

3. GRUPO PARPÚBLICA

A **visão** do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os **valores** do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

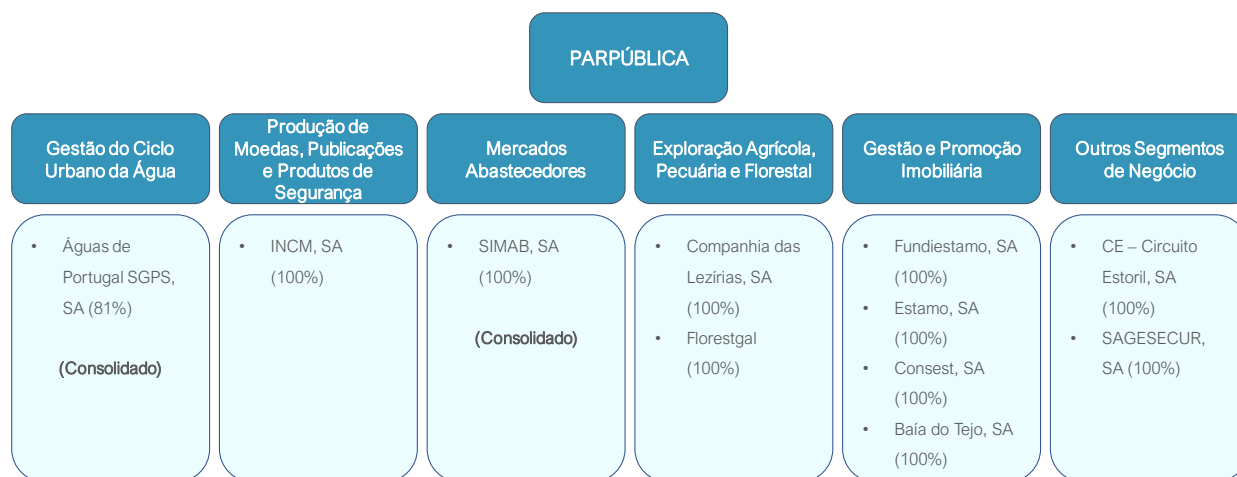
A PARPÚBLICA tem como **missão** a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações integrais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes áreas de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.



3.1 PERFIL DO GRUPO

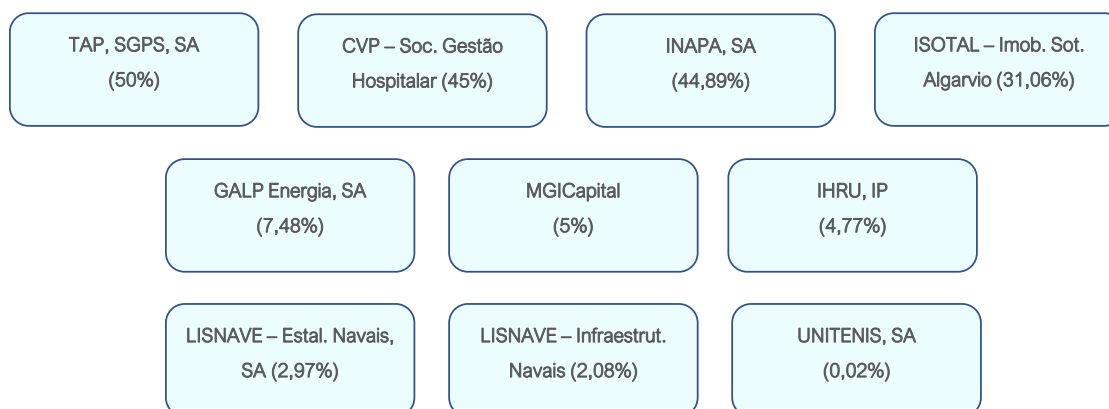
A PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:



Os ativos e passivos afetos à atividade da PARPÚBLICA, ao segmento imobiliário e às atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.



Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:



/* Em 2019 foi ainda preparada e obtida autorização para a alienação desta participação, transação que não foi ainda possível concretizar por estar dependente da consumação de atos administrativos por parte de entidades responsáveis pela administração do território, havendo a expectativa de que o processo possa ser concluído com brevidade.

3.2 PARPÚBLICA (HOLDING)

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;

- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;
- A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

3.3 GESTÃO DO CICLO URBANO DA ÁGUA



A AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de

águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

3.4. PRODUÇÃO DE MOEDAS E PUBLICAÇÕES



A Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado português, como a cunhagem de moeda metálica, a produção de documentos de segurança, o ensaio e marcação de

peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República. Ao longo do tempo, e com a alteração do contexto de mercado de vários destes serviços, a INCM tem vindo a apostar nos sistemas de segurança e na diversificação das áreas de negócio, apostando na inovação.

3.5. MERCADOS ABASTECEDORES

A SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais.

Detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:



3.6 EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E FLORESTAL

Neste segmento de negócio a *holding* detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A CL desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, como a concessão de áreas de terrenos para exploração privada, a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116 de 2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.

Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior do País.

3.7 GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo - Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO), CONSEST - Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e Fundiestamo - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA.



ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimento: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico do terreno com 59 hectares na Falagueira (Amadora).	Gestão de Parques Empresariais e requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja. Preparação dos trabalhos pendentes à efetiva alienação do território da Margueira

Em 2019, procedeu-se à transmissão definitiva da propriedade dos imóveis da Margueira do Estado Português para a BdT, tendo esta última desenvolvido, com o apoio de

consultores jurídicos e financeiros, todo o trabalho conducente ao lançamento do concurso que permita a concretização da operação de venda do território da Margueira.

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos imobiliários da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Total Líquido 989M €	Ativos imobiliários sob Gestão 219,5M €	Ativo Total Líquido 36M €	Ativo Total Líquido 271M €
Ativos sob Gestão 855M €	Fundiestamo I: 153M € Imopoupança: 36M € FNRE*: 18,3M €	Ativos imobiliários sob Gestão 24,9M €	Ativos sob Gestão 263M €

* O FNRE apresenta 3 subfundos em atividade (ImoAveiro, ImoMadalena e ImoResidências). Os subfundos Imocasapia, Imocoimbra e Imoviriato estão autorizados pela CMVM e encontram-se em fase de subscrição.

3.8 OUTROS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

CIRCUITO ESTORIL



A atividade do CE - Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas

de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição, de veículos e de pneus.

Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo a manutenção da sua forte atividade comercial, a consolidação da sua situação económico-financeira, e o desenvolvimento de projetos complementares de desenvolvimento da infraestrutura, bem como de relacionamento com os principais *stakeholders* locais e regionais. Esta atividade é desenvolvida em articulação com os principais *players* do setor, procurando aplicar as melhores práticas de natureza ambiental, e desenvolvendo uma forte componente de política pública no desenvolvimento do setor, da região e em matéria formativa.

SAGESECUR

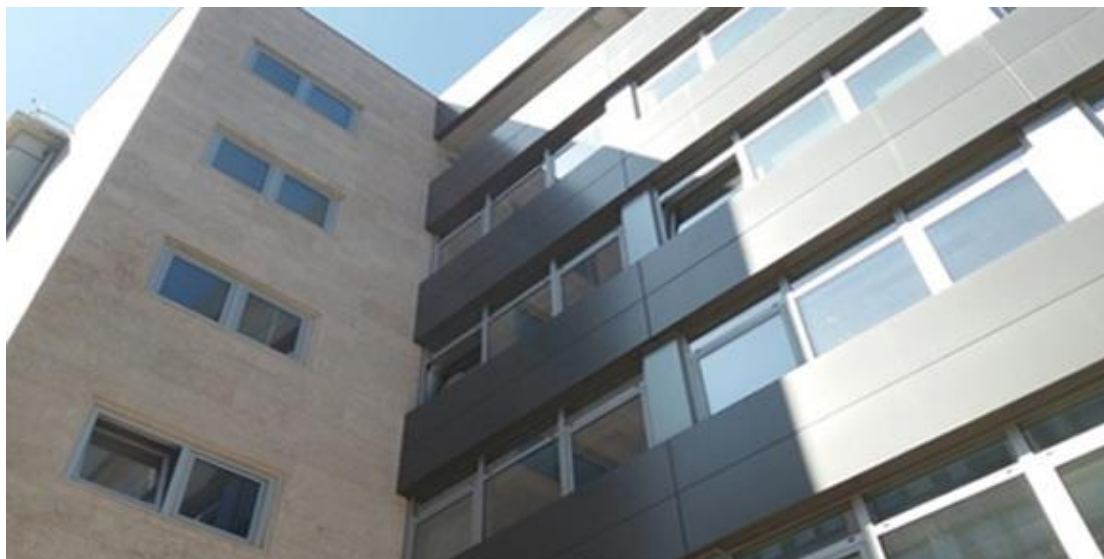
No exercício de 2019 a PARPÚBLICA passou a ser detentora da totalidade do capital social da Sage secur - Sociedade de Estudo, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. (SAGESECUR), sendo esta uma empresa instrumental que vem desenvolvendo alguns negócios específicos, determinados essencialmente por questões de interesse público, relativamente aos quais o seu acionista considere oportuna e adequada a sua intervenção.

Neste contexto, importa destacar o processo de renegociação entre o Estado e a concessionária, concluído ainda em 2019, do contrato de concessão de transportes públicos de passageiros no eixo ferroviário norte\sul, de que é titular a FERTAGUS, cuja operação utiliza o material circulante propriedade da SAGESECUR.

Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a relevância da atividade da sociedade em matéria de manutenção do material circulante do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.



4. MODELO DE GOVERNO



O Grupo PARPÚBLICA adota todos os esforços no sentido de apresentar um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, definidos para as empresas dos Sector Empresarial do Estado com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e assegurar a criação de valor para as mesmas e para todos os *stakeholders*.

Neste contexto, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver um esforço significativo e partilhado, de implementação de ações que tenham uma natureza transversal, envolvendo todas as empresas do Grupo e potenciando o aproveitamento de sinergias. Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todas as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.

O Grupo PARPÚBLICA, devido à diversidade dos setores de atividade em que atua, à variabilidade nas dimensões de cada uma das empresas suas participadas que o integram e também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto no artigo 30º, nº 1, do Decreto - Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS DO GRUPO
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas	• PARPÚBLICA
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas	• AdP SGPS *
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas	• INCM • FUNDIESTAMO * • ESTAMO
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (sociedade ROC)	• BAÍA DO TEJO ** • CIRCUITO ESTORIL • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • FLORESTGAL

(*) O Conselho de Administração inclui Administradores não Executivos. (**) A Sociedade apresenta ainda um auditor externo além do Fiscal Único, de acordo com o n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

4.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

No caso da *holding*, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

De referir que em 2019 o acionista procedeu à conclusão o processo de eleição de todos os titulares dos cargos de administração não executiva, os quais, nos termos estatutários e de acordo com a deliberação acionista, integrariam a Comissão de Auditoria, sendo que, ainda em 2019 dois dos membros deste Órgão apresentaram a renúncia aos seus cargos, pelo que, nesta data, a Comissão de Auditoria encontra-se sem quórum.

O Conselho de Administração da PARPÚBLICA, embora funcionando de modo colegial, procedeu a uma distribuição das responsabilidades de acompanhamento direto de certas áreas da atividade corrente da sociedade.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

Constituição da Mesa da Assembleia Geral:

Vice-Presidente - Eng. Bernardo Xavier Alabaça (mandato 2017-2019)

Secretariado - Dra. Maria Luísa Rilho (mandato 2017-2019)

Constituição do Conselho de Administração:

Presidente - Prof. Dr. Miguel Jorge Campos Cruz (mandato 2017-2019)

Vice-Presidente - Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição (mandato 2017-2019)

Vogal executiva - Dra. Maria Amália Freire de Almeida (mandato 2017-2019)

Vogal executivo - Dr. Mário Manuel Pinto Lobo (mandato 2017-2019)

Vogal não executivo e Presidente da Comissão de Auditoria - Dr. José Manuel Fragoso de Sousa - cessou funções em 31 de janeiro de 2020

Vogal não executiva e Vogal da Comissão de Auditoria - Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo (mandato 2017-2019)

ROC (2019):

Efetivo: Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes.

Suplente: Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes

Pese embora a Comissão de Auditoria, a quem cabe formular proposta de seleção de Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral, haja sido constituída em julho de 2019, o processo tendente à formulação da referida proposta apenas foi concluído no final de janeiro do corrente ano, tendo a deliberação de eleição do ROC efetivo e do suplente para o mandato 2020-2021 sido proferida a 13 de fevereiro de 2020:

ROC (mandato 2020-2022):

CRC - Colaço, Rosa, Coelho & Associados, SROC, Lda., representada pela Dra. Maria Fernanda Colaço.

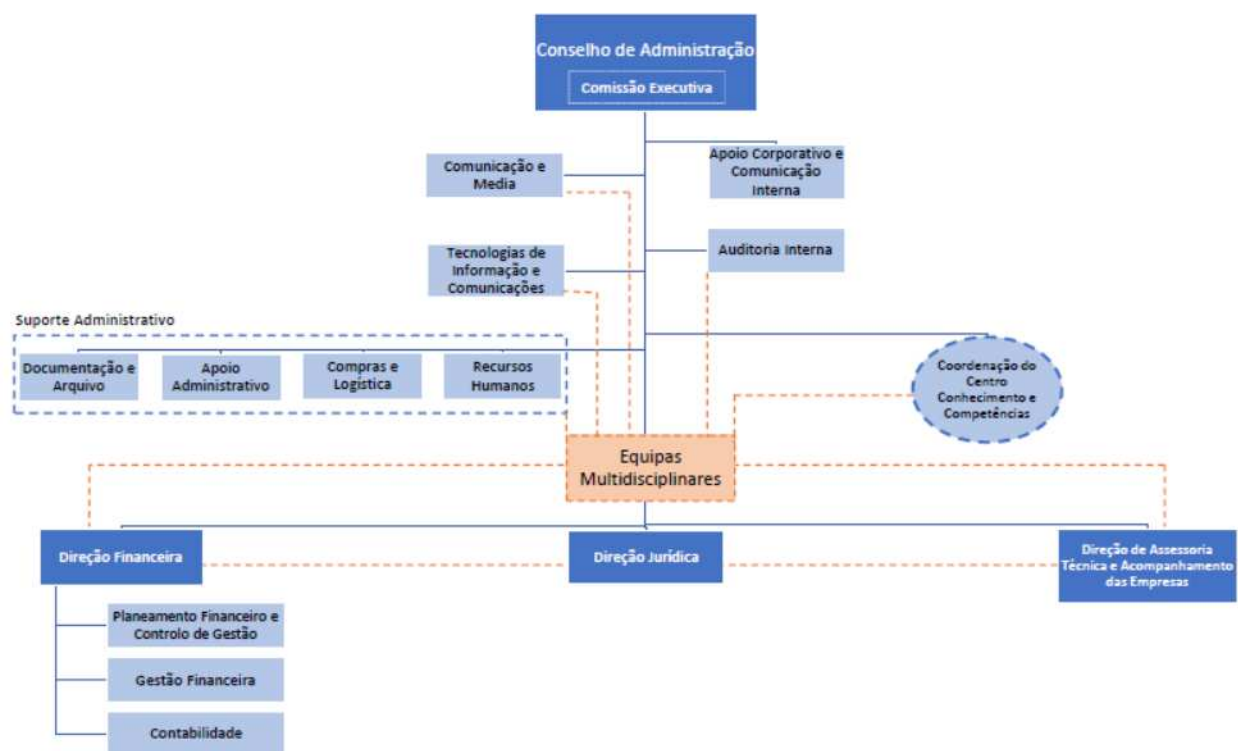
Suplente - Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Paulo Galvão André

4.2. ESTRUTURA ORGÂNICA DA HOLDING

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das empresas suas Participadas, e prestar apoio ao Ministério das Finanças no acompanhamento do Setor Público Empresarial, sempre com o objetivo de, na defesa do interesse público, assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos.

Este modelo, promove dinâmicas colaborativas transversais e abordagens pluridisciplinares, nomeadamente tendo em vista assegurar uma resposta adequada no âmbito das novas responsabilidades atribuídas à PARPÚBLICA.

Em traços gerais, a estrutura orgânica compreende duas grandes áreas: uma que integra as unidades de suporte (serviços partilhados e corporativos), de valor acrescentado interno, e outra que engloba as direções nucleares - Financeira, Jurídica, e de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas. O Centro de Conhecimento e Competências tem uma natureza inorgânica, funcionando com base em equipas multidisciplinares, integradas por colaboradores afetos às diversas áreas operacionais, selecionados em função das especialidades técnicas requeridas em cada projeto.



Responsabilidades e Competências atribuídas:

O **Apoio Corporativo e Comunicação Interna**: (i) apoia a coordenação corporativa e o funcionamento da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, designadamente na elaboração das respetivas agendas e atas; (ii) garante a permanente atualização das atas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria; (iii) acompanha a comunicação institucional, empresarial e corporativa, em articulação com a Comunicação e Media, assegurando a uniformização da imagem corporativa; (iv) apoia a coordenação da interação administrativa e institucional com a tutela governamental e *stakeholders*; (v) apoia os Órgãos Sociais; (vi) apoia o desenvolvimento de projetos de Responsabilidade Social. e; (vii) coordena as atividades que promovam o relacionamento entre colaboradores e que fomentem a melhoria continuada do clima organizacional.

A área de **Comunicação e Media**: (i) presta assessoria em matéria de comunicação e relações com os órgãos de comunicação social; (ii) atualiza e monitoriza os conteúdos

disponibilizados no *site*, em articulação com todas as áreas da Empresa e; (iii) promove e gere a imagem corporativa, em todos os suportes de comunicação institucional, em articulação com as Tecnologias de Informação e Comunicações.

A área de **Auditoria Interna**: (i) desenvolve as ações de auditoria interna, por definição de natureza pedagógica, e de consultoria de acordo com o Regulamento da Área de Auditoria Interna, com o Manual de Auditoria Interna e com o Plano Anual de Auditoria Interna, preparado juntamente com a Comissão Executiva; (ii) desenvolve e propõe ao Conselho de Administração da PARPÚBLICA, a implementação de políticas e procedimentos, de acordo com os padrões nacionais e internacionais definidos para a área; (iii) desenvolve ações de auditoria interna numa lógica de identificação e avaliação de riscos, propondo medidas para a mitigação dos mesmos, com realce na avaliação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado; (iv) presta apoio especializado à Administração no âmbito das competências de auditoria interna que lhe estão atribuídas; (v) analisa os processos internos, identificando os seus pontos fracos e propondo recomendações numa ótica de prevenção e/ou mitigação de risco; (vi) avalia com os serviços, o cumprimento da legislação, normas, procedimentos, contratos e regulamentos aplicáveis ao funcionamento das Empresas e; (vii) acompanha o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna, aprovadas pelo Conselho de Administração.

A área de **Tecnologias de Informação e Comunicações**: (i) apoia a Comissão Executiva na implementação de políticas de segurança TI e suas melhores práticas para bom uso das mesmas; (ii) apoia a Comissão Executiva na implementação do *Business Continuity Plan* (iii) apoia a Comissão Executiva em projetos especiais com os restantes *stakeholders* da PARPÚBLICA; (iv) coordena as ações de suporte aos utilizadores, de forma a garantir a melhor utilização de toda a infraestrutura e aplicações existentes; (v) colabora no planeamento e definição da infraestrutura tecnológica (*hardware*, *software* e procedimentos) adequada às reais das necessidades da Empresa, tendo em consideração a evolução tecnológica e as melhores práticas do mercado; (vi) elabora e

implementa medidas necessárias à segurança, confidencialidade e disponibilidade dos dados e informação, bem como procedimentos para a sua recuperação em casos de falha; (vii) gere e controla os arquivos TI e respetivos *backups*; (viii) identifica oportunidades e promove, em conjunto com as restantes áreas, iniciativas de otimização e desmaterialização de processos; (ix) gere os sistemas de comunicações e redes; (x) integra a equipa de “*first-responder’s*” em caso de incidentes e/ou catástrofes para o edifício sede (com principal enfoque: *Data center*, Rede Socorrida, UPS e Grupos Geradores); (xi) gere o “*Website*” institucional e outros necessários à operação da Empresa, bem como todos os seus domínios e subdomínios e; (xii) colabora na definição do Plano de Formação da empresa.

A área de **Recursos Humanos**: (i) participa na definição das linhas estratégicas da política de recursos humanos; (ii) desenvolve as iniciativas necessárias à concretização dos objetivos estratégicos, implementando metodologias de planeamento de recursos humanos adequadas; (iii) assegura o desenvolvimento dos processos de recrutamento e seleção, bem como o acolhimento dos novos colaboradores; (iv) gere e monitoriza o sistema de avaliação de desempenho; (v) dinamiza ações de formação que promovam a qualificação dos recursos humanos; (vi) propõe e coordena a execução do Plano de Formação; (vii) assegura as atividades relativas à gestão administrativa de recursos humanos, nomeadamente processamento de salários, execução e controlo dos contratos de trabalho; organização e atualização de processos individuais; controlo da assiduidade; ajudas de custo e; (viii) assegura o cumprimento das obrigações da Empresa em matéria laboral, nomeadamente as relativas à legislação de proteção à maternidade e paternidade, aos trabalhadores-estudantes, de Higiene e Segurança no Trabalho, etc.

A área de **Compras e Logística**: (i) propõe e desenvolve políticas e procedimentos de aprovisionamento; (ii) promove e assegura a agregação das necessidades de compras das empresas do Grupo que funcionam na base de recursos partilhados; (iii) promove a otimização e uniformização dos processos de compras; (iv) coordena, com as diferentes áreas envolvidas, o lançamento de consultas, a definição de parâmetros e critérios

requeridos para a adjudicação dos bens ou serviços, a avaliação das respostas e preparação das notas internas com os resultados obtidos para aprovação pelo Conselho de Administração das várias empresas; (v) garante a realização de consultas para aquisição de bens e serviços de acordo com o Regulamento Interno e, elabora o caderno de encargos e programa de consulta em conjunto com as várias áreas envolvidas; (vi) assegura a seleção e avaliação dos potenciais fornecedores a consultar; (vii) gere os contratos de fornecimento de bens e serviços; (viii) assegura as mudanças de instalações dos colaboradores e; coordena a gestão da frota automóvel.

A área de **Apoio Administrativo**: (i) assegura o secretariado da Administração; (ii) efetua a gestão e controlo do economato; (iii) gere a utilização das salas de reuniões; (iv) apoia a realização de todas as reuniões e eventos e; (v) assegura o atendimento telefónico e reencaminha as respetivas chamadas.

A área de **Documentação e Arquivo**: (i) coordena o sistema de gestão documental, digitalizando e inserindo todos os documentos, e fazendo o respetivo encaminhamento e; (ii) executa tarefas relacionadas com o registo e arquivo de expediente.

A **Direção Financeira**: (i) é responsável pela assessoria à Comissão Executiva na área económico-financeira, planificando, neste âmbito, os seus objetivos e estratégias; (ii) supervisiona as atividades desenvolvidas pelas áreas contabilísticas (patrimonial e orçamental) e financeira (tesouraria); (iii) assegura a vertente financeira das operações de gestão da carteira de participações, nomeadamente de compra, venda e gestão das participações, tais como a cobrança de dividendos ou juros, realização de capital ou de suprimentos, etc.; (iv) coordena o processo de elaboração e monitorização da execução dos IPG's; (v) assegura os procedimentos relacionados com a gestão da dívida e cumprimento das obrigações relacionadas com o serviço da dívida; (vi) analisa as principais políticas adotadas pelas empresas controladas pela PARPÚBLICA; (vii) colabora na elaboração do Plano de Formação e; (viii) presta apoio técnico, nas áreas

financeira, contabilística e fiscal, no âmbito das atividades do Centro de Conhecimento e Competências.

A área de **Planeamento Financeiro e Controlo de Gestão**: (i) elabora o orçamento anual e o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), assim como os relatórios trimestrais de controlo orçamental, na vertente da contabilidade patrimonial; (ii) assegura a preparação do orçamento anual e dos relatórios de execução orçamental trimestrais, na perspetiva da contabilidade pública e; (iii) assegura o cumprimento e controlo do ciclo da despesa, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do ciclo da receita, salvaguardando a existência de cobertura para toda a despesa.

A área de **Gestão Financeira**: (i) regista e controla todas as faturas recebidas, monitorizando os prazos de pagamento a fornecedores; (ii) assegura as atividades e gestão de tesouraria, garantindo pagamentos e recebimentos; (iii) assegura o abastecimento, controlo e gestão do fundo de maneiio fixo, de acordo com os procedimentos estabelecidos; (iv) monitoriza os saldos bancários, nomeadamente no quadro do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado; (v) garante a atualização da informação junto das IC's quanto a autorizações para movimentação de contas bancárias e; (vi) assegura a atualização da tabela de fornecedores junto do IGCP.

A área de **Contabilidade**: (i) assegura a elaboração das contas separadas e consolidadas, bem como dos relatórios conexos; (ii) prepara toda a informação financeira com origem contabilística, subjacente aos reportes; (iii) acompanha os assuntos fiscais da Empresa, responsabilidade do Contabilista Certificado; (iv) assegura o processo de reconciliação de contas bancárias; (v) assegura o inventário patrimonial e procede ao abate e transferência de bens e; (vi) assegura a resposta de toda e qualquer solicitação efetuada no âmbito da contabilidade orçamental, assim como a preparação da informação subjacente aos reportes legalmente previstos.

A **Direção Jurídica**: (i) assegura a articulação da assessoria jurídica a nível interno e externo, bem como o suporte jurídico-legal à Comissão Executiva; (ii) coordena e acompanha o contencioso judicial quando assegurado por entidades externas; (iii) presta assistência jurídica à Empresa, através da emissão de pareceres sobre questões de direito e realização ou colaboração em estudos e projetos que envolvam questões de natureza jurídica que se mostrem necessários à sua missão; (iv) analisa aspetos legais relativos a constituição, fusão, dissolução, liquidação e outras operações societárias; (v) acompanha os assuntos jurídicos das empresas participadas; (vi) apoia o exercício da função acionista própria e delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos); (vii) apoia a montagem, realização e acompanhamento dos processos de reprivatização e privatização de participações sociais (artigo 8.º DL 209/2000 e 23.º estatutos); (viii) presta assessoria jurídica no apoio ao Ministério das Finanças e; (ix) presta apoio técnico-jurídico no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

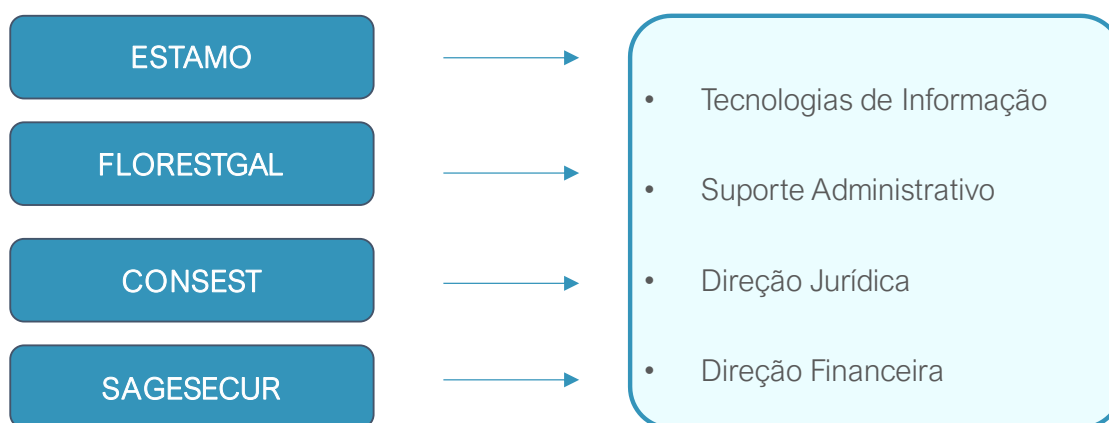
A **Direção de Assessoria Técnica e Acompanhamento de Empresas**: (i) monitoriza o cumprimento das orientações estratégicas das empresas participadas que constituem o Grupo PARPÚBLICA através do acompanhamento do desempenho económico, financeiro e de sustentabilidade; (ii) apoia e acompanha as operações de alienação, aquisição, fusão e liquidação de empresas participadas e emite pareceres e informações no âmbito das suas atribuições; (iii) mantém a plataforma SIRIEF atualizada e verifica a introdução de dados que as participadas efetuam naquela; (iv) apoia o exercício da função acionista da PARPÚBLICA relativamente às suas participadas em matérias de natureza económica e financeira de acordo com o previsto no Código das Sociedades Comerciais e no Regime Jurídico do Setor Empresarial Público (v) apoia o exercício da função acionista do Estado e a tutela financeira delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos) e; (vi) presta apoio técnico em matérias económicas e financeiras no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

Modelo de partilha de recursos:

A *holding* tem em vigor com algumas das suas participadas, e com os objetivos de promover a eficiência na utilização de recursos e de estimular a internalização de competências, um modelo de partilha de recursos que asseguram funções que são comuns às diversas empresas e que incluem a gestão financeira, gestão de tesouraria e contabilidade, a gestão de recursos humanos, a gestão logística e as compras, a área jurídica e a gestão de comunicações e tecnologias de informação. O funcionamento deste modelo, no qual os recursos são centralmente geridos pela *holding*, assenta numa base de adesão voluntária e preserva a autonomia e a responsabilidade de gestão dos órgãos de administração das diversas empresas envolvidas.

Em 2019, como reflexo das alterações verificadas no perfil da atividade e no modelo de negócio de algumas das empresas envolvidas, a estrutura de partilha foi objeto de ajustamento de modo a adequar o funcionamento do modelo às necessidades efetivas de cada uma das empresas, que se alteraram também em função do reforço de algumas das estruturas próprias de cada sociedade, como foi o caso da FUNDIESTAMO cuja integração neste modelo foi substancialmente reduzida, utilizando apenas a área das tecnologias de informação.

Os termos de funcionamento deste modelo foram objeto de acordo entre as empresas havendo uma repartição dos custos com recursos humanos em função das necessidades previamente definidas e da correspondente disponibilidade dos meios.



5. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, que têm uma responsabilidade acrescida decorrente do facto de integrarem o Setor Empresarial do Estado, adotam sempre um elevado padrão de conduta ética em todo o seu relacionamento e atividade comercial, institucional e social e promovem uma atitude de diálogo, transparência e ética com os seus *stakeholders*.

No Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da *Holding*, merece referência o Código de Ética (vide ponto 5.1), a atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, levada a cabo em 2019 (vide ponto 5.2), a Política de Gestão de Riscos de Fraude e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, como vem acontecendo desde 2018.

Destaca-se também na *Holding*, a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, instrumento que estabelece os princípios e os elementos essenciais a observar no desenvolvimento da atividade da sociedade tendo em vista assegurar os objetivos constantes da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo (vide ponto 5.3).

Mantêm-se as ações de sensibilização e levantamento de procedimentos relacionados com a temática da proteção de dados pessoais e efetuados os trabalhos necessários à definição de uma Política de Segurança Informática, o que se considera da maior relevância dada a crescente importância que os recursos e sistemas informáticos assumem nos processos de trabalho, de gestão e de guarda de informação. Foi ainda preparado um documento intitulado Política de Privacidade, que sistematiza os princípios

a adotar pela sociedade e seus colaboradores nesta matéria, documento que se encontra em fase final de aprovação.

Também em 2019, foi lançado um projeto que visava a elaboração de um *Business Continuity Plan - Disaster Recovery* com o qual se pretendeu identificar os potenciais eventos que podem colocar em perigo a acessibilidade e operacionalidade da empresa, bem como, as medidas a adotar em caso de ocorrência de qualquer evento de modo a preservar o valor dos seus ativos, a operacionalidade dos equipamentos, a integridade da informação e a segurança dos colaboradores, de forma a garantir a continuidade das operações ou a capacidade para alcançar a sua recuperação. Após o término dos trabalhos de desenvolvimento deste projeto, estava planeado um exercício de simulação real de uma situação hipotética em que sendo impossível o acesso às instalações da empresa haveria que assegurar a continuidade da atividade da PARPÚBLICA integralmente através de trabalho remoto. A realização deste exercício foi planeada para maio de 2020. No entanto, o surgimento da pandemia provocada pelo novo coronavírus, levou à antecipação daquele exercício, que viria a realizar-se entre as 16:50 de dia 11 de março e o final do dia 12 de março passado. O resultado do teste foi muito positivo, quer quanto à resiliência das infraestruturas, quer quanto à adequação dos procedimentos de trabalho, quer ainda quanto à adesão e capacidade de adaptação dos colaboradores. Refira-se também que, no caso do Grupo AdP, existe uma Comissão de Ética que acompanha a divulgação e cumprimento do código de conduta e ética em todas empresas desse Grupo.

5.1 CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

De forma geral os documentos que sistematizam os princípios de conduta e ética em aplicação no universo PARPÚBLICA identificam o conjunto de valores éticos e normas de conduta profissional que regem a forma de atuação dos colaboradores e a sua interação com todos os *stakeholders* (clientes, fornecedores e demais parceiros, bem como entre os próprios colaboradores).

Os princípios e valores fundamentais que norteiam as interações das empresas do Grupo PARPÚBLICA com todos os intervenientes são, essencialmente, o respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, a proibição de decisão em situação de conflito de interesses, a legalidade dos atos, a transparência e integridade, a confidencialidade e segurança de informação, a proibição de transações particulares com empresas do Grupo e de práticas suscetíveis de originar fraude, corrupção e suborno.

Com base nos princípios e valores fundamentais referidos existe um compromisso do Grupo no desenvolvimento do capital humano, da sustentabilidade e do ambiente, do uso e proteção do património da empresa e da criação de valor para o Estado, sempre regrado pela transparência, excelência e brio do desempenho profissional, económico, responsabilidade social e boas práticas de atuação, o respeito mútuo, bem como da colaboração com entidades externas de regulação, supervisão e fiscalização e fornecedores, prestadores de serviços e clientes, seguindo sempre os normativos definidos no Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do combate à fraude e, sendo esta definida pela prática, por ação ou omissão, de um ato, em regra ilícito, por parte de um sujeito com intuito de obter para si ou para terceiro um benefício ilegítimo, caracterizado por dolo e que pode ocorrer interna ou externamente ao Grupo, é deveras importante, no decorrer das atividades desenvolvidas por todos os intervenientes, a análise dos riscos de fraude e de conflito de interesses sendo necessário a identificação e mensuração dos mesmos e a implementação de estratégias e controlos efetivos que possam mitigar esses riscos.

Regista-se ainda que, quer no âmbito da atividade da PARPÚBLICA quer dos seus colaboradores, não foi participada em 2019 qualquer irregularidade, sem prejuízo de terem sido, ao longo do ano, rececionadas na PARPÚBLICA seis cartas anónimas, referentes à atividade de empresas participadas, que foram objeto de adequado tratamento interno, através da Auditoria Interna e da área de acompanhamento empresarial, e encaminhadas para o Ministério das Finanças.

5.2 Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas

A existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde constam as matrizes de riscos e controlos dos processos relevantes operacionais e de suporte, permite uma avaliação do risco atualizada, cabendo à área de Auditoria Interna apoiar, em estrita articulação com as restantes unidades orgânicas, uma revisão periódica dos procedimentos em utilização e realizar testes de eficácia aos controlos em cada uma das áreas verificando se os mesmos funcionam de forma adequada e consistente ao longo do tempo, por forma a contribuir para o permanente alinhamento dos procedimentos com as boas práticas.

Em 2019 o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi de novo ajustado, sem que tenha havido uma alteração da natureza dos riscos, mas robustecendo a sua estrutura, dada a natureza dinâmica de que se reveste a atividade da empresa, sendo crucial que os procedimentos internos acompanhem essa evolução.

O referido plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas em vigor na PARPÚBLICA identifica as principais áreas onde podem surgir possíveis atos de corrupção e os riscos inerentes a esses atos e também os controlos que mitigam a possibilidade da sua ocorrência.

Os processos identificados como significativos pela gestão da PARPÚBLICA e onde foram identificados riscos de fraude, corrupção e infrações conexas são:

- Aquisição e venda de participações;
- Gestão financeira;
- Aquisição de bens e serviços;
- Gestão documental;
- Recursos humanos;

- Contabilidade e controlo orçamental;
- Segurança física e informática.

Relativamente aos processos acima procedeu-se à identificação dos riscos dentro de cada um destes e à sua classificação numa escala de risco baixo, médio ou alto, sendo ainda consideradas duas variáveis na matriz de risco (probabilidade de ocorrência e impacto). De referir ainda que, no caso da PARPÚBLICA, foi decidido aplicar uma metodologia de classificação mais conservadora, em que define um “perfil de risco elevado” mais abrangente, dado o nível reduzido de aceitação de risco por parte do Conselho de Administração, tendo em atenção o interesse Público.

Do ponto de vista operacional, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é acompanhado, monitorizado e avaliado nas áreas orgânicas nas quais os riscos incidem, com o apoio da área de Auditoria Interna. A gestão da implementação do Plano é atribuída à Comissão Executiva, e a respetiva supervisão ficará a cargo do Conselho de Administração.

5.3 Política de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Esta política adotada pela PARPÚBLICA, visa prevenir e detetar a ocorrência de operações de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (BC&FT) nas transações a efetuar e visa contribuir para o combate à criminalidade económico-financeira e ao terrorismo.

Neste sentido, o documento estabelece os princípios e elementos essenciais na matéria, elencando o conjunto de deveres a serem observados na PARPÚBLICA, tanto pelos Órgãos Sociais como pelos demais colaboradores:

- Dever de controlo;
- Dever de identificação e diligência;

- Dever de comunicação;
- Dever de abstenção e decisões de suspensão;
- Dever de recusa;
- Dever de conservação;
- Dever de exame;
- Dever de colaboração;
- Dever de não divulgação;
- Dever de formação; e
- Proteção e tratamento de dados.

Esta política foi implementada em 2018 e será revista de dois em dois anos.

5.4 Gestão do risco

As diversas atividades operacionais das empresas do universo PARPÚBLICA encontram-se sujeitas a eventos que as podem afetar adversamente, pelo que é essencial estabelecer estratégias de antecipação de potenciais ameaças e/ou possibilidades de melhoria dos sistemas implementados que possam ajudar as empresas a desenvolver a sua atividade e atingir os seus objetivos. Em geral, no Grupo PARPÚBLICA, estão definidos fundamentos que servem de base para implementar, rever, atualizar e melhorar de forma contínua o processo de gestão de risco em todas as suas vertentes operacionais e organizacionais.

O Grupo PARPÚBLICA considera essencial a afetação de recursos à deteção e monitorização dos riscos característicos de cada tipo de atividades que as suas participadas desenvolvem, sendo assegurada pelos intervenientes e responsáveis de

cada operação em concreto ou processo e também pelo departamento de Auditoria Interna. Os diversos tipos de riscos são também acompanhados e processados de forma periódica por cada uma das empresas do Grupo, bem como pelo Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

Assim sendo, os principais riscos identificados nos processos e atividades estratégicas e operacionais do Grupo PARPÚBLICA são os seguintes:

Reputação e imagem - Os atos de suborno, influência ilegal ou as ações por parte de colaboradores ou de terceiros são os principais fatores de risco relacionados, podendo os vários *stakeholders* não perceberem os valores e princípios instituídos no Grupo através do Código de Ética e restante regulamentação no mesmo âmbito.

Político e económico - As decisões tomadas pelo Acionista Estado, o relacionamento com outros *stakeholders* públicos, ou as condições económicas ao nível mundial, europeu e nacional podem influenciar ou condicionar a atividade do Grupo nas suas diversas atividades.

Cumprimento dos regulamentos - As alterações na regulamentação nacional, comunitária e internacional pode exponenciar o risco de incumprimento ou não conformidade com as políticas ou regulamentação em vigor.

Segurança da informação - O desenvolvimento e adoção de novas tecnologias de informação, instrumentos de apoio à gestão e de medidas de reforço da segurança informática e proteção de dados de todos os *stakeholders*, pode mitigar o risco inerente a este cada vez mais importante aspeto das atividades do Grupo.

Responsabilidade ambiental - As alterações ambientais das organizações e mudanças climáticas cada vez mais aceleradas e o seu impacto no dia-a-dia das operações das empresas do Grupo e em todos os intervenientes constituem um risco sempre presente e para o qual é necessário um acompanhamento contínuo e aprofundado.

Responsabilidade Social - As variações (negativas ou positivas) na qualidade de vida e bem-estar interno dos colaboradores do Grupo, bem como, na comunidade e no meio envolvente das organizações são fatores de risco relevantes, pelo que devem ser adotadas medidas de análise e acompanhamento das alterações comportamentais e de gestão envolvendo uma cada vez maior transparência, ética e valores na relação com todos os *stakeholders*.

Satisfação dos *stakeholders* - A não satisfação das expectativas dos *stakeholders* nas suas interações com o Grupo é um risco que deve ser antecipado e mitigado, por forma a manter o objetivo de criação de valor e gestão eficaz dos ativos do Grupo.

Financeiro e continuidade do negócio - A exposição das empresas do Grupo aos mercados financeiros é um fator constante da sua atividade e contempla, de forma geral, os riscos de crédito, de câmbio, de liquidez, de mercado e de fluxos de caixa associados à taxa de juro. O Grupo desenvolveu e implementou mecanismos que, conjuntamente com a monitorização constante dos mercados financeiros, permitem minimizar os efeitos adversos destes riscos. De referir ainda que a capacidade de as empresas manterem a sua atividade e operações críticas numa ótica de continuidade é em si só um risco relevante que deve também ser constantemente monitorizado.

Eficácia e eficiência dos processos - A ineficácia e/ou ineficiência dos processos operacionais e administrativos desenvolvidos no Grupo pode constituir um risco que origine uma menor qualidade na interação com os *stakeholders* e nos próprios produtos e serviços prestados, podendo ainda levar a um dispêndio mais elevado de recursos humanos e financeiros no âmbito da atividade do Grupo.

Concorrência e condições de mercado - A existência de entidades concorrentes que demonstrem vantagens competitivas em relação aos bens e serviços prestados pelo Grupo, e as próprias condições a dado momento no mercado, podem constituir riscos

operacionais elevados e que podem pôr em causa a realização da atividade normal das empresas que constituem o Grupo.

Qualidade do serviço ou produto - A variação da qualidade dos serviços e produtos do Grupo pode afetar diretamente a perceção dos *stakeholders* e o seu posicionamento e relação futura com os mesmos.

Insuficiência dos recursos humanos - A aceleração na rotação do mercado laboral e a mudança de paradigma na forma como as pessoas planeiam o seu futuro laboral traduz-se na possibilidade de uma insuficiência de recursos humanos que pode, eventualmente, pôr em risco a atividade operacional e processual das empresas do Grupo.

Insuficiência de competências - O facto dos recursos humanos encarregues da gestão, do processo de negócio e também da execução do mesmo, poderem não apresentar o conhecimento ou experiência para desenvolver os trabalhos necessários à atividade dos diversos setores do Grupo, ou de não terem a dimensão necessária para responder em todos os momentos, às solicitações, poderá constituir um risco de negócio que deve ser acompanhado e mitigado.

Âmbito das responsabilidades - A indefinição no âmbito das responsabilidades poderá traduzir-se na prática de atos para os quais o colaborador não está autorizado ou habilitado ou, pelo contrário, levar o colaborador a não assumir responsabilidades que seriam suas assim proporcionando a possibilidade de serem efetuados atos não autorizados, ilegais ou pouco éticos, ou assumir riscos de negócio não autorizados.

A avaliação dos riscos acima identificados deve ser efetuada e devem ser identificados os controlos que assegurem a mitigação desses riscos, sendo que estes controlos, sendo eficazes, podem consistir em processos, planos, documentos de política organizacional, práticas e ações que ajudem a diminuir o risco tornando-o residual. Se mesmo após este

processo de avaliação e mitigação do risco o mesmo ainda é elevado, então deve ser criado um controlo adicional que permita tratar o risco em causa.

5.5. Plano de contingência COVID-19



Já no decurso de 2020, na sequência da Pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2, e seguindo as orientações da Direção-Geral de Saúde (DGS), as empresas do Grupo PARPÚBLICA criaram Planos de Contingência, preparando, assim, uma resposta para minimizar o impacto da epidemia de COVID-19. No caso da holding, o Plano de Contingência foi criado desde a primeira hora, incluindo a criação de uma sala de contenção, que foi preparada para estar à disposição de qualquer uma das entidades que estão localizadas no edifício da PARPÚBLICA, tendo sido articulados procedimentos e percursos adequados com a Florestgal e com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, ao mesmo tempo que os seguranças e a empresa de limpeza foram devidamente informados e preparados para lidar com o referido Plano. O Plano de Contingência foi sendo ajustado ao longo do tempo, especialmente com a entrada da empresa em teletrabalho, abordando as vertentes de saúde e comportamentos, de funcionamento e económico-financeira. O Plano de Contingência e as escolhas da PARPÚBLICA SGPS neste contexto foram, desde o início, partilhadas com empresas do Grupo.

6. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO PARPÚBLICA



A PARPÚBLICA tem vindo a atribuir uma importância crescente aos temas relacionados com a sustentabilidade, tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030.

Tal importância tem vindo a ser materializada numa sensibilização constante das suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais em cada uma das suas atividades, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva mais longa.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas e/ou sectores de atividade que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem

desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores.

Veja-se que, em empresas como a INCM ou o Grupo AdP, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo (integrando as orientações estratégicas das empresas e dos seus Conselhos de Administração, mas também através de estruturas internas a elas dedicadas, como é o caso do Comité de Sustentabilidade da INCM ou do Grupo Funcional de Sustentabilidade do Grupo AdP), como, aliás, fica espelhado nos seus reportes anuais regulares, através de um Relatório de Sustentabilidade próprio.

Outras, apesar de ainda não apresentarem um reporte tão detalhado, têm demonstrado uma preocupação crescente na apresentação das suas medidas/ações específicas no campo da sustentabilidade no ponto específico dos Relatórios de Governo Societário para o efeito.

Especialmente para essas, a *holding* tem trabalhado no sentido de se aprofundar e sensibilizar para a necessidade de acompanhar a gestão do negócio acautelando os impactos relevantes que dele decorrem, em especial ao nível económico, social e ambiental.

Nessa medida, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer nas demonstrações financeiras de 2018 da BdT, e que deverá vir a ocorrer noutras, por recomendação do acionista, nos próximos anos (como os casos da Companhia das Lezírias, Circuito do Estoril ou Florestgal), por outro, procurou ela própria incentivar e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes, em matéria económica, social e ambiental, de todas as empresas participadas, de forma a robustecer e uniformizar a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo. Da mesma forma, procurou também que todas as suas participadas, mesmo as que ainda possam não fazer um exercício tão aprofundado

nestas matérias, reportassem e enquadrassem as suas principais ações, desenvolvidas ao longo do exercício em referência, nas ODS's que procuram desenvolver.

Nas comunicações que a *holding* tem vindo a fazer às suas participadas nesta matéria, procurou igualmente incentivar a que estas trabalhem no sentido de definir os tópicos que para si são materiais, para que possam, em primeiro lugar, conhecer de forma exaustiva os impactos decorrentes das suas atividades e, em segundo lugar, tomar medidas e estabelecer objetivos para minimizar tais impactos.

A este respeito a *holding* procurou, ainda, organizar um evento de *networking*, com especial enfoque sobre a partilha de experiências no Grupo relativamente à implementação da análise de materialidade, de modo a que todas as participadas pudessem ter acesso às melhores práticas nesta área, mesmo antes da preparação do reporte de sustentabilidade de 2019. Contudo, por força dos impactos da pandemia de COVID-19, não foi possível realizar este evento, pretendendo a *holding* retomá-lo logo que seja possível.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, após a adesão à Aliança ODS Portugal (organização que tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em janeiro de 2019, continuou este trajeto com a **adesão**:

- Em **9 de dezembro de 2019**, em conjunto com 25 empresas integrantes do Grupo PARPÚBLICA, no dia Internacional contra a Corrupção, diretamente e através da sua participada Águas de Portugal, ao ***Call to Action Anti-Corrupção*** - uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção.



Com a extensão desta adesão às empresas participadas, a PARPÚBLICA e a AdP pretendem dar continuidade ao compromisso que ambas assumiram a 18 de setembro de 2019, juntamente com a EPAL, ao aderir ao Apelo Anti-Corrupção, uma iniciativa do setor empresarial que pretende evidenciar o seu alinhamento com o Princípio 10: Anticorrupção da ONU, e que vem realçar a importância da adoção generalizada de medidas anticorrupção, bem como da promoção de boas práticas e de processos robustos neste domínio.

Numa cerimónia onde estiveram presentes gestores destas 25 empresas e contou igualmente com a presença do *Chair of the Board do Global Compact Network Portugal*, Mário Parra da Silva, foi destacada a importância de adoção de uma atitude pró-ativa anticorrupção e o facto de que as iniciativas contra este flagelo têm reflexos positivos relativamente aos outros objetivos de desenvolvimento sustentável.

Da parte do Grupo PARPÚBLICA, aderiram ao *Call to Action*, para além da própria AdP, as seguintes empresas: Baía do Tejo, Circuito do Estoril, Companhia das Lezírias, Florestgal, Fundiestamo, INCM, Sagesecur e SIMAB. Já da parte do Grupo AdP, foram as seguintes as participadas aderentes: Águas do Norte, Águas

do Douro e Paiva, SIMDOURO, SIMARSUL, Águas de Portugal Serviços Ambientais, Águas Públicas do Alentejo, Águas do Algarve, Águas da Região de Aveiro, Águas do Centro Litoral, Águas do Tejo Atlântico, EPAL, Águas de Portugal Energias, Águas de Portugal Internacional, Águas de Santo André e Águas do Alto Minho.

- Em **29 de janeiro de 2020**, ao **iGen - Fórum Organizações para a Igualdade**, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer. A cerimónia de assinatura de adesão decorreu com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Trabalho e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, e da Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, bem como de outros responsáveis, entre eles os representantes das cinco novas organizações aderentes.

O iGen foi criado em 2013 sendo composto por 68 organizações, nacionais e multinacionais, dos setores público, privado e da economia social, que operam em Portugal e representam, no seu conjunto, cerca de 2% do PIB português.

Os membros do iGen assumem o compromisso de reforçar e evidenciar a sua cultura organizacional de responsabilidade social, incorporando nas suas estratégias e nos seus modelos de gestão, os princípios da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e no emprego.

A PARPÚBLICA reafirma, assim, através da adesão à plataforma e a objetivos muito concretos, o seu compromisso com esta cultura coletiva de responsabilidade social e justiça e com o aprofundamento dos princípios de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no mercado de trabalho, que já estão presentes em todas as suas estratégias de gestão e organização.



Em síntese, olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas e/ou entre os sectores de atividade onde elas operam, pode dizer-se que a mesma assenta na:

- Valorização do Negócio;
- Valorização dos Colaboradores;
- Valorização da Sociedade;
- Valorização Ambiental.

Adicionalmente aos três pilares de Sustentabilidade usualmente considerados (Negócio, Sociedade e Ambiente), em face da relevância que a PARPÚBLICA e as suas participadas atribuem aos seus colaboradores, decidiu-se destacar e analisar

separadamente as questões relacionadas com a preocupação essencial de valorização dos colaboradores, com especial ênfase para questões de igualdade de género, condições de trabalho, formação e desenvolvimento, entre outros.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

Pretende-se, igualmente, que os Conselhos de Administração das várias empresas participadas incorporem nas respetivas estratégias globais de desenvolvimento do negócio uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo que uma e outra são indissociáveis.

6.1. ANÁLISE DE MATERIALIDADE

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários *stakeholders* com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento das normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Destaque-se que, para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas, como já ocorre nos casos da INCM, do Grupo AdP e no Grupo SIMAB (tendo por base, por exemplo, inquéritos de satisfação e reputação ou outros canais de comunicação ao dispor das empresas, que lhes permitem medir as expectativas das partes interessadas). Como atrás já se fez referência, nomeadamente através de iniciativas concretas de partilha de experiências, tomando partido das boas práticas já desenvolvidas por algumas das suas participadas, a PARPÚBLICA tenciona aprofundar e disseminar por todas as restantes empresas participadas o envolvimento dos seus principais *stakeholders* neste exercício, no sentido de que o apuramento dos tópicos materiais em cada caso seja cada vez mais adequado às normas internacionalmente recomendadas e aplicáveis. Neste sentido, apresentam-se de seguida os tópicos materiais identificados nas seguintes participadas (para cujo detalhe de indicadores remetemos para os seus respetivos Relatórios de Sustentabilidade próprios):

A) INCM

Como explicado no seu Relatório de Sustentabilidade, o Desafio Estratégico de Sustentabilidade da INCM procura dar resposta às preocupações e ambições de todas as partes interessadas, de forma equilibrada e com base na Análise de Materialidade, traduzindo-se em 7 Orientações Estratégicas (desdobradas em 17 Tópicos Materiais):

- **Crescimento Centrado no Cliente** - crescer o negócio focando-se na satisfação dos clientes e na antecipação das suas necessidades):
 1. Satisfação do Cliente
 2. Segurança do Produto e da Informação
 3. Evolução do Portfólio de Produtos e Serviços

- **Internacionalização** - potenciando os ativos e alargando o alcance geográfico e o impacto das suas soluções:
 - 4. Internacionalização da Atividade
 - 5. Reconhecimento Internacional
- **Inovação** - criando soluções diferenciadoras para a segurança dos cidadãos e empresas:
 - 6. Inovação nos Produtos e Serviços
 - 7. Envolvimento da Comunidade Científica
- **Eficiência Interna** - otimizando a organização e os processos de gestão, produtivos e logísticos:
 - 8. Eficiência de Processos
 - 9. Evolução e Modernização do Negócio
- **Desenvolvimento dos Colaboradores** - reforçando competências, uma cultura de mérito e responsabilização, e as políticas de conciliação, diversidade e inclusão:
 - 10. Desenvolvimento de Competências
 - 11. Igualdade e Diversidade
 - 12. Conciliação de Vida Pessoal, Familiar e Profissional
- **Notoriedade e Reconhecimento** - reforçando a identidade da empresa e do seu papel no mundo digital:
 - 13. Imagem e Reputação
 - 14. Ética Empresarial

- **Impacto Cultural, Social e Ambiental** - cumprindo a sua missão cultural e social, dando enfoque ao ambiente:

15. Promoção e Defesa da Língua Portuguesa

16. Responsabilidade Social

17. Evolução e Eficiência Ambiental



B) Grupo AdP

No Grupo AdP a Sustentabilidade é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

No ano de 2019, o Grupo AdP continuou empenhado em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações.

Conforme detalhado no seu Relatório de Sustentabilidade próprio, a estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP, redefinida em 2017, resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do *Global Compact* no âmbito das Nações Unidas e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi assim definida a análise de materialidade, identificados os principais desafios do grupo e definidos os seus Princípios e Compromissos.

Daqui resulta que o Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas, com os seus trabalhadores e trabalhadoras, com a comunidade e com as demais partes interessadas com as quais tem uma relação de estreita interdependência.



Assim definiu:

- **Simbiose com o Ambiente:**

1. **Princípio:** Gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza.

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

2. **Princípio:** Contribuição para o combate às alterações climáticas.

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

- **Simbiose com os Acionistas e Clientes:**

1. **Princípio:** Garantia da prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

2. **Princípio:** Prestação de um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida.

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

- **Simbiose com os Colaboradores:**

1. **Princípio:** Valorização da relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo.

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

- **Simbiose com a Comunidade:**

1. **Princípio:** Promoção da aproximação crescente à comunidade.

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;

- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

6.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, constata-se uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.

Aliás, como anteriormente se referiu, algumas das participadas do Grupo PARPÚBLICA, como é o caso da INCM e das empresas do Grupo AdP, procuram envolver os seus vários *stakeholders* na identificação dos tópicos materiais para a empresa, a partir das melhores práticas recomendáveis.

Assim, é assumida a responsabilidade de identificar as expectativas destas partes interessadas e de assegurar a sua inclusão nos objetivos de gestão das próprias empresas.

No domínio do aprofundamento do envolvimento das partes interessadas, a INCM iniciou em 2018 a implementação de uma Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas, alinhada com os princípios da AA1000 SES (*Stakeholder Engagement Standard*). O

objetivo consiste em estabelecer um plano formal e integrado de envolvimento e auscultação dos grupos que a empresa identificou como sendo as suas principais partes interessadas, com o fito de melhor alinhar a estratégia em torno das suas expectativas e necessidades e mais assertivamente priorizar ações de melhoria.

Ainda no âmbito do envolvimento dos vários *stakeholders*, e nomeadamente um foco particular na satisfação dos clientes e colaboradores, há a assinalar algumas ações e resultados de consultas efetuadas no exercício de 2019:

- **Grupo AdP:** a comunicação com as partes interessadas desenvolveu-se através das diversas formas de envolvimento habitualmente utilizadas, quer nas empresas individualmente, quer no Grupo como um todo, por múltiplos canais, diretos e indiretos, mantendo-se disponível a consulta on-line.

Na consulta disponibilizada on-line no site da holding do Grupo AdP e das suas Participadas os 3 temas considerados mais relevantes foram:

- Conservação e valorização dos recursos hídricos:

Classificação: 2,81 - Muito Relevante

- Garantia da qualidade do produto:

Classificação: 2,81 - Muito Relevante

- Garantia da acessibilidade aos serviços de água e saneamento:

Classificação: 2,72 - Muito Relevante

Foi realizada, também, a auscultação aos trabalhadores, da sede, no âmbito do projeto piloto de implementação do sistema de gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (norma 4552), cujos principais resultados foram:

- A existência de medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal é importante e tem impacto na satisfação e motivação dos trabalhadores bem como no orgulho em trabalhar na empresa.
- As medidas atualmente em vigor são do conhecimento da maioria dos trabalhadores.
- As medidas de apoio a ascendentes e descendentes estão no topo das prioridades para os trabalhadores.
- Das sugestões efetuadas pelos trabalhadores medidas de trabalho remoto e valorização profissional são recorrentemente referidas.
- **INCM:** para além de outros canais de auscultação, diretos e indiretos, que a INCM possui, de que é exemplo a realização frequente de vagas “Cliente Mistério”, o processo bienal de avaliação da satisfação do cliente, segundo o modelo *European Customer Satisfaction Index* (ECSI), permite efetuar uma aferição em quatro dimensões: (i) perceção global sobre a empresa (imagem), (ii) expectativas do cliente.
- **SIMAB:** não foram feitos questionários a *stakeholders* no exercício de 2019. No entanto, em 2018, procedeu-se a um questionário aos operadores instalados e clientes frequentadores de 4 mercados (Pitagórica:2018), cujos resultados importa assinalar:
 - Os operadores indicaram um índice de satisfação Global em 3,2 (de 1 a 5) - amostra total de 156 inquéritos a operadores;
 - Os Clientes indicaram um índice de satisfação Global em 3,8 (de 1 a 5) - amostra total de 318 inquéritos a visitantes/clientes.
- **BdT:** a análise à avaliação anual da satisfação dos Clientes revela que, para os Parques do Barreiro, Estarreja e Seixal, os Clientes classificam o serviço prestado pela BdT como bastante adequado.

- **CL:** foram efetuados questionários dirigidos aos visitantes do EVOA muito positivos desde 2013. Em 2019, 84,8% dos visitantes inquiridos disseram que o EVOA correspondeu às expectativas e que recomendarão a visita a outras pessoas e 93,3% afirmaram que recomendarão a visita.

Foram feitas sessões públicas e envio de documento-resumo sobre gestão florestal aos *stakeholders* sem respostas negativas ou qualquer reclamação desde 2010.

Em 2019, a sessão pública realizada a 21 de maio para auscultação das partes interessadas também revelou, através do inquérito à satisfação, que a totalidade dos respondentes achavam a informação veiculada sobre a gestão florestal útil ou muito útil e a gestão boa ou muito boa.

A PARPÚBLICA pretende, igualmente, e como anteriormente explicado, continuar a aprofundar, neste contexto, o relacionamento com as partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

Assim, de acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:



Especificamente, no que se refere à política de relacionamento com fornecedores, importa salientar que algumas das empresas do Grupo PARPÚBLICA já manifestam preocupação com os seguintes aspetos na contratação (em particular, aquelas em que o volume de contratação externa de fornecimentos para o seu processo produtivo é mais acentuado):

- Direitos Humanos na contratação e seguimento de investimentos significativos.

Exemplo **Grupo AdP**: todas as empreitadas/fiscalizações e projetos e compras centralizadas têm nos seus contratos cláusulas sobre direitos humanos;

Exemplo **INCM**: não foram identificados acordos e contratos de investimento que apresentem risco de direitos humanos. No entanto nos cadernos de encargos a INCM inclui cláusulas de direitos humanos.

- Preocupação em que as operações tenham mecanismos implementados para envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento com as comunidades locais;
- Cuidado na seleção de novos fornecedores procurando usar critérios sociais.

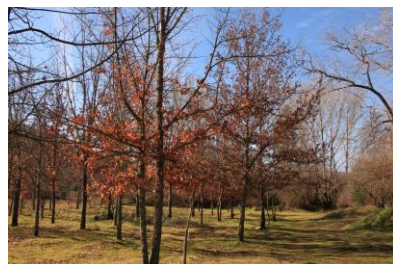
Exemplo **Grupo AdP**: a seleção dos seus fornecedores de bens e serviços é feita de forma rigorosa, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência e com base na legislação em vigor. De salientar que 56% das empresas do Grupo estão certificadas na norma de Responsabilidade social SA 8000, que se aplica à cadeia de fornecimento e que tem como requisitos base, entre outros, trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho e remunerações. A aquisição de bens e serviços nas empresas certificadas, incluindo a AdP Serviços, responsável pelas compras centralizadas do Grupo, incluem nos seus processos de contratação a subscrição de declaração de compromisso com os requisitos da SA 8000 (onde se inclui os direitos humanos e as práticas laborais). São diversas as ferramentas implementadas que visam assegurar um maior compromisso e alinhamento dos fornecedores tais como Regulamento de Fornecedores, Declaração de Responsabilidade Social, Código de Conduta e Ética, Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas, auditorias a fornecedores, ações de sensibilização e processos de avaliação de fornecedores. Foram feitas 19 auditorias a fornecedores e 74 ações de sensibilização a fornecedores.

Exemplo **INCM**: todos os fornecedores de bens ou serviços que colaboram com a INCM são selecionados segundo as regras estabelecidas no Código de Contratos Públicos (CCP) e segundo cláusulas, que incluem critérios ambientais e sociais, definidas nos cadernos de encargos. Na sua avaliação são considerados os desempenhos do fornecedor em critérios específicos bem como o cumprimento das cláusulas definidas nos cadernos de encargos.

Por outro lado, ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- nos quais fosse identificado que pudessem ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho infantil; e
- nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

Como referido, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.



A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:



Ainda relativamente às formas de comunicação e partilha de informação e de conhecimento, verificando-se uma necessidade crescente de serviços externos de gestão e de consultoria jurídica e financeira, e tomando partido do saber acumulado pela PARPÚBLICA ao longo dos anos nestas áreas, foi constituído o Centro de Conhecimento e Competências (CCC), destinado a interagir com o conjunto das empresas do Setor Empresarial do Estado, com os seguintes objetivos de atuação:

- Contribuição ativa na gestão e racionalização das aquisições de serviços de consultoria (em sentido amplo) nos domínios estratégico, económico-financeiro e jurídico por parte das empresas públicas, promovendo por esta via a racionalização e a otimização destas compras através de ganhos de economia de escala, designadamente através da criação de uma bolsa de prestadores qualificados; e

- Criação de uma plataforma em rede que permita a divulgação e a partilha dos conhecimentos adquiridos entre as empresas públicas estatais.

Contudo, as limitações decorrentes do enquadramento legal que lhe dá suporte, não permitiram ainda um desenvolvimento tão rápido quanto desejável, tendo-se procurado ultrapassar e acomodar alguns aspetos fundamentais para a operacionalização dos instrumentos de suporte ao seu funcionamento. De facto, e apesar disso, o CCC já desenvolveu, e continua a desenvolver, alguns trabalhos de consultoria para o Sector Público Empresarial, no âmbito das suas áreas de atuação.

Ainda relativamente aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, é objetivo continuar o trabalho relativo ao seu aprofundamento, de modo a que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do Grupo).

6.3. VALORIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo uma natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e

orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela *holding*, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;

- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante regulamentação.

Refira-se, ainda, que as metas estabelecidas têm vindo a ser globalmente alcançadas, estando, no entanto, o seu calendário de execução por vezes dependente de decisões governamentais que podem visar objetivos de interesse público que ultrapassam a perspetiva puramente financeira. Tendo em conta as suas características, a PARPÚBLICA prossegue a sua atividade em prol dos interesses financeiros do Estado, tendo vindo a alienar as suas participações de acordo com as orientações e determinações do Governo em termos de calendário, modelo das operações e fixação de condições.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm em utilização.

Por último, importa também fazer uma referência à presente crise sanitária global inerente à pandemia de COVID-19 que, à data de elaboração do presente relatório, se faz sentir de forma agressiva com impactos muito significativos sobre o regular funcionamento das atividades da generalidade das empresas do Grupo PARPÚBLICA. Com toda a certeza, tal evolução irá, para além de outros, ter impactos económico-financeiros já no exercício

de 2020, de dimensão e características ainda impossíveis de avaliar, cabendo à *holding* do Grupo, por um lado, monitorizar os acontecimentos e, por outro, contribuir de forma próxima na identificação desses impactos e construção de soluções no sentido dos mesmos poderem ser mitigados e ultrapassados. É nesse sentido que, desde o início desta crise, a PARPÚBLICA tem vindo a trabalhar com as suas participadas, pretendendo, assim, minimizar os impactos nos objetivos de sustentabilidade económico financeira no curto, médio e longo prazo.

A PARPÚBLICA e as suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira, apresentaram em 2019 os seguintes indicadores:

GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 1.058 M €	EBITDA 527 M €	Autonomia Financeira 48 %	Dívida Líquida 2.894 M €
PARPÚBLICA	Volume de Negócios (incluindo dividendos) 85 M €	EBITDA 86 M €	Autonomia Financeira 74 %	Dívida Líquida 1.249 M €
Grupo AdP	Volume de Negócios 831 M €	EBITDA 161 M €	Autonomia Financeira 27 %	Dívida Líquida 1843 M €
INCM	Volume de Negócios 100,2 M €	EBITDA 36,7 M €	Autonomia Financeira 71 %	Dívida Líquida -36 €
SIMAB	Volume de Negócios 16,8M €	EBITDA 12M €	Autonomia Financeira 54 %	Dívida Líquida 44,8€
COMPANHIA DAS LEZIRIAS	Volume de Negócios 6,8 €	EBITDA 5,28 M €	Autonomia Financeira 89,4 %	Dívida Líquida -8 M €
FLORESTGAL	Volume de Negócios 1,3 M €	EBITDA 4,4 M €	Autonomia Financeira 95 %	Dívida Líquida 0M €

FUNDIESTAMO	Volume de Negócios 2,1 M €	EBITDA 1,1 M €	Autonomia Financeira 82 %	Dívida Líquida 0 M €
ESTAMO	Volume de Negócios 74 M €	EBITDA 76 M €	Autonomia Financeira 91 %	Dívida Líquida -16€
CONSET	Volume de Negócios 0 M €	EBITDA 3,3 M €	Autonomia Financeira 78 %	Dívida Líquida 5,9€
BdT	Volume de Negócios 8,6M €	EBITDA 3,2 M €	Autonomia Financeira 86 %	Dívida Líquida -3,5M €
SAGESECUR	Volume de Negócios 7,6M €	EBITDA 9,5M €	Autonomia Financeira 36%	Dívida Líquida 46 M €

O tema das mudanças climáticas, que se têm vindo progressivamente a agravar, tem sido motivo de preocupação na esfera do Grupo PARPÚBLICA, desde logo pela visão do papel que as entidades públicas podem ter na prossecução de estratégias de minimização de impactos, de avaliação da pegada ecológica e de valorização do interesse público geral nos seus planos de atividade, mas também porque os seus impactos podem ter especial materialidade na rentabilidade de alguns dos seus setores de atividade.

Importa, portanto, considerar, com especial relevância em algumas das participadas da PARPÚBLICA, a identificação de riscos e oportunidades suscitados por estas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, nomeadamente em termos de receitas ou despesas, numa perspetiva proativa de acomodação de impactos:

- **Grupo AdP:** a água desempenha um papel central no contexto das alterações climáticas, já que os seus efeitos põem em causa a disponibilidade e a qualidade deste recurso. Segundo o Relatório Global de Riscos do Fórum Económico Mundial de 2018, os eventos extremos, a incapacidade de atuar na mitigação e

adaptação às alterações climáticas e a crise da água encontram-se no TOP 5 dos riscos identificados, o que evidencia a sua importância a nível mundial.

Face ao papel estruturante que o Grupo AdP tem no sector da água em Portugal e perante os crescentes desafios da gestão da água, iniciou em 2015 uma Estratégia de Adaptação Climática para o Grupo. Neste contexto foi implementado o Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) para o período 2017-2020 que tem como objetivos a otimização dos consumos pela via racional da energia.

Ainda no âmbito desta estratégia inclui-se o desenvolvimento do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC) com o objetivo de definir uma estratégia de adaptação a curto, médio e longo prazo cuja implementação permita reduzir as vulnerabilidades das atividades das empresas às alterações climáticas e aos eventos extremos e incrementar a resiliência e capacidade de resposta dos sistemas a essas alterações e a esses eventos.

O PEPE e o PEAAC vão de encontro ao preconizado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas que estabelece que as empresas devem proceder à “integração dos riscos associados às alterações climáticas nas análises de risco para o negócio, bem como a aplicação de medidas que previnam, minimizem ou anulem esses riscos, ao abrigo de estratégias coordenadas com o Estado.

A mobilidade sustentável também é um dos fatores determinantes no combate às alterações de clima. Desde 2018 que o Grupo AdP incorpora na sua frota operacional, 128 veículos elétricos tendo percorrido em 2019 mais de 1,6 milhões de Kms.

- **SIMAB:** esta identifica como principais riscos os seguintes:
 - Elevadas temperaturas exigem maiores consumos de energia, essencialmente em Mercados Abastecedores com maior utilização de AVAC e/ou produção de frio industrial;

- Períodos de seca ou de baixa pluviosidade implicam maiores consumos de água para a lavagem de vias;
- Alterações climáticas potenciam riscos que influenciam a atividade dos clientes do setor Agroalimentar por redução da produção agrícola;
- Aumento dos custos operacionais, com fornecimentos de água e energia mais caros e consequente perda de rentabilidade;
- Redução do número de operadores do ramo Agroalimentar, por perda de rentabilidade na produção;
- Aumento de custos de seguros devido aos aumentos da frequência de eventos meteorológicos extremos, e outros riscos associados às alterações climáticas;
- Aumento de custos de manutenção de equipamentos por utilização mais intensiva;
- Aumento de custos de manutenção/reparação de edifícios, por inadequabilidade dos materiais aplicados;
- Riscos de danos severos em edifícios e outros ativos, devido a fenómenos geotécnicos;
- Aumentos de custos das prestações de serviços, por incorporação destes mesmos riscos na cadeia de valor.

Identifica, ainda, algumas oportunidades:

- A desmobilização dos transportes logísticos inerentes ao abastecimento das cidades (mobilidade urbana sustentável) poderá promover a criação de novas plataformas logísticas com características semelhantes aos Mercados Abastecedores, potenciando o negócio da SIMAB;
- Incremento nos carregamentos de veículos elétricos (mobilidade elétrica).
- **Baía do Tejo** os fenómenos climáticos extremos podem originar impactes no edificado e outras infraestruturas dos Parques Empresariais. Este tipo de fenómeno implica que o planeamento da manutenção e reabilitação do edificado e infraestruturas leve em conta a resiliência dos mesmos face às consequências das alterações climáticas previstas.

O potencial incremento da ocorrência de fenómenos de precipitação extrema, com ocorrência de inundações, deverá levar o gestor do território a considerar investimentos em infraestruturas de drenagem e criação de área permeáveis por forma a promover-se maior infiltração.

A subida do nível médio das águas do mar poderá, eventualmente, comprometer a utilização da zona ribeirinha dos territórios.

- **ESTAMO:** As alterações climáticas potenciam fenómenos climáticos extremos que podem ter impacto significativo sobre os ativos imobiliários da sociedade. Estes fenómenos podem impactar nos ativos, impossibilitando o seu uso pelos inquilinos com a consequente (potencial) perda de receitas por período indeterminado.

Adicionalmente, tem-se verificado um aumento dos prémios de seguros associados aos seguros multirriscos e/ou a uma redução do número de seguradores disponíveis para "comprar" este tipo de risco, o que tem impacto nos custos da sociedade para manter o nível de proteção desejado.

- **CE:** uma das razões pelas quais o Circuito do Estoril é muito procurado por clientes do centro da Europa durante os meses de inverno para a realização de testes e apresentações de produto, é o clima temperado e ameno da região onde este está localizado. Se o panorama climático se alterar drasticamente na região, levará a que essas entidades possam procurar outros destinos, traduzindo-se numa perda de rentabilidade para o circuito. A Circuito do Estoril investe fortemente em equipamentos e materiais que permitam reduzir impactos ambientais, e a evolução de preços no mercado internacional de alguns destes serviços ou da sua disponibilidade pode ter um impacto relevante na estrutura de custos da sociedade.
- **Companhia das Lezírias:** estando as suas principais atividades muito dependentes de certos indicadores climáticos e sensíveis a fenómenos extremos, as alterações

climáticas são um dos principais riscos, nomeadamente as secas prolongadas e frequentes.

Por outro lado, face à previsível valorização dos serviços de ecossistema, os seus ativos poderão sofrer uma progressiva apreciação. Estima-se uma progressiva menor adaptação das principais espécies florestais (sobreiro e pinheiro-bravo) e uma maior adaptação e aumento de área do pinheiro-manso que revela uma retração da área nalguns países do mediterrâneo.

- **Florestgal:** pode haver risco de diminuição da produtividade, assim como a impossibilidade da exploração de algumas espécies; aumento das necessidades e/ou custo de águas pluviais.

Eventual Redução do Risco de incêndio por diminuição da produtividade primária.

Na perspetiva do impacto económico na envolvente, apresentam-se de seguida alguns investimentos em infraestruturas e serviços para benefício público, que as empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem:

- **Grupo AdP:** exerce maioritariamente atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Os investimentos realizados no core business do Grupo AdP são para benefício da comunidade, no setor da Água e do Saneamento.

São exemplo de impactos positivos da atividade do Grupo na comunidade a proteção da saúde pública, a promoção da economia (criação de riqueza), a nível regional e nacional, a criação de emprego (diretos e indiretos) a promoção do Turismo (com o aumento das condições de salubridade dos cursos de água e dos solos). O Grupo trabalha para garantir o acesso à água e tem por isso um papel preponderante na qualidade de vida das populações. Consciente que o

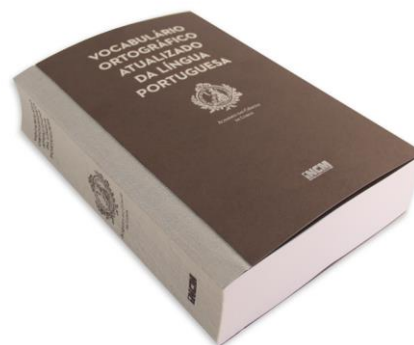
abastecimento de água e o saneamento de águas residuais estão no coração do desenvolvimento sustentável, a gestão do core business das suas empresas, assenta em pilares de universalidade, continuidade, qualidade de serviço, eficiência e equidade de preços.

- **SIMAB:** contribui para o desenvolvimento local (atividades complementares que nascem em redor dos Mercados abastecedores); criação de emprego na comunidade local; dinamização da economia (Importação e Exploração); escoamento de produção agrícola; equipamento logístico na Cadeia de valor do Abastecimento alimentar das cidades.

Relativamente aos Fornecedores, cria valor económico para os fornecedores e prestadores de serviços, que são fundamentalmente empresas localizadas na sua área de influência.

- **INCM:** para prosseguir a sua missão de promoção da língua e da cultura portuguesas, a INCM afeta anualmente cerca de 1% do seu volume de negócios em responsabilidade social, em particular nas áreas da cultura, serviço público e cidadania.

2,5 milhões de euros em cuidados de saúde e serviços sociais; 66 iniciativas de incentivo às artes e literatura; 78 obras literárias editadas -14 edições distinguidas no Plano Nacional de Literatura; promoção de 4 Prémios literários; 51 iniciativas de divulgação da língua e cultura portuguesas; Museu casa da Moeda - digital gratuito (96759 visitas); Rede inovação (21 parceiros - 73 investigadores).



- **BdT:** foi concluída em 2019, e encontra-se em funcionamento, a infraestrutura que permite o tratamento dos efluentes gerados no Parque Empresarial da Baía do

Tejo no Barreiro, ligando a rede de saneamento existente à rede “em alta” da Simarsul, com entrega na ETAR Barreiro/Moita. Este investimento permite o cumprimento das normas ambientais e a ligação de 250 empresas instaladas no Parque Empresarial e de uma área urbana da cidade do Barreiro.

A BdT encontra-se a gerir as infraestruturas de drenagem de águas residuais, bem como monitorização dos efluentes assegurando os respetivos meios financeiros, técnicos e humanos.

Encontra-se em curso o projeto para extensão da ligação da rede de drenagem da BdT a novas áreas do Parque Empresarial, entretanto comercializadas, que irá prolongar o investimento nesta infraestrutura até final de 2020.

- **ESTAMO:** tem em curso um conjunto de investimentos de reabilitação dos seus imóveis, que implicarão medidas concretas de poupança de energia e de água, assim como permitirão melhorar as condições de trabalho dos colaboradores dos nossos inquilinos, melhorar a segurança do material de transporte (elevadores) e estabelecer condições de melhor mobilidade para pessoas como mobilidade reduzida. Tratando-se de imóveis arrendados a entidades públicas, algumas delas com atendimento ao público, pode dizer-se que os efeitos positivos referidos se farão sentir nos cidadãos que utilizarem esses serviços públicos.
- **CE:** em 2018, o Circuito do Estoril procedeu à repavimentação total da pista. O investimento em causa contribui para a rentabilização do Circuito Estoril, tendo em conta que o último repavimento total da pista se realizou em 1998/1999 e encontrava-se em final de vida útil, apresentando já um grau de degradação apreciável. A não realização deste investimento acabaria por inviabilizar a exploração/aluguer da infraestrutura desportiva, que é o aluguer da pista, traduzindo-se não só na perda de rentabilidade do circuito, mas também da homologação do grau máximo da FIA para circuitos.

Já em 2019, o Circuito do Estoril procedeu à requalificação da pista de "Todo o Terreno", viabilizando desta forma a utilização deste espaço pelas marcas, traduzindo-se numa maior rentabilidade do circuito.

A empresa procedeu à substituição do sistema de ar condicionado/ aquecimento do Centro Médico, que estava obsoleto.

Procedeu à renovação da rede interna de abastecimento de água na zona do "Paddock Sul" e parcial na parte exterior do circuito.

Em 2019, o CE investiu, ainda, na segurança à volta da pista, com a aquisição de barreiras amovíveis e barreiras de delimitação da pista, com impacto para o interior da pista - segurança - e para o exterior da pista - ruído.

Com os investimentos recentemente realizados, o Circuito do Estoril está a programar a criação de um conjunto de iniciativas adicionais de divulgação, formação, prevenção de segurança, dinamização de atividade desportiva de jovens e promoção do desporto e da região junto de novos *stakeholders*.

- **FLORESTGAL:** o objeto social da empresa definido em 2018 visa a promoção da gestão e desenvolvimento florestal por todo o país, isto é, tem como objetivo a promoção de atividades económicas no denominado interior do país, tendo em vista, para além das questões ambientais, também a dinamização económica, social e demográfica dessas regiões. Em 2018 e 2019 a sociedade levou a cabo um levantamento para atualização e reavaliação das condições e necessidades do espaço imobiliário sob gestão.
- **SAGESECUR:** a principal parcela do seu património é constituída pelo material circulante utilizado na concessão ferroviária do eixo norte\sul, tendo levado a cabo um investimento muito significativo na modernização do equipamento em diversas vertentes que incluíram o reforço da segurança e conforto dos passageiros e o aumento da eficiência energética dos comboios.

No que diz respeito às cadeias de fornecimento das várias empresas do Grupo PARPÚBLICA, importa considerar o seguinte detalhe de caracterização:

- **Grupo AdP:** conta com uma extensa rede de fornecedores, com uma grande diversidade de atuação, de norte a sul do país, do litoral ao interior. Desta forma, o Grupo dinamiza a economia, criando postos de trabalho à escala local, refletindo-se a nível nacional, com impacto sobretudo nas zonas mais interiores. Os Prestadores de Serviços associadas ao core business de exploração de infraestruturas, contribuíram em 2019, para a existência de 612 postos de trabalho;
- **INCM:** Total de fornecedores (2019): 1005; Total de custos com fornecedores (2019): 60 400 milhares euros; Categorias de fornecimento: 335 fornecimento de materiais, 836 fornecimentos de serviços e outros.

Devido à natureza da sua atividade, a maior parte dos fornecedores de compras diretas encontra-se fora de Portugal e desenvolve operações em segmentos de mercado muito específicos, como os materiais de segurança. No entanto, os fornecedores estrangeiros são maioritariamente europeus;

- **SIMAB:** o Grupo SIMAB não possui, de forma direta, uma atividade produtiva e os seus fornecedores são divididos em dois grandes grupos: fornecimentos de bens (água, eletricidade) e prestadores de serviços (manutenção, segurança, limpeza e gestão de resíduos). Relativamente a estes últimos, os mesmos têm fornecedores de materiais e, nalguns casos, também prestações de serviço. A SIMAB gere os seus fornecedores diretos, mas também, sempre que justificável, supervisiona os fornecedores indiretos;
- **ESTAMO:** sendo uma empresa imobiliária com atividade integralmente nacional, lança consultas e escolhe os seus fornecedores integralmente no mercado português. Tratam-se de fornecedores de cinco tipos de produtos e serviços: 1 - Consumíveis (eletricidade, água, gás, etc); 2 - Serviços de Manutenção (Segurança, limpeza, manutenção de elevadores, pequenas reparações, etc) 3 -

Obras (empresas de construção civil para obras de beneficiação); 4 - Trabalhos especializados imobiliários (avaliações, arquitetura, engenharia, topografia, etc) e 5. Consultoria (jurídica, fiscal, contabilidade, recursos humanos, etc.).

Em 2019 o valor total de pagamentos a fornecedores efetuado pela sociedade foi de € 5,1M, tendo trabalhado com 180 fornecedores diferentes. Dada a natureza dos fornecimentos acima descritos são considerados como fornecimentos de trabalho-intensivo.

- **CE:** dada a especificidade dos serviços prestados, não existe no mercado um leque muito grande de fornecedores para os serviços solicitados, o que não quer dizer que não esteja atenta ao feedback de todos os envolvidos na cadeia de fornecimento. Os fornecedores do CE são na sua grande maioria nacionais, privilegiando-se ainda aqueles cuja localização é mais próxima do circuito.

Em 2019 a CE contou com cerca de vinte fornecedores diferenciados

Importa também considerar as principais alterações ocorridas nas empresas, em particular as relacionadas com a cadeia de fornecimento:

- **Grupo AdP:** destaca-se em 2019 a entrada em operação de novas infraestruturas no Alentejo, região historicamente marcada pela escassez de recursos hídricos e uma das mais vulneráveis do nosso país no quadro das alterações climáticas, e a criação da nova empresa Águas do Alto Minho, que entrou em operação a 1 de janeiro de 2020, e que serve uma população residente de 204 mil habitantes em sete municípios desta região;
- **INCM:** Nova estrutura organizacional; Nova estrutura de Comitês divididos em: Comitês para Acompanhamento do Plano de Investimentos e de Objetivos Programáticos e Comitês para Acompanhamento das Linhas Orientadoras;
- **BdT:** implementado processo interno para desmaterialização dos procedimentos de conferência e validação de faturas.

Apresentam-se de seguida outros indicadores, cujo impacto económico pode ser relevante no contexto das realidades de cada uma das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

- Relativamente a responsabilidades despendidas com planos de benefícios na aposentação oferecidos, há a salientar, no **Grupo AdP**, o caso da **EPAL**, que dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa. Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Plano de contribuição definida: a empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, através da entrega mensal de 3,5% do valor das remunerações, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de carácter voluntário. As contribuições realizadas, durante os exercícios 2019, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram de € 428.711.

Plano de benefícios definidos e pré-reformas: a empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida. As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica para as pré-reformas, registada no passivo, a qual ascendia a € 115.000 no final de 2019.

A PARPÚBLICA tem, a este respeito, responsabilidades de cerca de € 3M, tendo pago em € 0,9M.

- Benefícios financeiros recebidos do Estado: de assinalar os valores de 62,3 milhões de euros do Grupo AdP, de 2,4 milhares de euros da Companhia das Lezírias e de € 1 418,20 da FLORESTGAL.
- Proporção de gastos com fornecedores locais (nacionais) em compras e operações significativas: destacam-se a SIMAB e ESTAMO e com 100% de fornecedores locais, o Grupo AdP com 99,6%, a CE com 95%, a PARPÚBLICA com 93% e a INCM com 63%.

6.4. VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES

As empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram adotar as melhores práticas de gestão de recursos humanos, não obstante os constrangimentos que se têm vindo a verificar nesta área, no que se refere à possibilidade do redimensionamento dos recursos humanos, das estruturas salariais e dos benefícios atribuídos inerentes ao facto de

pertencerem ao Setor Empresarial do Estado. Apesar de se ter já verificado alguma evolução no exercício de 2019 sobre estes aspetos, permanecem ainda restrições significativas.

De uma forma genérica, tem havido preocupação em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus colaboradores através dos salários, e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e das oportunidades de carreira proporcionadas em diversas áreas do Grupo, bem como, em adotar boas práticas ao nível da igualdade entre mulheres e homens, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho. Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

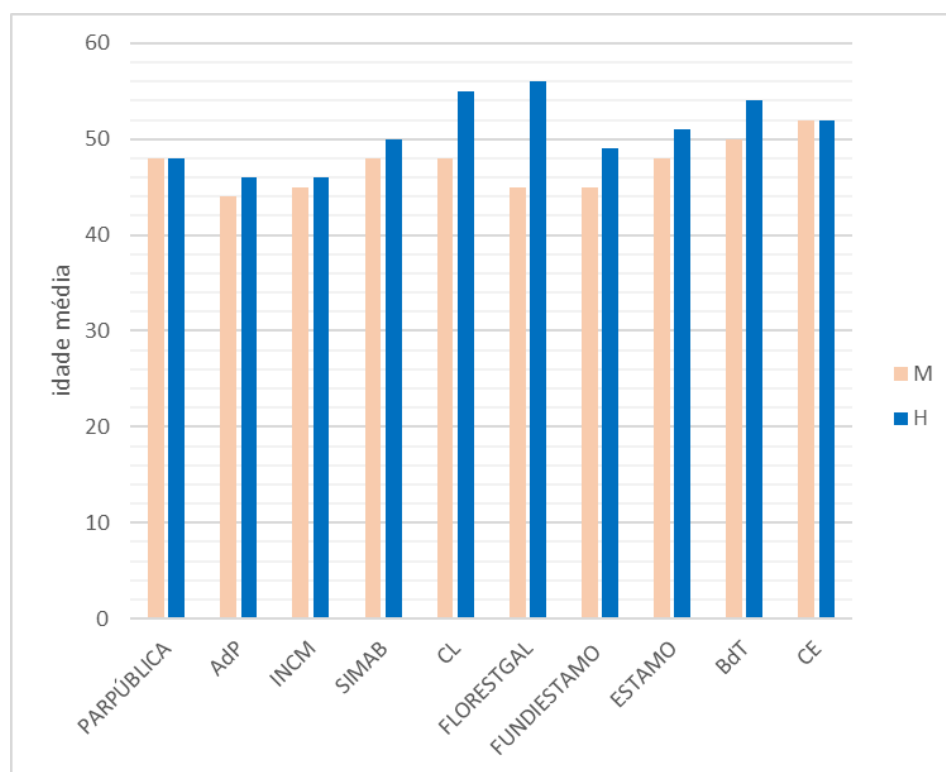


6.4.1. Caracterização do Grupo

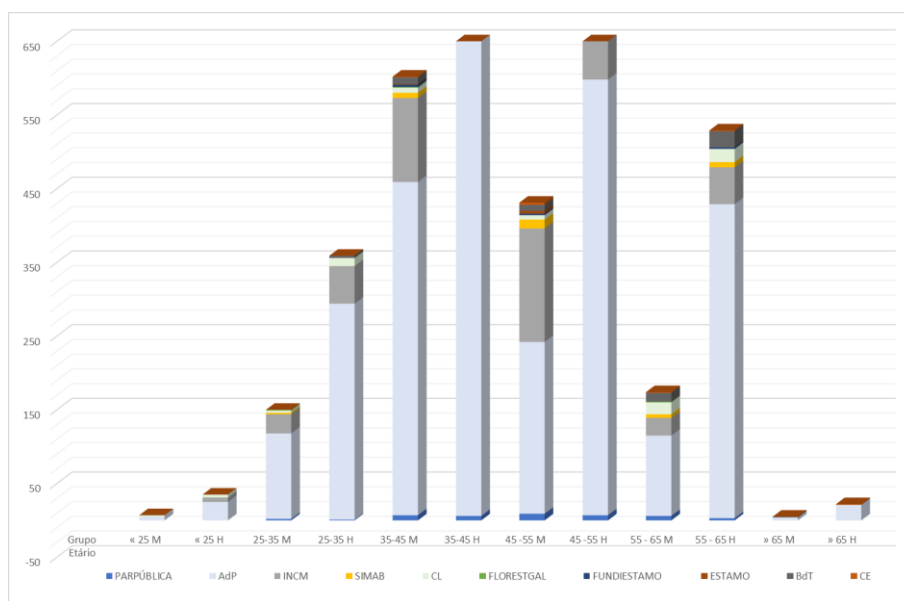
Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese de indicadores que procura caracterizar as várias realidades existentes nas empresas do Grupo PARPÚBLICA relativamente aos seus colaboradores:

PARPÚBLICA	M	H	TOTAL
	24	17	41
AdP	919	2293	3212
INCM	318	382	700
SIMAB	26	27	53
CL	33	65	98
FLORESTGAL	3	2	5
FUNDIESTAMO	5	6	11
ESTAMO	5	3	8
BdT	30	42	72
CE	5	8	13
TOTAL	1368	2845	4213

No final de 2019 o Grupo PARPÚBLICA contava com um total de 4.213 colaboradores (32,5% Mulheres e 67,5% Homens), apresentando-se no gráfico seguinte a distribuição dos colaboradores por média de idades e por género, nas empresas do Grupo:



No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por grupo etário nas empresas do Grupo:



EMPRESAS Grupo Etário	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE	TOTAL
« 25 M	0	5	0	0	2	0	0	0	0	0	7
« 25 H	0	25	6	0	4	0	0	0	0	0	35
25-35 M	2	116	26	2	3	1	0	0	0	0	150
25-35 H	1	293	51	0	11	0	0	0	3	0	359
35-45 M	7	452	114	7	7	1	3	1	9	1	602
35-45 H	6	937	155	10	16	1	3	0	9	1	1138
45-55 M	9	233	154	12	6	0	2	4	8	3	431
45-55 H	7	591	120	10	15	1	1	3	8	5	761
55-65 M	6	109	24	5	16	1	0	0	12	1	174
55-65 H	3	426	50	7	18	0	2	0	22	1	529
» 65 M	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	5
» 65 H	0	21	0	0	0	0	0	0	0	1	22
TOTAL	41	3212	700	53	98	5	11	8	72	13	4213

De seguida caracteriza-se o Grupo PARPÚBLICA por tipo de contrato de trabalho (contrato permanente, com contrato a termo certo, estágios) e por género:

	Contrato de Trabalho						TOTAL
	Permanente		Com termo		Estagiários/Outros		
	F	M	F	M	F	M	
PARPÚBLICA	17	24	0	0	0	0	41
AdP	841	1964	13	37	65	292	3212
INCM *	299	353	19	29	3	5	708
SIMAB	26	27	0	0	0	0	53
CL	32	64	1	1	0	0	98
FLORESTGAL	2	1	1	1	0	0	5
FUNDIESTAMO	5	6	0	0	0	0	11
ESTAMO	5	3	0	0	0	0	8
BdT	33	39	0	0	0	0	72
CE	5	8	0	0	0	0	13
TOTAL	1265	2489	34	68	68	297	4221

* A INCM reporta 8 estagiários que não inclui no nº total de trabalhadores da empresa

No caso da BdT e da AdP a totalidade dos colaboradores estão abrangidos por acordos de negociação coletiva, sendo que neste último caso, desde 2018 está em vigor um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), celebrado com os Sindicatos, que constitui um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos colaboradores.

Nas restantes empresas do Grupo, apenas a INCM e a CL apresentam este tipo de acordo, com 43% e 55% de colaboradores abrangidos, respetivamente.

No seguinte quando identificamos a relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e a média das remunerações totais anuais de todos os trabalhadores (exceto o mais bem-pago):

AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
4,70	1	3,11	4,91	n.d	2,40	2,00	2,4	2,60

n.d. Informação não disponível

Salientam-se de seguida os principais benefícios atribuídos aos colaboradores com contrato a termo incerto, a termo certo, sem termo, a tempo parcial e estagiários que vigoram na esfera das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

PARPÚBLICA:

- **Seguro de Saúde:** constitui um benefício atribuído com base em critérios objetivos e idênticos, a todos os colaboradores, sendo extensível ao cônjuge e aos dependentes com o limite de idade de 25 anos;
- **Seguro de Acidentes Pessoais:** é atribuído a todos os colaboradores, incluindo invalidez e morte. O valor do seguro corresponde a 42 vezes o salário mensal, incluindo vencimento base, isenção de horário de trabalho e subsídio de alimentação, conforme estipulado na lei;
- **Complemento Judicial:** é atribuído aos colaboradores que, na qualidade de advogados, são chamados, no exercício das suas funções no âmbito da

PARPÚBLICA, a praticar atos próprios da advocacia. O valor deste complemento e a sua atribuição são determinados pela Comissão Executiva, mantendo-se o valor mensal em vigor (100,00 € - 12 vezes por ano) e o universo dos beneficiários;

- **Transportes:** Aos colaboradores que por via contratual ou funcional detenham a categoria ou exerçam as funções de Diretor, a PARPÚBLICA atribui a utilização de uma viatura;
- **Atividades de lazer\desportivas\culturais:** no quadro da responsabilidade social, a Empresa promove a celebração de protocolos com entidades que possam oferecer condições especialmente favoráveis que facilitem e promovam a participação em atividades de lazer, desportivas ou culturais. Estes protocolos são aprovados pela Comissão Executiva e objeto de divulgação generalizada.

ADP:

Existem diversos benefícios complementares que traduzem a aposta em políticas sociais nas várias empresas do Grupo AdP e que contribuem para a conciliação da vida profissional com a vida pessoal:

- Seguro Saúde (extensível ao agregado familiar do colaborador);
- Seguro de Vida;
- Subsídio de transporte;
- Entrega de Cabaz de Natal a todos os colaboradores e de presentes de Natal aos seus filhos;
- Dispensa de serviço no dia de aniversário do colaborador;

- Atribuição de Bolsas de Estudo para filhos de colaboradores que frequentem o Ensino Superior Público e Ensino Especial (em 2019 foram entregues 43 bolsas, 23 de ensino especial e 20 de ensino superior, no valor de 1.200 euros cada);
- Todos os colaboradores estão cobertos nas questões de saúde e segurança por acordos formais com sindicatos.
- O Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor no dia 13 de novembro de 2018, e abrange um universo de 3.212 colaboradores do Grupo AdP, inclui a garantia dos direitos de prevenção de riscos e doenças profissionais, bem como da proteção da segurança e saúde do trabalhador, nomeadamente complementos remuneratórios em caso de incapacidade por acidente de trabalho ou doença profissional;
- Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.
- Cabaz de berço;
- Acordos com instituições culturais;
- Campos de férias para os filhos dos trabalhadores.

INCM:

Através dos Serviços Sociais, a INCM oferece um conjunto alargado de benefícios a todos os colaboradores, abrangendo os seus cerca de 500 descendentes e, ainda, aproximadamente, 1.300 reformados da empresa:

- Apoio na saúde, disponibilizando postos médicos privativos nas instalações dos edifícios da Casa da Moeda e da Imprensa Nacional, com atendimento diário e corpo de enfermagem;
- Os beneficiários têm o direito de optar por diferentes vias nos cuidados de saúde, em regime de complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde, bem como têm acesso a participação e outros apoios diversos;
- Postos Médicos privativos - Rede de Entidades protocoladas, Rede de Prestadores convencionados, Clínica Livre;
- Protocolos com entidades que permitem a aquisição de bens e serviços em condições preferenciais de atendimento e de preço destinados aos colaboradores e seus familiares, exemplo disso são, agências de viagens, entidades bancárias, infantários, Inatel, etc;
- Disponibilização de refeições nos refeitórios da empresa;
- Realização de programas de ocupação de tempos livres (OTL) nas férias letivas de verão para os descendentes dos colaboradores, e que continuaram a constituir-se como uma alternativa fiável e económica (em 2019 cerca de 169 beneficiaram desta iniciativa);
- Atribuição de subsídio destinado a apoiar a aquisição de livros escolares dos descendentes (em 2019 foram concedidos 401 subsídios);
- A INCM continuou a dar destaque a uma ocasião importante na vida dos seus colaboradores: o nascimento dos filhos. Para assinalar esse momento a empresa ofereceu 9 Kit Bebê aos colaboradores que foram pais. Dispensa de 4 dias em horas de ausência para assistência à família;
- Atribuição de um vale creche para os filhos dos colaboradores entre os 4 e os 6 anos (foram atribuídos 97 em 2019);

- Dispensa ao trabalho no dia de aniversário do colaborador e dos filhos;
- Festa de Natal para os filhos dos colaboradores, em 2019 cerca de 491 crianças e jovens beneficiaram;
- No âmbito da responsabilidade social interna a INCM atribui um complemento ao subsídio base da segurança social, por forma a igualar o vencimento na ausência;
- Empresa oferece um subsídio para aquisição de livros escolares dos filhos dos colaboradores - 401 subsídios em 2019.

- **SIMAB:**

É política do Grupo SIMAB que todas as participadas proporcionem a todos os seus colaboradores:

- seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais e proporcionar aos colaboradores acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

CL:

Atribuição de benefícios aos colaboradores:

- Os benefícios em vigor, de carácter geral, são atribuídos a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo contratual, com as exceções indicadas. Atualmente encontram-se em vigor:

- Atribuição de complemento de baixa, por doença ou acidente de trabalho, durante 60 dias por ano. É suportado pela empresa o valor que não é pago pela Segurança Social ou pela Companhia de Seguros;
- Atribuição de subsídio de estudo anual, de carácter pecuniário, aos descendentes dos trabalhadores com contrato a termo certo, durante o percurso pelo ensino básico, secundário e superior;
- Atribuição de subsídio de saúde anual, mediante apresentação de comprovativo da despesa.



FUNDIESTAMO:

- Seguro de saúde;
- Lugar de estacionamento para viaturas próprias.

ESTAMO:

- Seguro de saúde.



BdT:

A empresa desenvolve várias atividades ligadas à promoção da saúde e bem-estar dos seus colaboradores e dependentes:

- Regalias no Hospital Cuf, tais como serviços de urgência, consultas médicas, internamentos, entre outros;
- Pagamento da verba não participada de medicamentos compartilhados;
- Tem estabelecido um protocolo com um ginásio;
- Festa de Natal para colaboradores e filhos.

CE:

A sociedade, para além dos seguros de acidentes de trabalho, tem um acordo com a Médis para os seus colaboradores.

6.4.2. Igualdade e diversidade

Relativamente à igualdade e diversidade, as empresas do Grupo PARPÚBLICA têm vindo a consagrar estes princípios nos seus valores através de Códigos de Ética, Planos de Igualdade de Género e das próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas.

Para além de acolherem estes princípios nos seus normativos as empresas do Grupo PARPÚBLICA promovem ativamente práticas de atuação que procuram assegurar a não discriminação na gestão diária dos recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório.

Neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo em vista o aprofundamento do princípio de Igualdade de género:

PARPÚBLICA: No decurso de 2020 a empresa aderiu ao iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer.

AdP:

- O Grupo inclui no seu planeamento estratégico objetivos explícitos e mensuráveis que visam a promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- Constante revisão dos Códigos de Conduta e Ética assegurando os princípios de igualdade, não discriminação e conciliação;
- Promoção da temática da igualdade de género na cadeia de fornecimento
- Promoção da equidade na representação de género na composição de júris e comissões;
- Revisão dos manuais de acolhimento assegurando os princípios de igualdade, não discriminação e conciliação;
- Criação e manutenção de informação, tratada por género, relativa aos processos de recrutamento e seleção de pessoal, formação, desempenho, estágios, entre outras;
- Divulgação regular de informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores em matéria de igualdade, não discriminação, saúde, cidadania, maternidade/paternidade, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e informação objetiva e atualizada sobre o fenómeno do assédio, sexual e moral, no local de trabalho;
- Promoção da equidade Mulher/Homem no gozo das licenças parentais, através da divulgação de direitos e deveres na parentalidade, previstos na legislação;
- Implementação e certificação (NP 4552:2016) das empresas na norma de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional -;
- Aproveitar o progresso das tecnologias de informação para a criação de novas formas de organização e gestão do trabalho, acessíveis a trabalhadores, que facilitem a conciliação familiar;
- Divulgação dos recursos existentes na área geográfica da empresa que facilitem a conciliação trabalho-família;
- Promoção da mobilidade interna no Grupo;
- Realização de iniciativas para debate de ideias sobre a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;

- Promoção de iniciativas sobre igualdade, não discriminação e conciliação no Centro de Educação Ambiental Água 360º;
- Integrar projetos relevantes relativos à igualdade, não discriminação e conciliação, privilegiando aqueles com especial enfoque no combate à pobreza e exclusão social na sociedade (exemplo: Girl MOVE, Girl Técnico, Comunidades Ciganas);
- Utilização de uma linguagem (escrita, não escrita e imagens) neutra, inclusiva e não discriminatória nos processos de comunicação internos e externos;
- Integração de indicadores obrigatórios de igualdade de género (IG) em relatórios oficiais (R&C, RS, etc.) e disponibilização no *site* das empresas de indicadores gerais de IG.

INCM: a empresa dispõe de um Código de Ética e de Conduta que define padrões éticos e deontológicos aceites e praticados pela empresa, e um canal de reporte direto etica@incm.pt. O Código de Ética e de Conduta bem como o canal de ética estão sempre disponíveis, para internos na Intranet e para externos na sua página oficial (https://www.incml.pt/portal/incml_codetica.jsp). Internamente o Comité de Ética é o órgão independente responsável por promover a aplicação e a revisão do Código de Ética e de Conduta e pela gestão de todas as questões reportadas. Neste âmbito a INCM é Subscritora da Carta Portuguesa para a Diversidade

CL: Na companhia das Lezírias, no que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, isto é evidenciado na composição do Conselho de Administração que apresenta uma situação equilibrada no que se refere ao género, Para 2020, a empresa tem como objetivo a formalização e adoção de um Plano para a Igualdade.

No setor agrícola apresenta historicamente uma grande predominância de mão-de-obra masculina, mas apesar de tal acontecer, está estabelecida na empresa uma política de meritocracia que assenta na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género.

ESTAMO:

- Tem em vigor um plano de igualdade de género.

Baía do Tejo:

Para além de participar ativamente nos Fóruns de Empresas para a igualdade, dispõe, desde 2014, de um Plano para a Igualdade, tendo sido aprovado um novo plano para entrada em vigor 2020, o qual, surgiu na sequência do anterior e acolhe, em continuidade, as medidas cuja implementação se consolidaram e adota novas medidas face ao enquadramento legal atual.

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores, referentes às empresas do Grupo PARPÚBLICA, que permitem ilustrar a sua caracterização quanto ao género.

Relativamente à comparação das retribuições entre Mulheres e Homens, apresenta-se a análise do quadro seguinte (retribuição base mensal média das mulheres/retribuição base mensal média dos homens:

RÁCIO DA RETRIBUIÇÃO MÉDIA MENSAL F/M			
	TOTAL DO PESSOAL	ADMINISTRAÇÃO	Colaboradores
	F/M	F/M	F/M
PARPÚBLICA	59,0%	69,0%	61,0%
AdP	120,0%	130,0%	100,0%
INCM	100,0%	100,0%	*
SIMAB	112,0%	100,0%	115,0%
CL	95,5%	80,0%	81,8%
FLORESTGAL	83,2%	77,6%	122,5%
FUNDIESTAMO	91,0%	87,0%	74,0%
ESTAMO	68,0%	50,0%	70,0%
BdT	88,0%	**	88,0%
CE	103,0%	***	60,0%

*) A remuneração base é estabelecida no Acordo Empresa e não existe nenhuma distinção devido ao género

**) A administração é toda de um só género.

***) Só um género oferece remuneração

A realçar o número de colaboradores no ativo que usufruíram, no ano de 2019, de licença parental por género:

EMPRESAS	M	H
PARPÚBLICA	0	2
AdP	35	95
INCM	5	13
SIMAB	0	0
CL	0	2
FLORESTGAL	0	0
FUNDIESTAMO	0	0
ESTAMO	0	0
BdT	0	0
CE	0	0

No quadro seguinte apresentamos a taxa de absentismo por género:

EMPRESAS	M	H
AdP	1,50%	3,40%
INCM	8,28%	7,18%
SIMAB	5,00%	2,00%
CL	2,90%	6,06%
FLORESTGAL	n.d.	n.d.
FUNDIESTAMO	n.d.	n.d.
ESTAMO	0,60%	2,0%
BdT	1,16%	2,0%
CE	1,46%	8,51%

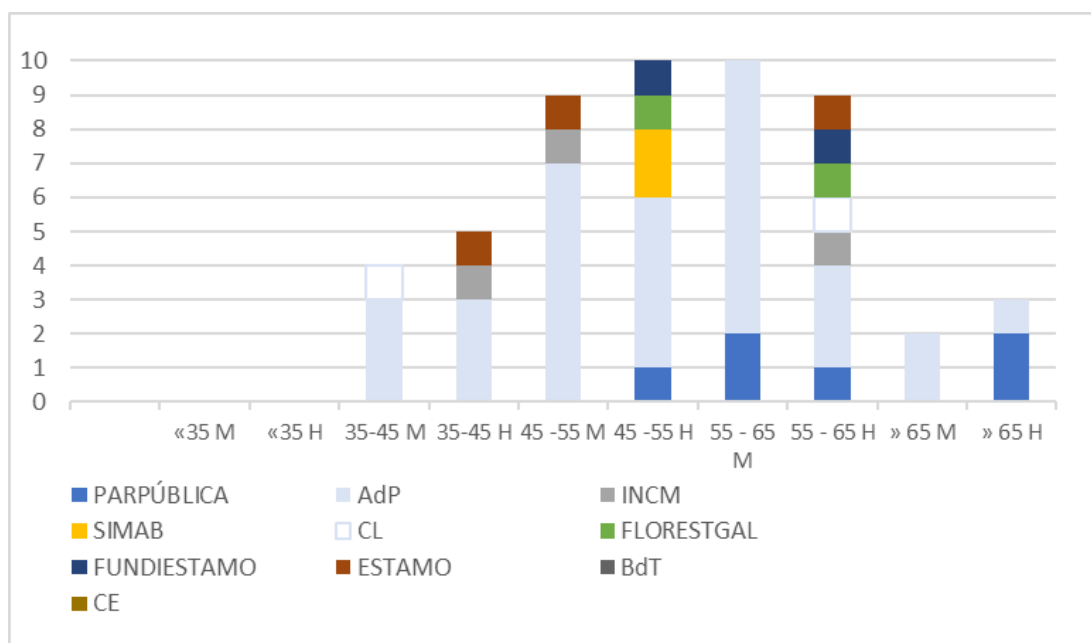
n.d.

Informação não disponível

Ainda de destacar as entradas e saídas de colaboradores, por género, nas várias empresas do Grupo:

ENTRADA DE COLABORADORES/ SAÍDA DE COLABORADORES				
	Entrada		Saída	
	F	M	F	M
PARPÚBLICA	0	0	0	0
AdP	33	114	35	95
INCM	29	41	29	24
SIMAB	1	0	0	1
CL	3	9	1	9
FLORESTGAL	1	1	0	0
FUNDIESTAMO	0	2	0	2
ESTAMO	0	1	1	1
BdT	0	0	1	2
CE	0	0	0	0

Caraterização das várias administrações do Grupo quanto ao género e o grupo etário.



EMPRESAS Grupo Etário	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE	TOTAL
«35 M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
«35 H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
35-45 M	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	4
35-45 H	0	3	1	0	0	0	0	1	0	0	5
45-55 M	0	7	1	0	0	0	0	1	0	0	9
45-55 H	1	5	0	2	0	1	2	1	2	1	15
55-65 M	2	11	0	0	2	1	2	0	0	1	19
55-65 H	1	3	1	0	1	1	1	1	0	0	9
»65 M	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	4
»65 H	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	3
TOTAL	6	35	3	2	6	3	5	4	2	2	68
M	4	23	1	0	3	1	2	1	0	1	36
H	2	12	2	2	3	2	3	3	2	1	32

Nos casos da BdT e da SIMAB, os Administradores são todos do mesmo género.

6.4.3. Formação e avaliação

As empresas do universo PARPÚBLICA têm vindo a promover inúmeras ações no âmbito da formação dos seus colaboradores, seja internamente ou externamente. Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus colaboradores, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros, de que se destacam as temáticas relacionadas com a gestão

financeira, análise de investimentos, e, naturalmente as temáticas da sustentabilidade. A este propósito é de referir que em 2019 a PARPÚBLICA, no quadro da sua atuação enquanto holding, promoveu, em articulação com uma instituição do ensino superior público, a construção de uma oferta formativa nas áreas económica, financeira e de sustentabilidade, destinada à generalidade das empresas do Grupo. Esta ação de formação, cujos conteúdos foram definidos em função de necessidades que são comuns às diversas empresas, está atualmente em curso, envolvendo 35 participantes oriundos de 11 empresas do Grupo, a que se juntou também a Fertagus, empresa com a qual existem relações contratuais significativas.

Apresentam-se no quadro seguinte as Horas de formação por género nas várias empresas do Grupo:

EMPRESAS	M	H	Nº de Horas de formação - média		
			M	H	TOTAL
PARPÚBLICA	491	240	20	14	18
AdP	26 617	57 340	12	25	26
INCM	13 196	14 810	43	39	41
SIMAB	598	374	23	14	18
CL	209	292	6	4	5
FLORESTGAL	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
FUNDIESTAMO	87	58	17	10	13
ESTAMO	16	12	3	4	4
BdT	1 452	1 115	48	27	36
CE	30	48	5	6	6
TOTAL	42 696	74 289	178	142	166

n.d. Informação não disponível

Em face da sua especificidade, há ainda a destacar, as seguintes empresas do Grupo, relativamente à formação e qualificação dos seus colaboradores:

PARPÚBLICA:

Tem implementado políticas orientadas no sentido da valorização profissional dos seus colaboradores.

Neste sentido a empresa tem como objetivo elaborar anualmente um plano de formação onde integra o conjunto de ações formativas consideradas necessárias e oportunas tendo por base a avaliação dos responsáveis pelas diversas áreas e pelos colaboradores.

Em 2019 foram efetuadas ações de formação em Microsoft Word e Excel, para todos os colaboradores interessados.

De referir ainda que, em 2019, no âmbito do investimento na valorização profissional, a PARPÚBLICA apoiou a frequência de cursos de nível superior (licenciatura e pós-graduação) nas áreas jurídica e de gestão, a duas colaboradoras.

Também em 2019 decorreu a preparação de uma ação de formação de nível superior, na área financeira, dirigida não só aos colaboradores e colaboradoras da PARPÚBLICA, mas também às restantes empresas do Grupo. Esta formação teve início em janeiro de 2020.

AdP:

No Grupo AdP a aposta é na formação contínua, corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na sua estratégia, entendendo que é fundamental dotar os seus recursos humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso. Desta forma, a formação dos colaboradores é uma aposta forte da política de Recursos Humanos.

Na AdP, são igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

NO Grupo AdP, a participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

INCM:

O plano de formação da INCM contempla vários âmbitos, por meio de várias tipologias (sala, *e-learning*, *on-job*), com o objetivo de desenvolver competências de natureza técnica, comportamental, de gestão e ainda de liderança nos colaboradores.

A INCM, em 2019, teve um investimento superior a 330 mil euros traduzido em: 139 cursos, 199 sessões e 28.006 horas de formação.

Em 2019, reforçou o investimento em formação apresentado um valor superior a 330 mil euros, traduzido em 139 cursos a que corresponderam 199 sessões formativas, que representaram um aumento de 24% do número total de horas ministradas face a 2018 e de 39% quando comparado com o ano de 2017. A percentagem de colaboradores abrangidos por ações formativas elevou-se aos 98%, registando-se um número médio de 37 horas por participante.

SIMAB:

972 H de Formação.

BdT:

A empresa mantém nas suas prioridades o objetivo de valorização dos seus colaboradores, através de ações de formação contínua, especialmente dirigidas às áreas funcionais a que se encontram adstritos. Neste sentido, durante o ano de 2019 foram promovidas e financiadas várias ações de formação para os colaboradores (2.567 horas)

Também de destacar o total de horas de formação de colaboradores em políticas e práticas relacionadas com os direitos humanos, relevantes para as operações das empresas onde estão inseridos:

Grupo AdP: Atendendo a que 56% das empresas deste Grupo é certificada na norma SA8000, anualmente os seus colaboradores recebem formação neste âmbito -1300 em 2019;

SIMAB: 289 horas em 2019.

Relativamente à evolução nas carreiras, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho. Noutras ainda estão em fase de desenvolvimento:

PARPÚBLICA:

Começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização de carreiras e de avaliação de desempenho. Em 2019, foi reportado o desempenho no exercício de 2018, aplicando-se a 100% dos colaboradores.

AdP:

Existe no Grupo um modelo de avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira. A gestão de desempenho assenta em princípios de promoção do

desenvolvimento de competências e de melhoria contínua e prevê que a avaliação não seja um ato isolado, mas antes parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e o desenvolvimento dos colaboradores. No âmbito do processo de avaliação é desenhado um Plano de Desenvolvimento de carreira para cada colaborador, no qual se identificam ações que promovam a melhoria do desempenho na função atual e/ou que o preparem para as novas responsabilidades e exigências que se perspetivem no futuro.

A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que é valorizada e estimulada no Grupo AdP, constituindo também um fator importante na evolução profissional dos seus recursos humanos. O recrutamento interno de profissionais para alocar a projetos e/ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor à AdP e possibilita aos seus colaboradores a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências transversais. A Política Corporativa de Mobilidade Geográfica, tem dado um contributo ativo para a dinamização de processos de mobilidade funcional ao garantir um conjunto de apoios aos colaboradores, em mobilidade, destinados a facilitar e apoiar a transição e a instalação no novo local de trabalho.

Em 2019, no Grupo AdP foram avaliados, relativamente a 2018, todos os trabalhadores/elegíveis para o processo de avaliação de desempenho.

INCM:

O Sistema de Gestão de Desempenho da INCM visa promover o crescimento profissional dos colaboradores e o reconhecimento da sua contribuição para os resultados da empresa, numa cultura de meritocracia.

O processo de desdobramento dos objetivos estratégicos, passando pelos das unidades orgânicas e culminando na contratualização, em cascata, dos objetivos de equipa e

individuais dos colaboradores, fomenta o alinhamento da organização em torno da execução da estratégia. Os objetivos das unidades orgânicas, que mais direta ou indiretamente se traduzem na fixação dos objetivos dos colaboradores, são mensalmente monitorizados, através da definição não só de metas anuais, mas também de metas intercalares, que permitem efetuar o acompanhamento regular do desempenho institucional e, desta forma, tomar decisões baseadas em factos e em tempo útil sempre que se verificam desvios face ao planeado ou surjam novas oportunidades que exigem um realinhamento das prioridades. Em 2019, 100% dos colaboradores foram avaliados.

Grupo SIMAB:

Foi iniciado o projeto de reestruturação de carreiras, prevendo-se que durante o ano de 2020 esteja concluído.

BdT:

Aguarda a validação de proposta para aplicação de Tabela de Carreiras e Remunerações, para posterior e consequente implementação de sistema de avaliação de desempenho.

Deu início, já em janeiro de 2020, a um estudo de *engagement* (em curso), com vista à reorganização dos recursos humanos da empresa e dos serviços, mediante eventual realocação, no sentido da melhoria do desempenho e satisfação dos seus recursos humanos.

CE:

Em 2019 foi implementado um sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores. 100% dos colaboradores foram avaliados.

6.5. VALORIZAÇÃO DA SOCIEDADE

As empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem a sua atividade em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma.

Acresce que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

A PARPÚBLICA procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança são avaliados

tendo em consideração à melhoria dos mesmos. Mas também a atividade da INCM relacionada com as edições com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, ou da Companhia das Lezírias, através da Coudelaria de Alter, na preservação do património genético animal da raça Lusitana.

A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos, como atrás já se detalhou.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de Conduta aos quais aderiram, como explicado em capítulos anteriores.

Considerando as características dos diferentes produtos e serviços prestados pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA, nos casos aplicáveis, salientam-se alguns indicadores referentes à materialização de tais preocupações:

- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários referentes a impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança, durante o ciclo de vida;
- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;
- Com exceção do Grupo AdP, onde se verificaram 3.660 reclamações de clientes (não tendo sido possível, contudo, desagregar a informação de forma a apurar se alguma foi referente a violação da privacidade e perda de informação dos clientes), praticamente inexistência de reclamações referentes a violação da privacidade e perda de informação dos clientes;

- Inexistência de multas significativas e de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos;
- Inexistência de multas significativas decorrentes de não conformidades com a legislação e regulamentos relativamente ao fornecimento e uso de produtos e serviços.



6.5.1. SERVIÇO PÚBLICO E DE INTERESSE GERAL

A *holding* PARPÚBLICA não presta serviços públicos ou serviços de interesse geral, no entanto, como acionista funciona como a interligação e meio de intervenção do Estado nas suas participadas que prestam este tipo de serviços, garantindo de forma rigorosa a atuação das mesmas nestas matérias. Assim, destacamos as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo universo do Grupo PARPÚBLICA:

- **Grupo AdP:** constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e efetua a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente;
- **INCM:** possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da

República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros);

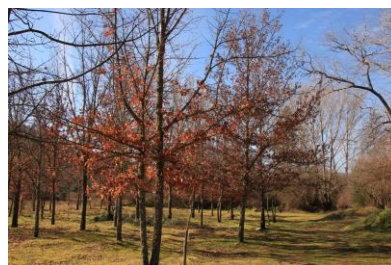
- **SIMAB:** assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais;
- **CL (através da Coudelaria de Alter):** com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:
 - A preservação e divulgação do património genético animal da raça Lusitana, bem como o fomento e melhoramento dos equinos, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
 - A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos

equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;

- O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
- A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.



- Ainda neste contexto, embora sem definição formal de serviço público e de interesse geral, assinala-se: (i) no **CE**, a prestação de serviços no domínio da formação de pilotos, de formação para forças de segurança, da formação em condução defensiva e o seu papel fulcral na promoção da região e do turismo; (ii) a **SAGESECUR** no domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja a importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto *market maker* para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores e; (iii) a **FLORESTGAL** enquanto empresa promotora do desenvolvimento da política pública florestal e de valorização do interior.



6.5.2. AÇÕES CONCRETAS

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*.

Procura-se seguidamente elencar, de forma um pouco mais detalhada, alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

PARPÚBLICA

- Desenvolvimento de iniciativas junto dos colaboradores no sentido de promover as relações interpessoais e a partilha de informação e conhecimento, fomentar a cultura e visão da organização e discutir os seus principais desafios de futuro;
- Procura preservar a sua relação com a sociedade civil através da manutenção de uma adequada política de comunicação assente em princípios de rigor, transparência e oportunidade e utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que se revelem mais adequados em cada caso (profissional especializado em assessoria de imprensa, para além de ter designado um representante para as relações com o mercado e com a CMVM);
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências.

GRUPO AdP

- A prestação de um serviço público contínuo, com exigentes padrões de qualidade e com tarifas socialmente aceitáveis, tem marcado presença no dia-a-dia das empresas do Grupo AdP e na sua visão de futuro. De realçar a Tarifa social da água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social;
- A AdP é parte integrante da ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo. Neste âmbito, em 2019, a Águas do Tejo Atlântico e a comunidade Vida e Paz iniciaram um projeto de parceria na manutenção dos espaços verdes de algumas infraestruturas de Torres Vedras realizadas pela comunidade Vida e Paz;
- Desenvolvimento do projeto "Jardins de Esperança", pela Simarsul com as IPSS da Península de Setúbal, que tem como objetivo a prestação de serviços de manutenção de espaços verdes de todas as infraestruturas da Simarsul. Este projeto encontra-se em fase de arranque;
- Desenvolvimento do projeto "Mochilas de Esperança para Moçambique" em que os trabalhadores do Grupo AdP e da Lusíadas Saúde se uniram para ajudar as vítimas do ciclone IDAI, enviando 5.000 "Mochilas Esperança" para Moçambique, iniciativa à qual os colaboradores da PARPÚBLICA também se juntaram. A Mochila continha um Kit de bens de primeira necessidade para 5.000 mochilas: arroz, massa, feijão, atum, leite condensado, tacho, colher de pau, sabonetes, sabão azul e branco e t-shirt. O grupo preparou 1400 mochilas. Estes bens foram entregues à população do Dondo, na Província da Beira, através da ONGD portuguesa APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a ÁFRICA;



- Destaca-se em 2019 a Tarifa Social da Água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social.
- Também realçar o serviço de atendimento da EPAL para a Comunidade Surda através de linguagem gestual mediante uma parceria com o Serviin Portal do Cidadão Surdo permitindo um atendimento mais personalizado através de vídeo chamada permitindo a este público comunicar com a EPAL através de língua gestual. O mesmo atendimento está implementado para clientes com deficiência visual desde 2006 permitindo que tenham acesso à fatura da água em braille bem como a disponibilização de um folheto de informações úteis também em braille.
- Relativamente à valorização profissional um dos valores da AdP é o seu contributo para o desenvolvimento dos colaboradores através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os colaboradores são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual. A participação em Associações

Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins do Grupo é igualmente incentivada e suportada;

- No âmbito da Academia das Águas Livres (AAL), promovida pela EPAL, em 2019 foi dado seguimento à Pós-Graduação em "Tecnologias e Gestão da Água", numa parceria com a FCT e a NOVA SBE. A AAL tem como objetivo colmatar lacunas da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do setor da Água e Ambiente a nível nacional;
- O projeto CAUDAL - Movimento de Desenvolvimento de Competências - deu os seus primeiros passos no último trimestre do ano de 2018 e continuou durante o ano de 2019 (1º semestre). A formação foi estendida a todos os titulares de funções de chefia: diretores e coordenadores, através da execução do MBÁguas - Programa avançado de Gestão. Pretendeu-se reforçar e valorizar as competências das chefias da AdNorte;
- Em 2019 foram atribuídas 43 bolsas: 24 de ensino especial e 20 de ensino superior, no valor de € 1.200 cada;
- Estando as empresas do Grupo AdP integradas na Sociedade onde operam, a responsabilidade social para com o ambiente, leva ao desenvolvimento de parcerias, entre outros com os Municípios clientes, de forma a, juntos, manterem uma relação de grande proximidade com a comunidade local, onde se inserem os clientes diretos e indiretos, promovendo uma maior consciencialização para a utilização sustentável dos serviços de água e saneamento;
- O Grupo tem tido um papel preponderante nas ações de sensibilização de carácter ambiental, aos diversos públicos-alvo. Estas têm incidido na promoção do uso racional da água para abastecimento evitando desperdícios e na rejeição adequada de águas residuais urbanas. Estas ações, desenvolvidas

individualmente ou através de parcerias (municípios, associações ou outras entidades), têm tido um forte impacto a nível nacional:

- Desde 2016 que desenvolvem uma campanha de sensibilização Interna “Campanha EcoAtitude AdP” que tem como objetivos promover a mudança de comportamentos, apelando à adoção de hábitos de consumo mais eficientes pelos trabalhadores e, e estimular a consciência ecológica de cada um através da implementação de EcoAtitudes, evidenciando as ações que cada um pode adotar no seu quotidiano para melhorar a eficiência nos consumos de energia, papel, água, combustível, etc., tanto no escritório como em suas casas;
- Em 2019 deu continuidade ao projeto “Água a 360º” com o objetivo de dar prossecução à Estratégia Nacional de Educação Ambiental, designadamente aos princípios orientadores e aos eixos temáticos: Descarbonizar a Sociedade, Tornar a Economia Circular e Valorizar o Território;
- O Grupo AdP deu continuidade à campanha de sensibilização para a utilização eficiente da água visando consciencializar a população para o valor da água e para a importância de abandonar hábitos de desperdício. “Água com um Pingo de Consciência” é o mote da referida campanha, que foi lançada em 2018. A campanha prosseguiu em 2019, com ações de abrangência nacional, desenvolvidas por todas as empresas do Grupo AdP, visando promover, de forma sustentada, o valor social, ambiental e económico da água e evidenciar a responsabilidade, partilhada por todos os setores e cidadãos, de fazer um uso eficiente deste recurso que é essencial à vida e se encontra ameaçado no quadro das alterações climáticas.



- O Grupo AdP também em 2019 voltou a estabelecer uma parceria com a Direção-Geral de Educação e, pelo segundo ano consecutivo, apoia o Desporto Escolar, com a distribuição de cantis a todos os atletas, num total de 7000 jovens, sensibilizando-os para o desenvolvimento sustentável;
- A promoção de visitas guiadas às infraestruturas do Grupo AdP, possibilita aos visitantes, em particular os provenientes de instituições de ensino, o contacto com a engenharia portuguesa e o impacto que esta tem na vida da população, essencialmente no que se refere aos processos de tratamento de água e de águas residuais. Em 2019 foram realizadas cerca de 1425 visitas, a um total de 35018 visitantes.
- O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios, contruído entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e que permite descobrir um roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico (em 2019 contou com 80788 visitantes e 899 visitas orientadas):
 - Aqueduto das Águas Livres;
 - Reservatório da Mãe de Água Das Amoreiras;
 - Galerias subterrâneas do Aqueduto;
 - Reservatório da Patriarcal;
 - Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.



INCM

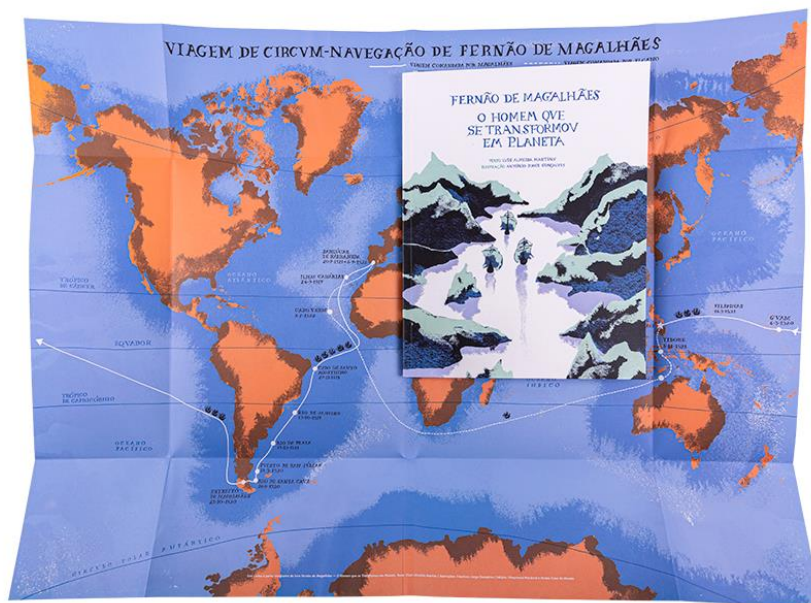
- A INCM é uma empresa que fornece produtos e serviços essenciais ao funcionamento do Estado português, essenciais à democracia e a segurança dos cidadãos: Gráfica de Segurança e Segurança Digital, Publicações Oficiais, Produção de Moeda, Contrastarias. Em 2019 destacam-se:
 - Novo grafismo do Diário da República Eletrónico (DRE) e novas funcionalidades da App;
 - Novo Documento Único Automóvel (DUA);
 - Criação da App do Livro de Reclamações (LRE Mobile);
 - Novo selo e identificador único do tabaco;
- A edição de obras essenciais da cultura portuguesa e universal é uma incumbência da INCM. O Estado garante assim a transmissão, entre gerações, do património bibliográfico da língua portuguesa, e proporciona a edição de novas obras que o



enriquecem continuamente; Assim, enquanto empresa promotora da Língua Portuguesa a INCM:

- Assinou um protocolo com o Instituto Camões - Instituto da Cooperação e da Língua I.P. e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para promover a internacionalização dos autores e património bibliográfico da língua portuguesa;
- Prémio Literário INCM / Vasco Graça Moura: prémios literários em países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
 - Prémio Literário IN / Eugénio Lisboa - Moçambique,
 - Prémio Literário IN / Arnaldo França - Cabo Verde, e
 - Prémio Literário IN / Ferreira de Castro - parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e dirigido a cidadãos portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro);
- Em 2019, das 78 obras literárias editadas pela IN, em parceria com outras entidades, 14 foram distinguidas no Plano Nacional de Leitura e três receberam prémios ou outras distinções;
- O Museu Casa da Moeda teve 96.759 visitantes em 2019. A INCM tem à sua responsabilidade a maior coleção numismática nacional e uma das maiores em termos internacionais. Para contribuir para o conhecimento e interesse crescentes na área da moeda, foi criado o Museu Digital Casa da Moeda, que garante o acesso universal e virtual a este valioso e vasto espólio, com uma coleção permanente, exposições temporárias, serviço educativo, loja, edições próprias e parcerias com outras instituições museológicas na criação de exposições. O Museu Casa da Moeda pretende ainda facilitar a investigação académica, prestar apoio aos colecionadores e apreciadores do universo numismático e divulgar ao

público em geral a moeda enquanto objeto que marca a nossa história, cultura e civilizações;



- A INCM tem aberta ao público a Biblioteca INCM, no edifício da Imprensa Nacional. A Biblioteca promove eventos culturais (69 eventos - 1.740 presenças em 2019), totalmente gratuitos, em colaboração com parceiros institucionais e culturais (Artistas Unidos, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação, Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, Orquestra Metropolitana de Lisboa, RTP, PEN Clube Português, Instituto Italiano da Cultura e ANACOM);
- Relação de cooperação com as suas congéneres Imprensa Nacional de Cabo Verde e a Imprensa Nacional de Angola;
- Relativamente ao apoio a cuidados de saúde dos seus colaboradores a INCM disponibiliza:
 - Postos Médicos Privativos (nos edifícios CM e IN), com as seguintes valências: clínica geral, nutrição, enfermagem, ginecologia e análises clínicas;

- Rede de Prestadores Convencionados: prestadores que aplicam na íntegra a tabela de honorários da INCM;
 - Rede de Entidades Protocoladas: preços praticados superiores à tabela de honorários da INCM, mas inferiores ao mercado;
 - Comparticipações (Clínica livre): comparticipações dadas ao colaborador para tratamentos com entidades sem contrato;
 - Campanhas de vacinação, rastreios e doação de sangue;
 - Assistência Medicamentosa: adiantamento no pagamento de medicamentos;
 - Serviços Sociais concedidos a todos os colaboradores e seus descendentes e a reformados da empresa;
 - Ações de incentivo a boas práticas e qualidade de vida (Dia desafio ser saudável, Ementa diária com uma opção mais saudável - Prato Ponto, Dia nacional de prevenção e segurança no trabalho);
- Aposta da empresa na formação: investimento superior a 330 mil euros traduzido em: 139 cursos, 199 sessões e 28.006 horas de formação.

O plano de formação contempla formações, de vários âmbitos, por meio de várias tipologias (sala, *e-learning*, *on-job*), com o objetivo de desenvolver competências de natureza técnica, comportamental, de gestão e ainda de liderança aos colaboradores;

- A empresa recebe estagiários (estágios profissionais e curriculares) contribuindo para a ingressão no mercado de trabalho de jovens qualificados bem como apoia à continuidade dos seus estudos e o desenvolvimento das suas teses na empresa;

- Doação de mais de 55 mil livros à Biblioteca Municipal de Quelimane em Moçambique. Estes livros juntam-se a outros 85 mil, doados por diversas instituições no âmbito de uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Setúbal, o que representa a maior oferta de livros jamais feita a Moçambique desde 1975, tanto em termos quantidade como no que respeita à diversidade de volumes;
- Empresa oferece um subsídio para aquisição de livros escolares dos filhos dos colaboradores - 401 subsídios em 2019;
- Subscritora da Carta Portuguesa para a Diversidade;
- Membro fundador do Fórum Igualdade de Género nas Empresas (IGen) e renovou o seu compromisso em 2019;
- A INCM está no processo de certificação, pela norma NP 4552 - Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, compromisso assumido com a assinatura do Pacto de Conciliação;
- A INCM produziu boletins de voto com matriz Braille: ela primeira vez, as pessoas cegas puderam votar nas eleições europeias de forma autónoma, segura e secreta através dos boletins em braille que estiveram disponíveis em todas as mesas de voto, “um passo extremamente importante”, na opinião da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO);
- O Plano Numismático da INCM visa celebrar eventos, efemérides ou personalidades de relevante interesse nacional e internacional e ainda apoiar causas sociais e ambientais relevantes (séries: Desenhar Moeda, Espécies Ameaçadas);
- A intervenção da INCM vai além-fronteiras, sendo por isso uma empresa que fornece produtos de alto valor aos cidadãos e estados dos países para onde exporta, em 2019:

- Produção de Passaporte para Turquemenistão;
- KPI (Public Key Infrastructure), Moeda Corrente da Arménia (2020);
- Sistema de Certificação Eletrónica do Estado e Censos de Moçambique;
- Passaporte S. Tomé e Príncipe;
- Cartão Nacional de Identificação Eletrónico, Passaporte, Título de Residência para Estrangeiros, Selos Brancos, Moedas comemorativas para Cabo Verde;
- Produção de jogo pedagógico para crianças: “Agora Falo Eu!”, um jogo pedagógico com cartas criado pelo LabX - Laboratório de Experimentação da Administração Pública, no âmbito de um projeto de Educação para a Cidadania que juntou pessoas de vários organismos públicos, contou com a participação da INCM enquanto parceiro estratégico na impressão;
- Protocolo com o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua I.P. e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para promover a internacionalização dos autores e património bibliográfico da língua portuguesa. Este protocolo permitirá a conceção, edição, publicação e divulgação do Catálogo Gram Bem Querer - Mostra de Literatura em Língua Portuguesa, de publicação anual, com excertos traduzidos de obras de autores de língua portuguesa. Estes excertos terão tradução nas línguas inglesa, francesa e espanhola, e a seleção das obras e dos excertos será da responsabilidade de uma comissão editorial;
- A INCM aliou-se ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), para produzir uma série anual de moedas de coleção - série “Espécies Ameaçadas”, que promove para a consciencialização ambiental. Em 2019 contou com a emissão de duas novas moedas Alcar-do-Algarve e Lobo-Ibérico, que se juntam às anteriores desta série, Trevo de Quatro Folhas e A Águia Imperial. Parte dos proveitos são doados ao fundo ambiental do instituto - ICNF;

- A Rede de Inovação da INCM (21 parceiros - 23 investigadores) - rede colaborativa de parceiros externos. É constituída por universidades, centros tecnológicos e de investigação, laboratórios, *startups*, investidores, fornecedores e clientes, entre outras entidades setoriais consideradas estratégicas, com o fito de conseguir fazer a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo;

GRUPO SIMAB



- Colaboração com o Banco Alimentar:
 - Participação ativa na disponibilização de espaços para o aproveitamento de bens de consumo alimentar, bem como a promoção de atividades de entidades parceiras envolvidas na luta contra a pobreza;
 - Contribuição para que utentes carenciados de várias instituições, possam introduzir produtos frescos (frutas e legumes) na sua alimentação;
- Programa 5aoDia, desenvolvido nos 4 Mercados do Grupo SIMAB e no MAC (Coimbra):

- Promoção de estilos de vida saudáveis, junto das crianças (o futuro de amanhã);
 - Promoção de ações pedagógicas focados em aspetos ambientais e sociais, em especial com as comunidades escolares locais, incluindo receção de visitas às suas instalações (Mercados);
- Através da SIMAB/Academia procura focar-se na capacitação e promoção de ações de formação nas temáticas relativas aos Mercados e complementares com parceiros certificados;
- Parcerias com Instituições de Ensino superior:
 - Carta de Compromisso com o consórcio FEAST (*The Social Life of Food & Eating - Putting the social at the core of food research and intervention for equitable, healthy, sustainable eating in Europe*), em parceria com a Universidade Técnica Lisboa;
 - O MARL, enquanto parceiro de Instituição de Ensino, vai receber doutorando para estágio (estudo a realizar no Pav. Pescado);
- Um representante da SIMAB foi nomeado, em nome da WUWM, para o “*Economic Board of the European Market Observatory (EBEMO) - Tomatoes sub-group*”. Neste âmbito, pretende-se contribuir com *expertise*, informação relevante e aconselhamento direto à DG AGRI sobre os fatores económicos que afetam a evolução dos mercados de hortofrutícolas frescos, bem como destacar e avaliar os aspetos-chave da situação atual e evolução prospetivada dos mercados hortofrutícolas;
- Coordenação da Campanha “*Love Your Local Market*” em Portugal, promovendo-a junto dos Mercados Abastecedores e Municipais, pretendendo-se contribuir para reforçar a relevância das relações económicas, sociais e ambientais do Mercado de proximidade;

- Projeto Robust - Living Lab Área Metropolitana de Lisboa: grupo de Trabalho "Parque Agro-Alimentar da Dieta mediterrânea" que pretende contribuir para as relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento;
- Parceria A2S: apoio ao desenvolvimento da economia local;

CL

- Desenvolvimento de uma política de formação mais abrangente, nomeadamente em termos de ações de formação (sensibilização ambiental em 2019/2020);
- Acolhimento de estágios curriculares e profissionais para recém-licenciados;
- Implementação, desde 2008, de projetos de alojamento, visitação, enoturismo, turismo equestre, *birdwatching*, eventos, no âmbito do turismo de natureza, sendo membro da marca natural.pt;
- Renegociação de contrato de arrendamento florestal com a *The Navigator Company* com reposição de áreas retiradas em anos anteriores e renegociação de reflorestação, com a conversão de 54ha de sequeiro para regadio;
- Valorização das marcas da Companhia das Lezírias, através de, por exemplo, uma maior e melhor comunicação das atividades e promoção das marcas (dinamização do enoturismo e utilização dos meios de comunicação social e redes sociais);
- Ensaio de 25 ha de sobreiro regado no âmbito de um protocolo entre a CL, a Uévara e a Amorim Florestal numa adaptação do sistema de produção de cortiça a uma solução regada que faça face a secas mais prolongadas e frequentes, um dos impactes esperados das alterações climáticas;

- Educação ambiental: Visitação para escolas e outros públicos focado nas atividades rurais e na conservação da natureza, apoiados por dois centros de interpretação;
- Apoio em projetos de investigação na área da conservação da natureza, realizados por universidades portuguesas e de outros países, promovendo a preservação da área natural da CL.

Alguns exemplos de projetos de investigação: Projeto TytoTagus - dispersão pós-natal de coruja-das-torres; Impactos da gestão silvo-pastoril e do incremento de cavidades na diversidade de aves e no controlo de pragas florestais; Reforço das populações de coelhos como medida de conservação de predadores;

- Criação e desenvolvimento de parcerias com universidades e outras entidades:
 - Protocolo com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: a monitorização dos mamíferos, em curso desde 2008, foi continuada, em 2018 e 2019 com um maior enfoque nas seguintes linhas: i. conciliação das atividades de gestão florestal com a preservação das espécies prioritárias (rato de Cabrera, toirão e gato bravo); ii. monitorização da evolução das populações nas áreas que foram alvo de gestão (restauro de linhas de água e corredor ecológico); e, através da tese de mestrado dedicada a analisar o efeito de ações de gestão da vegetação ribeirinha na comunidade de mamíferos à escala local (iniciada em 2018). A equipa da FCUL levou a efeito armadilhagem fotográfica, percursos pedestres para a prospeção de indícios, armadilhagem de pequenos mamíferos e percursos lineares para amostragem de distâncias na contagem de indícios e presença de coelhos. Foi acompanhada a campanha de replantação nos corredores ecológicos.
 - Protocolo com o LabOr: o protocolo com o LabOr/UE para 2019 previa as seguintes ações, que são a continuação do trabalho iniciado em 2008:
 - monitorização de áreas florestais (pinhal e montado);

- monitorização dos efetivos de coruja-das-torres;
- monitorização da recuperação da linha de água; e
- monitorização de caixas-ninho para chapins.
- Sebe viva e recuperação da linha de água de Vale Zebro: 46 km de vedações reparadas;
- EVOA - Espaço de Visitação e Observação de Aves - instalação que mostra e educa ambientalmente sobre a importância do estuário do Tejo e da sua avifauna. Em 2019 o EVOA registou um total 8.841 de visitantes, confirmando a tendência crescente que se tem vindo a verificar;
- Unidade Clínica da Coudelaria de Alter (em colaboração com a Universidade de Évora) com prestação de serviços a outros criadores e particulares;
- Continuação das tarefas necessárias à inclusão do edificado com uso turístico e de parte do que se encontra inativo no REVIVE para dotar a Coudelaria de Alter de condições técnicas para a realização de provas equestres de âmbito internacional e para a renovação da experiência de visitação.



FLORESTGAL

- A atividade da empresa visa a exploração ativa das propriedades numa perspetiva económica de lucro sustentável e a produção de externalidades nas regiões onde está presente, sobretudo no denominado interior do País, com pouca população, e uma dinâmica florestal pulverizada e em declínio;
- Formalização de uma concessão para caça da UG Serrinha a uma entidade ligada ao setor, como forma de valorização do rendimento a obter por hectare;
- Contratualização de uma concessão de caça nas UG's, Vale dos Reis e Caveira/Ervideira, num total de aproximadamente de 4.200 hectares, também para rentabilização deste ativo;
- Produção de Conteúdos de Divulgação Ambiental: encontram-se em fase de conclusão, e algumas já disponíveis para divulgação, fichas de caracterização das propriedades;

- Cabe ainda destacar que a FLORESTGAL tem estado a trabalhar de perto com o IEFP e outras instituições de formação profissional, no sentido de serem promovidos novos cursos profissionais na área da floresta e das atividades compatíveis e complementares;
- Realização de protocolos com entidades promotoras de atividades complementares à silvicultura, nomeadamente a apicultura e novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios;
- Foi identificado o património edificado nas várias propriedades, com consequente avaliação do estado de uso para eventuais restauros, reparações e/ou demolições, de modo a que possam ser futuramente usados com fins de turismo, lazer e recreio, tornando-se numa mais valia até agora inexistente.

BdT

- Para além dos objetivos da empresa, os investimentos em infraestruturas, visam qualificar o território, garantir o cumprimento das normas ambientais, criar espaço publico para usufruto da população e as melhores condições para o desenvolvimento da atividade económica nos Parques Empresariais, gerando um impacto económico e social positivo.

Um exemplo de investimento com impactos relevantes em 2019 é a Ligação da Rede de Saneamento a ETAR Barreiro/Moita: a estação de tratamento de águas residuais (ETAR) do Barreiro/Moita, gerida pela Simarsul, SA e localizada em terreno contíguo ao Parque Empresarial do Barreiro é um equipamento essencial para o tratamento das águas residuais urbanas e industriais. Com o objetivo de assegurar o tratamento dos efluentes gerados no seu território e zonas

envolventes, a Baía do Tejo foi parceira dos Municípios nos planos previstos para construção da ETAR Barreiro/Moita.

- Em alinhamento com a missão e objetivos estratégicos da BdT, designadamente na concretização dos objetivos do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, para valorização dos seus territórios e no aprofundamento da estratégia de negócio dos Parques Empresariais. Neste âmbito destacam-se o desenvolvimento urbanístico equilibrado que contribua para a dinamização das atividades económicas e criação de emprego; Valorização do património público, na ótica da qualificação urbanística e ambiental; Critérios urbanísticos e construtivos compatíveis com as melhores práticas ambientais e de eficiência de energética. No âmbito da sua política de Responsabilidade Social a BdT atua de forma positiva nas comunidades onde se insere, procurando adotar uma atitude participativa, cumprindo plenamente a sua responsabilidade perante o meio envolvente. A empresa associa o seu nome e imagem institucional a projetos que tenham um impacto positivo nas comunidades onde se inserem, servindo igualmente como forma de promoção e projeção empresarial, inserido na sua política de comunicação e *marketing*,
- No âmbito da sua missão e especificidade da sua atividade, a Baía do Tejo manteve ou estabeleceu no ano de 2019 diversas parcerias com instituições públicas e privadas, sendo de destacar protocolos/ programas de cooperação com os municípios onde se encontram sediados os seus parques empresariais, nas vertentes, social, cultural e desportiva, empreendedorismo, dinamização de ações de formação, a capacitação empresarial, programas de internacionalização, promoção territorial, inovação e novas TIC's, dos quais se destacam parcerias celebradas com as seguintes entidades: Câmaras Municipais de Almada, Barreiro e Seixal, AERLIS, Invest Lisboa, Associação Ephemera, União de Freguesias de Barreiro e Lavradio, Associações Empresariais, Câmaras de Comércio e Indústria, Instituto Politécnico de Setúbal, IEFB Barreiro, Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste, entre outras.

- O Museu Industrial BdT reúne um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e por um acervo documental e iconográfico considerável, representativo de áreas como a química, a têxtil, a metalomecânica, a produção de energia, a segurança e higiene industrial e os serviços sociais, entre outras. Parte integrante do Museu Industrial, o Centro de Documentação é composto por uma Biblioteca, por uma Sala de Leitura e por um Arquivo de Fotografias e documentos diversos. O Museu Industrial dispõe ainda do Auditório Sardinha Pereira e é dotado de múltiplos recursos audiovisuais e multimédia;



- No sentido de promover a divulgação e dinamizar o acesso ao património e acervo histórico e museológico da BdT, no concelho do Barreiro, composto por edifícios e outros bens patrimoniais, foram realizadas algumas ações de divulgação, em particular junto das escolas do concelho do Barreiro e da comunidade local. Neste sentido, o local mais visitado foi o Museu Industrial, contando em 2019 com 1.903 visitantes, divididos por visitas particulares, público escolar e eventos realizados.
- A Baía do Tejo apoia iniciativas que considera meritórias promovidas pela comunidade onde se insere, promovendo a realização de projetos que, de outra

forma, não teriam apoio financeiro, e fomentando o desenvolvimento cultural, desportivo, social e artístico.

ESTAMO

- Instalação, sempre que possível e especialmente nos imóveis com atendimento ao público, de sistemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;
- Cedências de áreas significativas dos projetos desenvolvidos a espaços verdes e outros equipamentos públicos;
- Afetação de dois imóveis ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, destinados a programas de arrendamento acessível.

FUNDIESTAMO

- Continuação dos trabalhos necessários ao desenvolvimento do novo Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) que visa, entre outros, encontrar respostas adequadas à resolução de problemas habitacionais pelo aumento da oferta disponível, especialmente em preço consentâneo com as características da procura, e também da escassez de residências para estudantes universitários, e em simultâneo contribuir para a recuperação do património edificado.

CONSEST

- Tem vindo a trabalhar com o Município da Amadora no cenário do futuro desenvolvimento urbanístico do Terreno da Falagueira, de forma a colaborar com as entidades locais num projeto urbanístico para satisfação das necessidades da comunidade local.

CE

- Disponibilizou as suas instalações para a realização de uma campanha de sensibilização destinada aos jovens condutores dos “Micro Cars”. Este tipo de veículos é muito utilizado por jovens em idade escolar não sendo necessário ser portador de carta de condução para os conduzir. Esta situação leva a que haja muitos acidentes envolvendo este tipo de veículos, por desconhecimento das regras básicas de condução;
- Formação de condução avançada da GNR - Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE). O CE disponibilizou o circuito para a realização deste curso em agosto de 2019;
- Formação de condução de Batedor Moto da GNR. O CE disponibilizou o circuito para a realização deste curso em setembro de 2019;
- Em 2019 realizou-se uma vez mais, a ação formativa de aspirantes a pilotos promovida pela KIA. Esta é uma iniciativa única a nível nacional, e o CE faz parte desta iniciativa de concretizar o sonho daqueles que querem ser pilotos. É uma iniciativa para apoiar o desenvolvimento dos jovens e do desporto automóvel;
- Corrida Jumbo 2019 - Fundação Pão de Açúcar-Auchan (corrida de solidariedade);
- Em articulação com os seus “*stakeholders*” locais realizaram-se no Circuito do Estoril as provas: 24 Horas Cascais *Bike Race* e o *IronMan70.3*, onde foram percorridos os 4,8Km da pista do Estoril em bicicleta.

6.6. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de

que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das participadas.

Em termos gerais, o Grupo aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

Nos casos concretos do Grupo AdP, da INCM, do Grupo SIMAB, da Florestgal e da CL salienta-se ainda mais a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, a utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia ou a própria produção de energias renováveis, bem como a redução da emissão de gases de efeito de estufa.

Tendo em conta a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar as principais características, medidas planeadas e/ou adotadas e indicadores de desempenho que permitem às empresas mais relevantes abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental:



Enquanto *holding*, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a Empresa tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

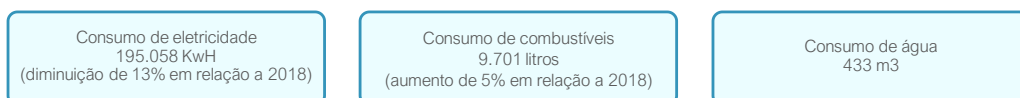
Assim sendo, no âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes medidas:

- Implementação de normas internas acerca da utilização dos sistemas AVAC, da utilização dos *PC's*, da iluminação, das impressões e de instalações vocacionadas a promover a poupança e consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel);
- Eliminação da utilização de garrafas de água em plástico e substituição por garrafas de vidro, no caso das salas de reunião;
- Adoção da recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e *toners* das impressoras);
- Adoção de um novo sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de um novo sistema de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e partilha de informação;
- Implementação de sistemas de validação e controlo de impressões, o que permitiu uma significativa redução no consumo de papel;
- Substituição no devido tempo das viaturas de serviço por viaturas híbridas.

Adicionalmente é ainda de referir que no quadro da mudança de instalações ocorrida em 2019 a PARPÚBLICA definiu um conjunto de orientações para garantir que esta mudança se traduziria numa oportunidade efetiva de melhorias em diversas áreas relacionadas

com a utilização racional de recursos, nomeadamente água e eletricidade, as quais condicionaram a seleção de equipamentos e a organização do espaço, com o objetivo de maximizar a utilização da luz natural, neste caso por questões de economia mas também para promover o conforto dos colaboradores.

Em 2019 apuram-se ainda os seguintes indicadores ambientais decorrentes da atividade da *holding*.



GRUPO AdP

No caso do Grupo ADP as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade. Assim, neste âmbito os principais desafios centram-se: i) na prevenção dos impactes ambientais; ii) na gestão e valorização dos recursos; iii) na adoção das melhores práticas disponíveis; iv) na inovação e desenvolvimento tecnológico; v) na gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas; vi) na potenciação da utilização e produção de energias renováveis e; vii) na introdução de medidas de redução e compensação de emissões de GEE.

A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade económica, ambiental e social, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável, a proteção da saúde pública, a criação de valor e de postos de trabalho, o turismo e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população.



A manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentem a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade. Os resultados são visíveis e traduzem-se em exemplos concretos, tais como, as crescentes Bandeiras Azuis nas praias, o incremento de desportos náuticos ou a presença de várias espécies nas margens e estuários. Para chegar aqui foi necessário um programa de investimento sem precedentes em sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, centrados nas chamadas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

A lógica de economia circular do ciclo da água permanece uma prioridade, reforçando o posicionamento na reutilização de águas residuais, na obtenção de energia renovável, no combate às perdas e na valorização dos resíduos gerados.

Neste contexto surgem as Fábricas de Água onde a água residual é encarada como uma matéria-prima plena de recursos, que se deve usar, reutilizar, reciclar e valorizar. Nestas fábricas, num processo industrial transforma-se água residual usada em novos produtos:

- **Água Reciclada** para agricultura, regas, lavagens de ruas e viaturas, equipamentos e indústrias;
- **Água Industrial** para sistemas de refrigeração de edifícios e para produção de algas e biocombustíveis;
- **Biogás** para aproveitamento energético;
- **Biosólidos** para valorização agrícola;
- **Bioplásticos e nutrientes diversos** para serem incorporados em novos processos produtivos.

A utilização de água residual tratada produzida nas Fábricas de Água é um fator determinante para a sustentabilidade ambiental favorecendo uma otimização dos recursos hídricos em utilizações que não carecem de água potável.



No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- O Grupo subscreve iniciativas neste âmbito, nomeadamente, a *UN Global Compact* e a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que é parceira da PARPÚBLICA, para além de aderir a associações, entre outras, *Water Footprint Network*, *SWAN - Smart Water Networks Forum*, *IWA - International Water Association* e *BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*. Salienta-se ainda em 2019 a adesão do Grupo ao compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” do Global Compact das Nações Unidas, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta;
- Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2019 apontam para uma produção de quase 33,9 GWh/ano (+3,4 GWh/ano e +11,2%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano, +33,1%). Assim, o aumento de produção própria de energia, toda a partir de fontes renováveis, bem como a redução dos consumos são as medidas em curso para a redução das emissões de CO₂;
- Implementado o Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) para o período 2017-2020 que tem como objetivos a otimização dos consumos pela via racional da energia, salientando-se ainda a redução em 2019 da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo. Nota ainda para o forte envolvimento das empresas do Grupo no processo de certificação de infraestruturas no âmbito da ISO 50001, relativa ao consumo de energia, com o apoio constante da AdP Energias, sendo que, em 2019, 102 infraestruturas encontravam-se já certificadas no âmbito da norma ISO50001. Também em 2019 foram realizadas 379 auditorias energéticas a infraestruturas consumidoras de energia, no âmbito do Decreto-Lei n.º 68-A, de 30 de abril, o que representa um acréscimo de +132 infraestruturas certificadas (+53,4%) no âmbito do PEPE;

- Em 2019, a ADP Energias esteve fortemente envolvida no projeto SOLAR III, criado no âmbito do PEPE, para a implementação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo em infraestruturas do Grupo com potência mínima de 10MW no pico, tendo concluído os estudos técnicos e económicos com vista ao lançamento de procedimentos concursais para a instalação de mais 68 centrais; Em 2019, 9 das 13 empresas operacionais do Grupo AdP receberam o prémio PEPE. O galardão, atribuído anualmente às empresas do Grupo AdP, visa reconhecer e valorizar o grau de execução do Plano de Eficiência e de Produção de Energia, incentivando uma dinâmica de implementação no cumprimento das ações previstas. No conjunto de medidas PEPE, a avaliação é positiva quer no cumprimento da meta, quer na dinâmica de implementação;
- Em 2019 os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo; Este projeto foi apoiado pelo Fundo Ambiental, ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica que incluiu ainda a instalação de postos de carregamento para as viaturas (presentemente 138 pontos de carregamento);
- Em 2019, as empresas do Grupo participaram ativamente no processo de certificação energética das suas frotas, no âmbito do projeto piloto desenvolvido pela ADENE, que varia entre a Classe B e a Classe D, tendo, no seu conjunto, obtido uma classificação média de 57% - correspondente à Classe C-;
- O Grupo mantém também o foco na redução de consumos nos seus edifícios e instalações operacionais através da: :a) instalação de fluxómetros/redutores de caudal nas torneiras e mangueiras; b) aquisição de torneiras com temporizadores; c) redução de capacidade de água nos depósitos dos autoclismos e instalações de autoclismos de dupla descarga; d) opção por arranjos exteriores nas instalações que não requeiram rega (por exemplo, uma cobertura com casca de

pinheiro); e) instalação de sensores de pluviosidade nas áreas jardinadas; f) manutenção preventiva dos equipamentos; g) instalação de janelas duplas; h) colocação de estores externos nos edifícios administrativos e laboratoriais; i) instalação de dispositivos de fecho automático nas portas; j) redução da iluminação exterior com recurso a tecnologia LED e compensação da energia reativa; k) opção tarifária e ciclos horários para minimização dos encargos subjacentes à energia elétrica; l) colocação de termoacumuladores com relógio; m) aquisição de equipamentos elétricos e eletrónicos mais eficientes; n) substituição de interruptores por células de deteção de movimento para acionamento de iluminação por célula fotovoltaica; o) instalação de variadores de velocidade (nos grupos eletrobomba ou outros equipamentos) após análise prévia do respetivo interesse técnico/económico; p) execução de sistemas de drenagem preferencialmente gravídicos; q) realização periódica de ações de sensibilização e disponibilização de informação de boas práticas; e r) sinalética nos pontos-chave dos edifícios, alusivos à poupança de energia elétrica;

- Todas as empresas do Grupo AdP são certificadas na norma ambiental 14001, salvaguardando boas práticas ambientais no âmbito do fornecimento de bens/serviços sendo que, todos os novos fornecedores são selecionados usando critérios ambientais;
- As empresas do Grupo AdP não utilizam substâncias destruidoras da camada de ozono nas suas atividades sendo que, as únicas fontes existentes estão associadas a equipamentos de ar condicionado, *chillers*, frigoríficos e outros sistemas de refrigeração, como estufas, unidades de tratamento de ar, etc. Assim, as empresas do Grupo efetuam um levantamento dos equipamentos existentes e um plano para a substituição de gases, sempre que esta for necessária de acordo com a legislação em vigor;
- A reutilização de água torna-se cada vez mais relevante, nomeadamente em situações de escassez e de seca como as que se tem verificado em Portugal e que se prevê que se acentuarão no futuro de acordo com os cenários de alterações

climáticas que se conhecem. Assim, nos processos de tratamento de água para abastecimento, o Grupo utiliza água de processo nomeadamente na lavagem de filtros na ETA, em detrimento de água de rede, pelo que assim reduz o consumo de água de rede e também reduz a utilização dos materiais inerentes ao seu tratamento. A desinfecção final de efluente, em 2019 correspondeu a 29% do total tratado, ou seja, cerca de 7 milhões de m3 de água desinfetada, que foi reutilizada internamente (rega, lavagem de pavimentos, etc.) e por entidades externas, de forma a minimizar consumos de água de rede e a preservar recursos naturais;

- O Grupo AdP é pioneiro na eliminação de papel - com a adoção da faturação eletrónica, o Grupo AdP marcou o arranque de 2019 abolindo a utilização de papel entre as empresas do Grupo, com todas as empresas tecnologicamente preparadas para emitir e receber eletronicamente faturas. Para além dos benefícios ambientais associados a esta prática, o Grupo potencia também outras vantagens, designadamente a contabilização dos documentos, a uniformização de procedimentos e a coerência de práticas contabilísticas;
- A AdP atribuiu pela primeira vez em 2018 o prémio “100% Inovação” para iniciativas de colaboradores individuais ou equipas de empresas do Grupo, nas áreas de “Produtos e Processos Organizacionais” e “Otimização e recuperação de Recursos”;
- No âmbito da ODS 6, o Grupo assume a dupla responsabilidade de fornecer água potável de forma contínua às populações e de captar apenas os caudais essenciais (minimizando desperdícios), conservando e valorizando assim as massas de água enquanto recurso natural. Assim, em 2019, o número de captações superficiais é de 139 representado 87% do valor total captado. A maior capacidade de extração das captações superficiais existentes nas empresas do Grupo, traduzem a utilização preferencial de captações superficiais, em detrimento de captações subterrâneas, contribuindo desta forma, para a garantia de elevados níveis de reposição e para a salvaguarda dos aquíferos subterrâneos, permitindo assim assegurar a conservação dos recursos hídricos;

- Em janeiro de 2019, arrancou na ETAR de Paços de Sousa, o projeto inovador de codigestão das lamas geradas na ETAR com efluentes de uma indústria de produção de biodiesel. A implementação deste projeto permitiu que esta instalação atingisse uma autossuficiência energética média mensal de 80%, e durante vários dias conseguiu um custo energético negativo ao tratar um caudal médio de 8.000 m³ por dia de águas residuais. Com este aumento da venda de energia elétrica à rede, energia renovável produzida no próprio processo, evitou-se a emissão de cerca de 550 toneladas de CO₂ para atmosfera. Para além da redução da pegada carbónica e dos custos de energia, este projeto constitui um exemplo notável de sinergia industrial e de criação de valor na economia circular. Em resultado, conclui-se que este sistema pode ser replicado noutras ETAR que possuam digestão de lamas e sistemas de codigestão;
- As infraestruturas de tratamento de água e água residual localizam-se maioritariamente junto a linhas de água, integrando por vezes áreas protegidas, sendo este um dos aspetos sensíveis que o Grupo identifica, controla e minimiza. Em 2019 o valor de área protegidas ocupada pelas ETA e ETAR do Grupo era de 374 hectares;
- Em 2019, no âmbito do protocolo estabelecido com a Quercus, foi possível reunir trabalhadores da EPAL e AdVT e respetivas famílias, representantes das forças de segurança (GNR e PSP) das áreas envolvidas e alunos do Agrupamento de Escolas Afonso Albuquerque (Guarda) e Agrupamento de Escolas José Sanches (S. Vicente da Beira - Alcains), num total de 80 pessoas, na plantação de 300 pés de árvores / arbustos autóctones entre azinheiras, freixos, lóvão, pilriteiros, carvalho-negral e azereiros, no recinto do Reservatório de Tapadas Novas - Almeida e 300 pés de árvores / arbustos autóctones entre azinheiras, freixos, lóvão e medronheiros, na ETA de Santa Águeda (Castelo Branco). Ainda no âmbito do mesmo protocolo foram plantadas 300 árvores autóctones, entre azinheiras e alecrim na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Campo Maior; Continuação da implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações

Climáticas (PEAAC) e do protocolo FUTURO, projeto de 100.000 árvores nas áreas florestais sob gestão da empresa do grupo Águas de Douro e Paiva (AdDP);

- Desenvolvimento do projeto "água a 360" com o objetivo de prossecução da estratégia Nacional de Educação Ambiental. O Centro Água a 360 recebeu 1500 visitas durante o ano de 2019.

Pela relevância das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes relativos a 2019:

587 M m ³ captados de água para abastecimento (aumento de 3% em relação a 2018)	92% das captações de água são licenciadas (os restantes 8% estão em processo de licenciamento)	Volume de água obtido através de captações superficiais foi 508 M m ³ vs captações subterrâneas de 79 M m ³
100% das lamas são valorizadas (reaproveitadas) na indústria cimenteira e em 89% na indústria cerâmica	Perdas de água (ineficiências) de 3,5% em "alta" (4% em 2018) e de 9% em "baixa" (11% em 2018)	Autossuficiência (energia produzida/energia consumida) em 4,5% (4,2% em 2018)
Volume de águas residuais e repostas no meio hídrico de 513 M m ³ (498 M m ³ em 2018)	Consumidos 2.849 m ³ de combustíveis líquidos - gasolina e gasóleo (2.879 m ³ em 2018)	7 milhões de m ³ de água desinfetada que é reutilizada (rega, lavagem e pavimentos, etc.)
Consumidos 748,67 GW/h de energia em forma de eletricidade (727,88 GW/h em 2018)	204 mil toneladas de CO ₂ - gases com efeito de estufa (210 mil toneladas de CO ₂ em 2018)	Produzidas 651 toneladas (568 toneladas em 2018) de resíduos nas atividades administrativas, de manutenção e de laboratório

INCM

Relativamente à sustentabilidade ambiental, dada a natureza fabril da sua atividade, a INCM definiu orientações de promoção do envolvimento de toda a empresa nas questões ambientais para a melhoria da eficiência ao nível da utilização de recursos, com destaque para os recursos energéticos, e que se traduzem na evolução e modernização de linhas de produção, na otimização de infraestruturas e equipamentos, na transição para a indústria 4.0 e no desenvolvimento do ecossistema aplicacional, enquadradas no Plano de Racionalização. Estes objetivos traduzir-se-ão em ganhos de rentabilidade, desburocratização, eficiência energética e de recursos.

A eficiente gestão de recursos naturais é condição inequívoca para a redução dos impactos, sendo conseguida pela estreita monitorização dos principais descritores ambientais da empresa. Este controlo tem permitido a tomada de medidas concretas para alcançar melhorias de desempenho ambiental e que se traduzem, no fim, em ganhos de rentabilidade para a INCM.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes:

- A *App* do Diário da República é uma aplicação móvel que permite aos utilizadores aceder, de uma forma simples, aos conteúdos do Diário da República das séries I e II, bem como consultar, partilhar e aceder a todos os diplomas publicados no jornal oficial. Este instrumento permite uma maior eficiência ambiental, possibilitando aos utilizadores acesso a qualquer momento aos documentos, e tornando cada vez mais desnecessária a impressão de documentação;
- Redução do consumo de papel e consumíveis de impressão, pela adoção de uma política de impressão ambientalmente responsável, bem como pela promoção da desmaterialização de documentos, processos e fluxos de informação e implementação de softwares que estão, ao mesmo tempo, associados ao objetivo de simplificação administrativa;
- O uso sustentável do plástico pela aquisição de jarros e copos de vidro para as salas de reuniões, assim como a substituição dos copos de água de plástico por copos de papel, nos locais comuns;
- A utilização de critérios ambientais nalguns procedimentos de contratação pública, nomeadamente a aquisição de produtos com certificados energéticos e ecológicos;
- O incentivo ao *marketing* digital e de economia circular como, por exemplo, a reutilização do refugo de produção para a criação de bens de consumo e venda, a

doação de suportes de comunicação (lonas, *roll-ups*) a clientes, por forma a desincentivar o seu abate, e a reutilização de mensagens, slogans e comunicações;



- Venda de refugo de material amoldado (70,38 toneladas em 2019), constituindo este matéria-prima para outras indústrias, é uma iniciativa de economia circular já desenvolvida pela empresa;
- A redução das emissões da frota automóvel de serviços através da aquisição de 3 veículos elétricos, tendo também sido instalados postos de carregadores nos edifícios respetivos;
- A assinatura em 2019 do Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa, juntando-se ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), à Câmara Municipal de Lisboa, ao BCSD Portugal e a mais de 50 outras empresas, comprometendo-se com mais de 200 ações para transformar a capital numa cidade mais verde, segura e eficiente, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, em Lisboa, através da promoção de uma oferta e de uma procura de soluções multimodais;

- A INCM aderiu ao Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 - Ação Climática Lisboa 2030, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, assumindo um conjunto de ações e medidas que contribuem para o objetivo de tornar a cidade neutra em carbono até 2050;
- O apoio ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com a doação, ao seu fundo ambiental, de parte dos proveitos das vendas da série anual de moedas de coleção “Espécies Ameaçadas”;
- Na 3.ª edição do concurso Desenhar a Moeda, que teve «O Clima» como tema, desafiou os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico da Guarda a criar um desenho destinado a uma moeda de coleção comemorativa, a integrar no Plano Numismático de 2021, para promover a defesa do Clima e do Ambiente;



- A INCM desenvolve projetos de investigação, com o objetivo de efetuar produções e consumos mais sustentáveis, tais como o Projeto Atlas (melhora da logística da produção e expedição do Passaporte e do Cartão de cidadão) e as Propriedades Funcionais dos Instrumentos de Cunhagem (procura de alternativa ao Crómio IV);
- A INCM desenvolve ainda o projeto “Uma moeda - Uma causa” no âmbito da proteção de espécies ameaçadas e das alterações climáticas;
- A INCM possui painéis solares térmicos existentes para o aquecimento de águas sanitárias no edifício da Casa da Moeda, tendo também substituído a luminária do edifício para tecnologia LED;

- Monitorização constante dos consumos de água e reutilização de água em alguns processos produtivos, sendo que os efluentes são depositados nos coletores municipais de Lisboa, que estão sujeitos a monitorização anual;

Pela relevância das atividades desenvolvidas pela INCM em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns indicadores relativos a 2019:

Certificada na norma ISO 14001	Utilizadas 2.602 toneladas de matérias primas, sendo o papel e cartão (54%) as matérias mais utilizadas	Produzidas 556 toneladas de resíduos, sendo 96% resíduos não perigosos e os restantes 4% perigosos
Consumos totais de eletricidade (89%), gás natural (6%) e gasóleo (5%) ascenderam a 24.306 CJ	Consumo anual de água ascendeu a 20.232 m³ (20.945 m³ em 2018)	Do total de resíduos produzidos, 96% foram encaminhados para operações de valorização
Emissões de GEE (âmbito 1) ascenderam a 179 tonCO2e (160 tonCO2e em 2018)	Emissões de GEE (âmbito 2) ascenderam a 2.834 tonCO2e (2.921 tonCO2e em 2018)	Papel reciclado utilizado como matéria-prima nos processos de produção gráfica (1995 kg)

Grupo SIMAB

As empresas do Grupo SIMAB gerem os mercados abastecedores de Lisboa, Braga, Évora e Faro, tendo nesse âmbito responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações da SIMAB e dos seus mercados:

- O Mercado Abastecedor de Lisboa manteve a monitorização de consumos de água e energia, em concreto o sistema *Power Monitoring Expert* - PME;
- Ao longo do ano o Grupo SIMAB e, em particular o MARL, desenvolveu ações de benchmarking, junto de Mercados abastecedores estrangeiros, com elevadas taxas

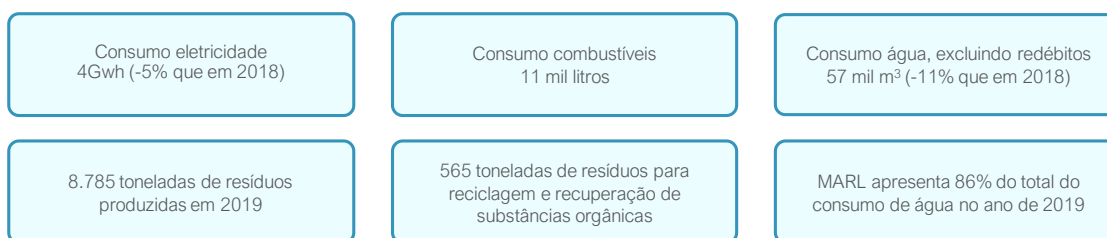
de reciclagem e valorização dos resíduos, por forma a apreender as melhores práticas e estudo e análise de implementação de uma Eco-Área, bem como outras atividades que promovam uma eficaz recolha e seleção dos distintos resíduos produzidos no Mercados. Este projeto teve o seu início em 2019 e deve apresentar-se em funcionamento no primeiro semestre de 2020;

- No final de 2019, procedeu-se à instalação de dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, estando em estudo nos restantes Mercados, contribuindo para Mercados Abastecedores cada vez mais verdes e ecológicos, sustentáveis, com soluções amigas do ambiente;
- Os mercados do Grupo deram continuidade a medidas de eficiência energética tais como a manutenção dos *chillers* (equipamentos de grande porte responsáveis pela climatização/refrigeração dos pavilhões), a instalação de baterias de condensadores nos pavilhões, a manutenção corrente na limpeza regular dos balastos e luminárias, a regulação automática da iluminação pública (Horário Verão/Inverno) e monitorização desta através de níveis de iluminância, o planeamento de execução de atividades consumidoras de energia em horários de vazio e supervazio, a monitorização de consumos de energia e frio entalpico e a instalação e manutenção de detetores de movimento nas instalações sanitárias de acesso público;
- Manutenção das claraboias existentes no interior do Pavilhão de Grandes e Médios Grossistas, no MARB, o que origina uma maior iluminação natural no interior do pavilhão e, conseqüentemente, um menor gasto energético na iluminação do corredor central, pois esta passou a ser ligada mais tarde;
- Monitorização dos consumos de energia em todos os Mercados e por tipologia de consumo (Iluminação interior, iluminação exterior, AVAC, iluminação de emergência e outros), no MARL em todos os pavilhões e no MARF no Pavilhão A1 (Alimentador Geral);

- Em 2019 o MARL aceita um convite para participar em projeto-piloto com a Scheneider Eletric para implementação de serviços digitais associados aos Sistemas de Gestão de Energia;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos operadores e colaboradores dos Mercados para adoção de boas práticas com vista à redução do consumo de energia e de água;
- Enquanto empresas do setor empresarial do Estado, as participadas do Grupo SIMAB estão alinhadas com as metas definidas no PNAEE, que tem como objetivo alcançar um nível de eficiência energética de 30% nos organismos e serviços da Administração Pública até 2020;
- Racionalização ainda mais reforçada, em todos os Mercados, com consumo próximo do zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Monitorização dos consumos de água em todos os Mercados, sendo, no caso do MARL, essa monitorização é efetuada através de software de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (Telemetria), o que permitirá uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redêbito dos consumos aos Operadores, quer no armazenamento dos mesmos e, essencialmente, pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;
- Em 2019, no MARL, a recolha de resíduos recicláveis ficou a cargo da empresa que presta serviço de limpeza e recolha de RSU, sendo responsável pelo seu encaminhamento para o processo de reciclagem e não para o tratamento de resíduos urbanos. Nos restantes Mercados os recicláveis são valorizados e recolhidos, por empresas especializadas, originando receita para os primeiros;

- Desde 2016 o Grupo SIMAB. conseguiu efetivar uma redução de 27,7% nas emissões totais de CO2 (âmbito 1 e 2) encontrando-se para 2019 o valor de 1.654 tCO2eq. para o qual o MARL contribui com o 87,53%(1.448 tCO2eq), dando-se também uma efetiva redução da intensidade de emissões, das nossas operações para a totalidade do Grupo, excluindo operadores, para as 0.0060 tCO2eq., anuais, por m2 de Superfície Total Comercializável (STC), fruto da menor intensidade dos Mercados Abastecedores de Faro, Évora e Braga.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade do Grupo SIMAB relativos a 2019:



COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

A CL gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente.

Um dos objetivos primordiais da CL é a valorização e a rentabilização dos recursos naturais onde é desenvolvida a sua atividade, apostando a empresa na intensificação sustentável dos recursos, que se apresenta como um dos maiores desafios para a agricultura nacional.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam.

A Companhia das Lezírias encontra-se neste momento a construir a sua estratégia de sustentabilidade alicerçada numa Visão e Missão para 2030. Neste processo, e seguindo as recomendações e o método explícito nos documentos "*SDG Compass*" e "*Business Reporting on SDGs - a Practical Guide*" (documentos elaborados pelas Nações Unidas, Global Reporting Initiative e WBCSD), a Companhia das Lezírias realizou um *workshop* em março de 2020, onde se identificaram os ODS prioritários:

- ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis;
- ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico;
- ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis;
- ODS13 - Ação Climática; e
- ODS 15 - Proteger a Vida Terrestre.



No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Instalação de um sistema de painéis fotovoltaicos de 3 Kw na Adega de Catapereiro e utilização de luz natural, pela abertura de claraboias;
- Instalação progressiva de painéis fotovoltaicos nos locais de abeberamento dos animais, junto aos furos (ex.: Charneca, Leziria Sul e Tapada do Arneiro), permitindo uma substituição gradual da captação de água com recurso a motobombas/eletricidade por energia renovável;
- O edifício do EVOA é abastecido com energia solar com apoio de gerador, tendo como consequência a substituição do consumo de cerca de 31 000 litros de gasóleo em dois anos, bem como, a utilização de veículo elétrico para transporte dos visitantes;
- Recurso aos cavalos (de trabalho) para condução do pastoreiro em detrimento da utilização de Moto 4 (meio utilizado geralmente nas explorações).
- A gestão florestal efetuada pela CL põe no mercado uma quantidade variável de biomassa, canalizada para a produção de energia para combustão direta (lenha, estilha) ou para fabrico de pellets;
- O Aldeamento Turístico da Companhia das Lezírias tem instaladas lâmpadas LED, proporcionando uma poupança energética relevante;



- As alterações efetuadas na embalagem das gamas Herdade de Catapereiro e Samora com a diminuição do peso do vidro permite diminuir a emissão de CO2 em 15%;
- Na gama Tyto alba, desenvolveu-se a caixa ninho, uma embalagem que pode ser reutilizada como ninho para passeriformes. Ao criar esta solução, a embalagem passa a ter uma dupla utilização, tendo um impacto sobre a biodiversidade nas regiões onde o vinho é vendido;
- São promovidas práticas amigas do ambiente, através do modo de Produção Integrada e Biológica, sendo que a maior parte do montado e das pastagens encontra-se nestes regimes;
- Adoção do regime de produção integrada no que respeita à condução de culturas anuais como o milho e o arroz, culturas perenes como a vinha através do projeto ABC2020 (+Ambiente +Biodiversidade -Carbono em 2020) e o olival;
- Os copos e garrafas de água em plástico foram retirados de consumo em toda a CL, e substituídos por garrafas e copos de vidro. Foram distribuídos cantis de alumínio aos colaboradores. No que concerne aos plásticos utilizados na Adega são reciclados e recicláveis (ex.: file estirável que envolve as paletes de vinho);
- Formação de sensibilização ambiental para todos os colaboradores, incluindo temas como as alterações climáticas, a reciclagem e o consumo sustentável;
- Realização anual de diversos estudos de monitorização ambiental e reintrodução de espécies, em colaboração com unidades de investigação de universidades e institutos especializados, como por exemplo:
 - Projeto de reintrodução da águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) em Portugal e estudo CIBIO/ANPC sobre o coelho bravo;

- Protocolos com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e com o LabOr/EU para monitorização de mamíferos, das áreas florestais, dos efetivos

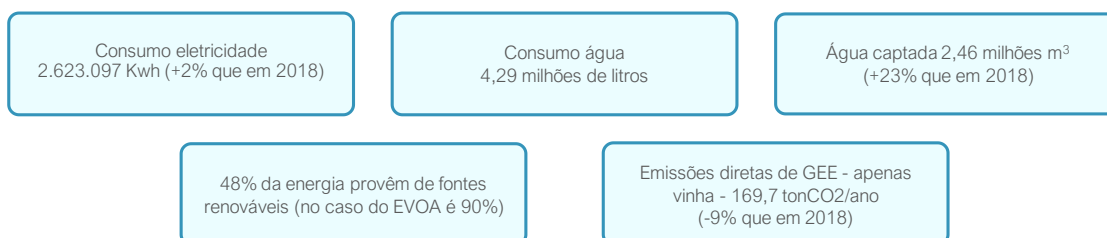


da coruja-das-torres, da recuperação da linha de água e das caixas-ninho para chapins;

- O Projeto “*TytoTagus*” que consiste no estudo da biologia da dispersão das corujas que se concentram em grande número durante o verão na Lezíria Sul;
- Estudo de análise das relações entre a disponibilidade de cavidades para a nidificação de aves insectívoras do pinhal bravo e do montado e a ocorrência das pragas florestais destes povoamentos;
- Ensaio de 25 hectares de sobreiro regado no âmbito de um protocolo entre a CL, a Universidade de Évora e a Amorim Florestal numa adaptação do sistema de produção de cortiça a uma solução regada que faça face a secas mais prolongadas e frequentes, um dos impactes esperados das alterações climáticas;
- Os 6.300 hectares de montado de sobro constituem-se como um espaço de estudos de longo prazo (mais de 30 anos) para questões de ecologia ligadas ao montado (plataforma *Long Term Site for Ecological Research*).
- Reforço das populações de coelhos como medida de conservação de predadores que se alimentam dos coelhos;
- Para compensação das emissões de CO₂ associadas à atividade vínica foram plantados 30 hectares de pinhal, bem como, para proteção da regeneração natural das espécies florestais, instalou-se 30 mil protetores metálicos de sobreiros;

- Promoção do sequestro de carbono pelo aumento da densidade florestal e substituição da gradagem pelo corte com destroçador (não mobilizando o solo) no controlo da vegetação espontânea;
- Especial atenção a Altos Valores de Conservação como o exemplo dos dois casais de Águia de Bonelli a nidificarem na CL;
- Respeito pelo calendário venatório e pelas espécies cinegéticas passíveis de serem caçadas no território, existindo 3 zonas de caça ordenada;
- Participação em associações ou organizações nacionais tais como, a Gestão Cinegética e Biodiversidade, a APFC - Associação dos Produtores Florestais de Coruche e Concelhos Limítrofes, o Centro de Competências do Sobreiro e o Centro de Competências do pinheiro bravo;
- Certificação da Gestão Florestal Sustentável (cerca de 92% do total da área florestal), principal norma internacional de gestão florestal sustentável na área do sobreiro e da cortiça (*Forest Stewardship Council* SA - FM/COC - 002659);
- A CL apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CL relativos a 2019:



FLORESTGAL

A FLORESTGAL assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal e do ordenamento do território. Sendo a FLORESTGAL detentora ou arrendatária de cerca de 17.000 hectares, a vertente ambiental apresenta-se como fulcral para o desenvolvimento sustentável da missão da empresa, devendo promover esforços para aplicar, e disseminar, as melhores práticas florestais e agro-silvículas, implementar programas de vigilância, prevenir e combater fogos florestais e preservar os ativos biológicos do património sob sua gestão.



No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- O pedido de reconhecimento enquanto “Entidade de Gestão Florestal” junto do ICNF, IP e a avaliação do modelo mais conveniente de certificação (“FSC - Forest Stewardship Certification” e/ou “PEFC - Programme for the Endorsement of Forest Certification”), o qual consubstancia uma ferramenta crucial em qualquer cenário de desenvolvimento da FLORESTGAL;

- No concelho de Penacova está prevista a arborização de 110 hectares com povoamentos de Sobreiro, Carvalho Americano, Cerejeira, Pinheiro Manso, Medronheiro e Cipreste do Buçaco, num conjunto de 170 hectares a disponibilizar pela Câmara Municipal de Penacova. Acresce ainda, que na área remanescente, a intervenção junto das linhas de água, com a recuperação da galeria ripícola e nas zonas de maior declive ou com afloramentos rochosos e elevado risco de erosão dos solos será feita uma intervenção visando a regeneração, a conservação e o incremento da vegetação natural;
- Em Pampilhosa da Serra o projeto contempla 1.458 hectares, num processo que envolve a autarquia e os representantes das assembleias de compartes dos baldios daquelas duas freguesias. Atentas as características orográficas, esta intervenção terá várias abordagens por forma a adaptar as intervenções ao território:
 - Até aos 700 m de altitude está previsto o povoamento de Pinheiro Bravo, numa área de 60 hectares e a condução da regeneração natural desta espécie, caso venha a ocorrer;
 - Acima dos 700 m de altitude, as abordagens técnicas já efetuadas preconizam povoamentos de Pinheiro Negro e Pseudotsuga, numa área de cerca de 450 hectares;
 - Está previsto ainda o recurso a diversas espécies autóctones, como o Carvalho das Beiras, o Castanheiro, o Medronheiro e o Sobreiro, para valorização da paisagem, proteção dos solos contra os efeitos erosivos, aumento da diversidade ecológica e a criação de um mosaico paisagístico, num total de 140 hectares;
 - O restauro das galerias ripícolas será realizado através da instalação de vegetação autóctone adequada a este habitat numa área aproximada de 210 hectares.

- Nos concelhos de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pampilhosa da Serra, está a ser estudada a criação de uma “Unidade de Gestão” que irá integrar um conjunto de propriedades já identificadas de particulares e algumas áreas detidas pelo município de Pedrogão Grande e da Junta de Freguesia da Graça. O projeto, num total de 112 parcelas/artigos e 240,8 hectares, alicerça-se no conceito de “floresta multifuncional”, pelo que, para além da exploração da madeira e seus derivados, o conceito reflete também o desenvolvimento da apicultura, da pecuária, do silvo pastorícia, do turismo de natureza e de observação, bem como a preservação e fruição paisagísticas;
- Ao longo do ano, foram visitadas as propriedades e elaborada uma lista de espécies de fauna, flora e habitats, que embora aberta, conta já com várias centenas de espécies identificadas, assim como perto de duas dezenas de habitats;
- Novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva utilizando cabras sapadoras no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios;
- Relativamente a atividades de DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram delineadas várias medidas (Afocelca, Brigadas Florestais, Caminhos e Aceiros) por forma a minimizar o risco de incêndio nas propriedades agroflorestais da empresa;

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da FLORESTGAL relativos a 2019:

50% do consumo eletricidade
proveniente de fontes renováveis

Consumo Combustíveis
16.964 litros

Água consumida
255 m³

- A FLORESTGAL apresenta áreas protegidas num total de aproximadamente 2.300 hectares (17% da área total das propriedades) nas seguintes localizações: Famalicão da Serra (PN S Estrela), Núcleo de Mós (Freixo de Espada à Cinta) e Quinta das

Charas (PN Douro Internacional), Idanha a Nova (PN Tejo Internacional), Vale dos Reis (RN Est. Sado); Rede Natura 2000: Nisa (SIC São Mamede), Fiais (SIC Costa Sudoeste), Monchique (SIC Monchique); Vale dois Reis (SIC Cabrela).

FUNDIESTAMO

A atividade da FUNDIESTAMO consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Na aquisição dos imóveis para os fundos geridos, determinar a sua situação ambiental concreta e adotar as medidas que assegurem a sua sustentabilidade ambiental;
- Implementação da certificação energética de todos os imóveis geridos pelos Fundos;
- Ações tendentes à melhoria da qualidade do ar ambiente e eficiência energética dos imóveis geridos pelos Fundos;
- Eliminação da utilização das garrafas de plástico, utilizando-se também a água da rede em vez dos dispositivos de fornecimento de água;
- Redução do consumo de recursos, nomeadamente através da impressão em ambos os lados das folhas e da restrição da impressão de documentos a cores.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da FUNDIESTAMO relativos a 2019:

Consumo eletricidade
49.328 KWh (-11% que em 2018)

Consumo Combustíveis
3.535 litros (-5% que em 2018)

Consumo Água
110 m3 (+96% do que em 2018)

ESTAMO

A ESTAMO tem como objetivo a compra de imóveis para revenda e/ou arrendamento e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos.

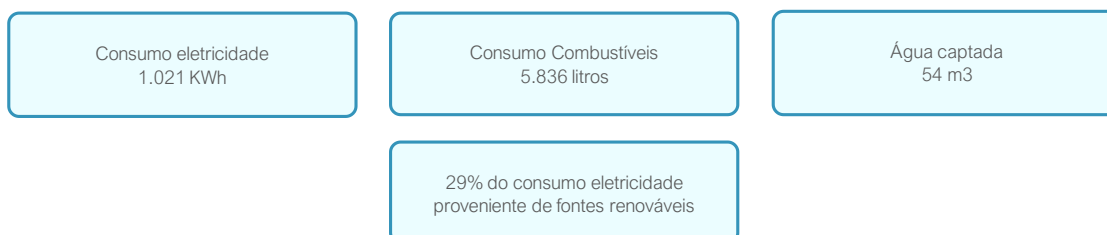
No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Trabalhos relacionados com a Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior de diversos edifícios, com vista à obtenção das respetivas certificações, e que decorrem do enquadramento legal em vigor;
- Limpezas periódicas de terrenos de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade;
- Instalação no edifício sede da ESTAMO e noutros edifícios de rendimento da Sociedade de tomadas para carregamento de carros elétricos nas garagens;
- Serviços de manutenção e inspeção dos postos de transformação em todos os imóveis;
- Utilização de garrafas de vidro reutilizáveis para a água consumida pelos colaboradores e na sala de reuniões, sendo o seu abastecimento feito através de água da rede;
- Implementação de processos organizacionais assentes na desmaterialização do papel por recurso a sistemas digitais de gestão documental;
- As novas instalações da ESTAMO foram equipadas exclusivamente com lâmpadas "LED", tendo sido instalados sistemas de controlo automático das ativações das lâmpadas de forma a evitar desperdícios. Foram ainda instalados contadores de eletricidade por piso de forma a melhorar o controlo dos consumos;

- Nas novas instalações da ESTAMO foi também implementado um sistema de tratamento de águas cinzentas, ou seja, a filtragem da água utilizada nos lavatórios e águas pluviais que possibilita o seu reaproveitamento para exclusiva utilização como águas residuais nas sanitas. Estima-se que este sistema permitirá poupar pelo menos 30% do consumo de água, dependendo do nível de pluviosidade ao longo do ano, entre outros fatores. Adicionalmente, foram instalados temporizadores nas torneiras dos WC`s de forma a reduzir ao mínimo o desperdício de água.



Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da ESTAMO relativos a 2019:



- A ESTAMO apresenta terrenos localizados em áreas protegidas ou com elevada biodiversidade nas zonas de Lisboa (82.300 m²), Setúbal (50.700 m²) e Peniche (48.500 m²).

CONSEST

A atividade da CONSEST centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, designado por “Posto Central de Avicultura”, sito na Falagueira, no Concelho da Amadora, com uma área de 593.062 m² com vista à sua subsequente comercialização pelo que, no

âmbito ambiental, todos os seus recursos são utilizados nos riscos associados a esse ativo. Assim sendo, a CONSEST desenvolve a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os custos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo a que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.

BdT

A BdT tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, em conjunto com as respetivas Autarquias, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e desenvolvimento local destes concelhos. As competências acrescidas no âmbito do projeto Arco Ribeirinho Sul no que concerne aos territórios localizados nos Concelhos do Barreiro e Seixal e Almada, atribui à empresa uma responsabilidade na requalificação urbanística e ambiental nestas áreas, que albergaram no passado grandes complexos industriais, que, por desativação quase total, originaram graves problemas estruturais, ambientais e sociais.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salienta-se as seguintes ações:

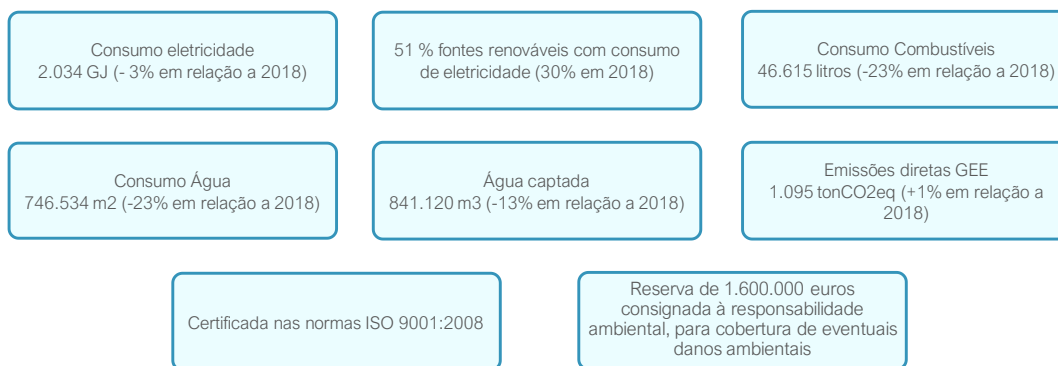
- Conclusão da infraestrutura de ligação dos efluentes gerados no parque empresarial do Barreiro e de uma parte da área urbana da cidade à rede “em alta” da Simarsul para entrega na ETAR Barreiro/Moita, permitindo contribuir para tratar cerca de 450 mil m³ de águas residuais, evitando a sua afluência sem tratamento ao estuário do rio Tejo;
- 
- Continuação dos trabalhos de remoção e descontaminação dos passivos ambientais, através dos dois A.C.E. constituídos entre a empresa Águas de Portugal Serviços e a BdT, tendo sido realizados investimentos ao abrigo de candidaturas a apoios comunitários do programa POSEUR para remoção de lamas de zinco, pirites verdes, lamas de aciaria e pós-de-goela, prevendo-se um investimento total futuro da parte da BdT no valor de 7,12 milhões de euros. Durante o ano de 2020 irão ser continuados os investimentos e lançados novos estudos de caracterização para a continuação da resolução dos passivos ambientais considerados prioritários pela Agência Portuguesa do Ambiente;
 - Estão a ser implementadas medidas no âmbito do Ambiente e Segurança, com objetivo de obtenção das certificações ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007;
 - Foram aprovadas medidas na BdT, para implementação em 2020, de promoção de uso sustentável de plástico e de soluções circulares, tais como:
 - a proibição ou redução de utilização de produtos plásticos descartáveis, como as garrafas de água ou copos de utilização única ou descartável,

passando, em sua substituição a ser adotadas soluções que permitam a reutilização ou o reenchimento;

- a imposição de meta para 2020 de redução em 25%, face ao ano anterior, os consumos de papel e *toners*, quer seja através da redução de impressões ou de outras medidas que garantam essa meta, como, por exemplo, a desmaterialização de processos internos e externos, com a implementação de sistemas de gestão documental eletrónica e soluções de arquivo digital;
 - a nível da gestão de resíduos e reciclagem é essencial a manutenção nos nossos parques da recolha seletiva e eficiente encaminhamento dos resíduos e;
 - pela realização de ações de sensibilização interna que traduzam boas práticas para uma mais eficiente racionalização de recursos e para o cumprimento destas medidas.
- A BdT tem em curso algumas medidas de proteção ambiental, tais como, a requalificação de redes de drenagem, o encaminhamento de resíduos indevidamente abandonados nos Parques e o incremento da área permeável através da criação de espaços verdes, que promovem a infiltração de águas pluviais, contribuindo assim para o ciclo da água;
 - A BdT estabelece cláusulas contratuais que definem/clarificam as responsabilidades ambientais de fornecedores, sendo o cumprimento das responsabilidades verificado no decorrer das intervenções;
 - O projeto “POSIDON”, no qual a BdT integra o consórcio como “observador”, conta com a cooperação dos Municípios de Trieste (Itália), Bilbao (Espanha) e Area Science Park, entre outros, e tem como objetivo a procura de um processo inovador de descontaminação de solos em áreas contaminadas com passivos ambientais históricos, no âmbito do programa Horizonte 2020;

- A BdT tem como objetivo para 2020 a aquisição de viaturas híbridas com previsão de instalação de postos de carregamento, para redução do consumo de combustíveis fósseis.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da BdT relativos a 2019:



A BdT integra no seu património 139,9 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 1,27 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 22,88 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.

CE

A CE tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, sendo que a gestão de um autódromo apresenta vários desafios em matéria ambiental. Assim sendo, a empresa está empenhada na atenuação dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

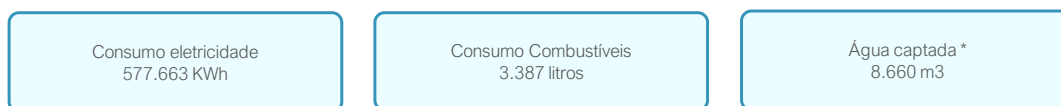
- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo;

- É efetuada captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água verificando-se que a maioria do consumo de água do autódromo provém dos furos existentes;
- Em 2019 o CE procedeu à remodelação da rede interna de distribuição de água que abastece a zona do "*Paddock* Sul" e instalações sanitárias da "Bancada *VIP*", bem como à substituição parcial da rede de distribuição de água na zona exterior do circuito que abastece a "Bancada B". Estas intervenções vieram permitir uma redução significativa nos gastos de água por perdas devido a ruturas na rede;
- O CE está definido pela Câmara Municipal de Cascais como uma "zona mista" de ruído, cumprindo, salvo exceções (que não ocorreram em 2019) devidamente autorizadas pelas autoridades competentes, o horário de ruído definido pela Câmara Municipal de Cascais entre as 8h00 e as 20h00. Assim, e conjuntamente com um planeamento da ocupação do circuito ao longo do ano que distribui temporalmente as provas com maior nível de ruído, o tipo de funcionamento não regular ao longo das 24 horas e ao longo do ano, conduz a resultados médios menos graves do que as condições de incomodidade pontual verificadas durante a ocorrência dos eventos realizados, ou mesmo do que o ruído constante de infraestruturas circundantes. No entanto, e como testemunho do empenho do circuito em matéria ambiental, estão a ser efetuados trabalhos, primeiro topográficos, a que se seguem de distribuição de som, por forma a investir na redução efetiva do alcance do ruído em momentos de pico. Este trabalho é complexo, uma vez que poucos circuitos no mundo têm realizado investimentos nesta matéria;
- A corrida de solidariedade Jumbo 2016 (Fundação Pão de Açúcar-Jumbo) foi a primeira iniciativa desportiva em Portugal com selo de certificação de Evento Mais Sustentável, realizando-se todos os anos;
- Durante o ano de 2019, o CE não solicitou qualquer serviço de recolha de pneus, uma vez que os pneus utilizados foram transportados de volta às suas origens pelas

equipas, ou recolhidos pelos serviços da CMC após algumas provas, ou reutilizados pelo CE para a substituição de barreiras de pneus utilizados na pista;

- Outro tipo de resíduos produzidos durante os eventos, tais como madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas (ex. EGEO) que procede posteriormente à reciclagem dos mesmos;
- Localizando-se o Circuito do Estoril no Parque Natural Sintra Cascais, uma das preocupações da CE é a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CE relativos a 2019:



/* Consumo de água captada pelos 7 furos de águas subterrâneas. Devido às condições climáticas de seca em 2019, a água proveniente dos furos não foi suficiente para o abastecimento, pelo que o consumo de água da rede pública foi 2.235 m3.

- O Circuito do Estoril ocupa uma área de 52ha, toda ela inserida no contexto do Parque Natural Sintra Cascais.

SAGESECUR

A SAGESECUR, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela *holding*, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.

7. NOTA FINAL

O processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade permite à PARPÚBLICA aprofundar a reflexão sobre os passos realistas e viáveis para a construção de um futuro sustentável, para além de constituir uma ferramenta importante para a assunção e manutenção de compromissos nessa construção, o que representa um verdadeiro desafio.

Assim sendo, com a elaboração deste Relatório, a PARPÚBLICA procura apresentar aos seus *stakeholders* o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas suas diversas vertentes: valorização dos seus negócios, entrega de valor para a Sociedade, valorização dos seus colaboradores, e respeito pelos aspetos ambientais.

Enquanto *holding* de um Grupo com atividades muito diversificadas, e com empresas em diferentes estágios de sensibilização para o tratamento dos temas da sustentabilidade, a PARPÚBLICA procura tirar partido e potenciar os inúmeros bons exemplos que tem no Grupo, de modo a que possam ser replicados em outras empresas, procurando, de forma recorrente, incentivar e tornar parte da sua rotina essas boas práticas.

Neste âmbito, e como já se fez referência no presente Relatório, estava agendado para março deste ano um evento de *networking*, com todas as empresas do Grupo, precisamente para aprofundar as melhores formas de tratar estes temas, tomando partido das melhores práticas, particularmente no campo da análise de materialidade. Por via dos constrangimentos decorrentes da pandemia de COVID-19 a *holding* viu-se obrigada a adiar este evento, não sendo possível, já este ano, tomar partido dessa ação concreta de partilha. Contudo, a importância do tema fará retomar a oportunidade do mesmo logo que possível. Fora do universo PARPÚBLICA - e, portanto, não reportado no contexto deste relatório - várias são as participações em que a PARPÚBLICA enquanto acionista tem sublinhado a importância de um aprofundamento da atuação em matéria de sustentabilidade.

Assim, o Grupo PARPÚBLICA, de acordo com as especificidades de cada um dos seus segmentos de negócio, tem procurado que as suas várias atividades sejam desenvolvidas de forma sustentável, e sempre em estreita ligação com os seus

stakeholders, em particular naquelas onde presta serviços públicos de interesse geral, sempre com um objetivo de maximização dos seus resultados.

A visão da PARPÚBLICA é a de que muito tem de ser ainda feito neste domínio, e de maneira célere, acreditando ao mesmo tempo que, sem uma análise detalhada das ações e linhas estratégicas das várias empresas, não é possível definir um caminho de atuação futura que maximize sinergias, assegure empenho e obtenha resultados relevantes. É esse trabalho que tem vindo a ser realizado numa rede constituída por várias empresas. Neste Relatório de Sustentabilidade, a PARPÚBLICA procurou aprofundar e divulgar os vários indicadores, as ações e principais preocupações nos aspetos considerados materiais, quer da *holding* quer das suas participadas, pretendendo-se dar continuidade no futuro a este propósito, de uma forma cada vez mais completa e respeitando as melhores práticas internacionais.

Este documento constitui o testemunho do compromisso da PARPÚBLICA, não com o que foi feito, mas com o empenho no que tem de ser feito no futuro.

Lisboa, 30 de abril de 2020

O Conselho de Administração

Miguel Jorge de Campos Cruz
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Vice-Presidente

Maria Amália Freire de Almeida
Administradora executiva

Mário Manuel Pinto Lobo
Administrador executivo

Maria João Dias Pessoa de Araújo
Administradora não executiva

8. TABELA GRI

NORM A GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO - Pág.
GRI 102: Conteúdo dos Gerais 2016	Perfil Organizacional	
	102-1 Nome da organização	7 a 20
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	11 a 20
	102-3 Localização da sede	7 a 10
	102-4 Localização das operações	7 a 10
	102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	7 a 20
	102-6 Mercados servidos	7 a 20
	102-7 Dimensão da organização	7 a 20 / 62 a 96
	102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	76 a 96
	102-9 Cadeia de fornecedores	7 a 20 / 54 a 76
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	7 a 20 / 54 a 76
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	21 a 41
	102-12 Iniciativas externas	54 a 154
	102-13 Participação em associações	54 a 154
	Estratégia	
	102-14 Declaração da administração	3 a 5
	102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	34 a 61
	Ética e Integridade	
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	32 a 41 / 85 a 90 / RGS 2019
	102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	32 a 41 / 85 a 90 / RGS 2019
	Governança	

102-18 Estrutura de governação	21 a 41 / RGS 2019
Envolvimento com <i>Stakeholders</i>	
102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	54 a 61
102-41 Acordos de contratação coletiva	76 a 96
102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	54 a 61
102-43 Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	54 a 61
102-44 Principais questões e preocupações identificadas	54 a 61
Práticas de relato	
102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	11 a 20 / R&C 2019
102-46 Definição do conteúdo do relatório e Limites dos tópicos	7 a 10 / 42 a 54
102-47 Lista de tópicos materiais	47 a 54
102-48 Reformulação de informações	7 a 20
102-49 Alterações no relato	7 a 20
102-50 Período coberto pelo relatório	7 a 10
102-51 Data do relatório anterior mais recente	7 a 10
102-52 Ciclo de publicação	7 a 10
102-53 Contactos para questões sobre o relatório	7 a 10
102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	7 a 10
102-55 Índice GRI	157 a 164
102-56 Verificação externa	7 a 10

INDICADOR	LOCALIZAÇÃO/ RESPOSTA
Desempenho Económico	
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016	61 a 75

GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades suscitados pelas alterações climáticas	61 a 75
	201-3 Planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização	61 a 75
	201-4 Apoios financeiros recebidos do governo	61 a 75
Impactes Económicos Indiretos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 75
GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	61 a 75
	203-2 Impactes económicos indiretos significativos	61 a 75
Práticas de Compras/Abastecimento		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 75
GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016	204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	61 a 75
Anticorrupção		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 75
GRI 205: Anticorrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	61 a 75
	205-2 Comunicação e formação em procedimentos e política anticorrupção	61 a 75
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Nada a assinalar.
Concorrência Desleal		

GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 75
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Nada a assinalar.
Desempenho Ambiental		
Materiais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 301: Materiais 2016	301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	122 a 154
	301-2 Utilização de materiais reciclados	122 a 154
Energia		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 302: Energia 2016	302-1 Consumo de energia dentro da organização	122 a 154
	302-4 Redução do consumo de energia	122 a 154
Água		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 303: Água 2016	303-1 Água captada	122 a 154
	303-3 Água reciclada e reutilizada	122 a 154
	303-5 Consumo de água	122 a 154
Biodiversidade		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 304: Biodiversidade 2016	304-1 Áreas protegidas	122 a 154
	304-2 Impactos significativos na biodiversidade	122 a 154
Emissões		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
	305-1 Emissões diretas de GEE's (Scope 1)	122 a 154

GRI 305:	305-5 a 7 Medidas de proteção ambiental	122 a 154
Emissões 2016		
Efluentes e Resíduos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 306:	306-2 Resíduos produzidos	122 a 154
	306-3 Derrames significativos	Nada a assinalar.
Efluentes e Resíduos 2016		
Conformidade Ambiental		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 307:	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	122 a 154
Conformidade Ambiental 2016		
Avaliação Ambiental de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		122 a 154
GRI 308:	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	122 a 154
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	122 a 154
Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
Desempenho Social		
Emprego		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 401:	401-1 Entradas e saídas	76 a 96
	401-2 Benefícios para os trabalhadores	76 a 96
	401-3 Licença parental	76 a 96
Emprego 2016		
Segurança e Saúde no Trabalho		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 403:	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias	76 a 96
Segurança		

e Saúde no Trabalho 2016	perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	76 a 96
Formação e Educação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	76 a 96
	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	76 a 96
Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 405: Diversidad e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	76 a 96
	405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	76 a 96
Não-Discriminação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 406: Não-Discriminação 2016	406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas	Nada a assinalar.
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 407: Liberdade	407-1 Operações e fornecedores em que a	Nada a assinalar.

de Associação o e Negociação o Coletiva 2016	liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	
Trabalho Infantil		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Nada a assinalar
Trabalho Forçado ou Escravo		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Nada a assinalar.
Práticas de Segurança		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	76 a 96
Avaliação dos Direitos Humanos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		76 a 96
GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos 2016	412-1 Operações sujeitas a análise ou avaliação de impactes sobre os direitos humanos	76 a 96
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos	76 a 96

	412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a análise de direitos humanos	76 a 96
Comunidades Locais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		96 a 121
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	96 a 121
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	Nada a assinalar.
Avaliação Social de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		54 a 61
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	54 a 61
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Nada a assinalar.
Privacidade dos Clientes		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		96 a 121
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016	418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	Nada a assinalar.
Compliance Socio-económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		96 a 121 / RGS 2019
GRI 419: Compliance socio-	419-1 Não conformidades com leis e regulamentos nas áreas económico-social	Nada a assinalar.

económico 2016		
-------------------	--	--